

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO BIÊNIO DE 1945-46

PRECEDIDO DO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO TRIBUTO NO BRASIL

Apresentado ao Excelentíssimo
Senhor Ministro da Fazenda, Doutor
PEDRO LUIZ CORRÊA E CASTRO,
pelo Diretor da Divisão do Imposto
de Renda, AUGUSTO DE BULHÕES.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO.....	1
1. INTRODUÇÃO DO POSTO DE RENDA.....	2
2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	3
2.1. Estrutura Organizacional.....	3
2.2. Funções e Responsabilidades.....	4
2.3. Fluxo de Trabalho.....	5
2.4. Controle e Avaliação.....	6
2.5. Treinamento e Desenvolvimento.....	7
2.6. Comunicação e Relacionamento.....	8
2.7. Segurança e Manutenção.....	9
2.8. Arquivo e Documentação.....	10
2.9. Transporte e Logística.....	11
2.10. Saúde e Bem-Estar.....	12
2.11. Meio Ambiente.....	13
2.12. Segurança da Informação.....	14
2.13. Ética e Conduta.....	15
2.14. Qualidade de Serviço.....	16
2.15. Inovação e Melhorias.....	17
2.16. Sustentabilidade.....	18
2.17. Responsabilidade Social.....	19
2.18. Transparência.....	20
2.19. Acesso à Informação.....	21
2.20. Privacidade.....	22
2.21. Segurança Física.....	23
2.22. Segurança Digital.....	24
2.23. Segurança de Redes.....	25
2.24. Segurança de Aplicações.....	26
2.25. Segurança de Dados.....	27
2.26. Segurança de Dispositivos.....	28
2.27. Segurança de Serviços.....	29
2.28. Segurança de Processos.....	30
2.29. Segurança de Pessoas.....	31
2.30. Segurança de Ativos.....	32
2.31. Segurança de Reputação.....	33
2.32. Segurança de Imagem.....	34
2.33. Segurança de Marca.....	35
2.34. Segurança de Patrimônio.....	36
2.35. Segurança de Recursos.....	37
2.36. Segurança de Tecnologia.....	38
2.37. Segurança de Infraestrutura.....	39
2.38. Segurança de Operações.....	40
2.39. Segurança de Manutenção.....	41
2.40. Segurança de Atualização.....	42
2.41. Segurança de Backup.....	43
2.42. Segurança de Recuperação.....	44
2.43. Segurança de Testes.....	45
2.44. Segurança de Monitoramento.....	46
2.45. Segurança de Análise.....	47
2.46. Segurança de Prevenção.....	48
2.47. Segurança de Resposta.....	49
2.48. Segurança de Recuperação.....	50
2.49. Segurança de Continuidade.....	51
2.50. Segurança de Resiliência.....	52
2.51. Segurança de Adaptabilidade.....	53
2.52. Segurança de Escalabilidade.....	54
2.53. Segurança de Flexibilidade.....	55
2.54. Segurança de Interoperabilidade.....	56
2.55. Segurança de Portabilidade.....	57
2.56. Segurança de Reutilização.....	58
2.57. Segurança de Reciclagem.....	59
2.58. Segurança de Redução.....	60
2.59. Segurança de Eliminação.....	61
2.60. Segurança de Armazenamento.....	62
2.61. Segurança de Transmissão.....	63
2.62. Segurança de Acesso.....	64
2.63. Segurança de Autenticação.....	65
2.64. Segurança de Autorização.....	66
2.65. Segurança de Auditoria.....	67
2.66. Segurança de Controles.....	68
2.67. Segurança de Políticas.....	69
2.68. Segurança de Procedimentos.....	70
2.69. Segurança de Normas.....	71
2.70. Segurança de Diretrizes.....	72
2.71. Segurança de Estratégias.....	73
2.72. Segurança de Táticas.....	74
2.73. Segurança de Operações.....	75
2.74. Segurança de Atividades.....	76
2.75. Segurança de Tarefas.....	77
2.76. Segurança de Funções.....	78
2.77. Segurança de Responsabilidades.....	79
2.78. Segurança de Papéis.....	80
2.79. Segurança de Posições.....	81
2.80. Segurança de Relações.....	82
2.81. Segurança de Interações.....	83
2.82. Segurança de Conexões.....	84
2.83. Segurança de Vínculos.....	85
2.84. Segurança de Laços.....	86
2.85. Segurança de Amarras.....	87
2.86. Segurança de Ligamentos.....	88
2.87. Segurança de Enlaces.....	89
2.88. Segurança de Vínculos.....	90
2.89. Segurança de Conexões.....	91
2.90. Segurança de Interações.....	92
2.91. Segurança de Conexões.....	93
2.92. Segurança de Interações.....	94
2.93. Segurança de Conexões.....	95
2.94. Segurança de Interações.....	96
2.95. Segurança de Conexões.....	97
2.96. Segurança de Interações.....	98
2.97. Segurança de Conexões.....	99
2.98. Segurança de Interações.....	100
2.99. Segurança de Conexões.....	101
2.100. Segurança de Interações.....	102

Í N D I C E

APRESENTAÇÃO.....	Paga.
O IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL.....	I
ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	1
Imposto sobre dividendos.....	2
Imposto sobre vencimentos.....	3
Outros impostos sobre o rendimento.....	5
IMPOSTO GERAL SOBRE A RENDA.....	7
Reforma Fiscal-Administrativa de 1942.....	19
Estrutura e Funcionamento da Divisão do Imposto de Renda.....	22
A Guerra e o Imposto de Renda.....	27
ATIVIDADES DA DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA NO BIÊNIO 1945-1946.....	
Legislação.....	33
Declarações de Rendimentos.....	34
Controle e Revisão das Declarações de Rendimentos.....	35
Lançamento.....	36
Lançamento "Ex-Officio".....	37
Fiscalização.....	38
Arrecadação.....	39
a) Imposto sobre lucros extraordinários.....	40
b) Imposto Adicional de Renda.....	42
c) Imposto sobre operações imobiliárias.....	43
d) Imposto cobrado na fonte.....	44
Recursos ao 1º Conselho de Contribuintes.....	44
Cobrança amigável e cobrança judicial.....	45
Arrecadação e Previsão Orçamentária.....	45
Subscrição Compulsória de "Obrigações de Guerra".....	46
Despesa e Resulta.....	46
CONCLUSÃO.....	47

ÍNDICE DOS QUADROS

- N. 1 - Declarações de rendimentos apresentadas em 1945 (resumo).
- N. 1A - Declarações de rendimentos apresentadas em 1945 por D.R. e D.S.
- N. 1B - Declarações de rendimentos de exercícios anteriores, apresentadas em 1945 (resumo e por D.R. e D.S.).
- N. 2 - Declarações de rendimentos apresentadas em 1946 (resumo).
- N. 2A - Declarações de rendimentos apresentadas em 1946 por D.R. e D.S.
- N. 2B - Declarações de rendimentos de exercícios anteriores, apresentadas em 1946 (resumo e por D.R. e D.S.).
- N. 3 - Gráfico de declarações de rendimentos do exercício de 1946.
- N. 4 - Notificações, recibos e outros documentos relativos ao lançamento e arrecadação do Imposto de Renda - exercício de 1945 (resumo).
- N. 4A - Notificações, recibos e outros documentos relativos ao lançamento e arrecadação do Imposto de Renda - exercício de 1945 (D.R. e D.S.).
- N. 5 - Notificações, recibos e outros documentos relativos ao lançamento e arrecadação do Imposto de Renda - exercício de 1946 (resumo).
- N. 5A - Notificações, recibos e outros documentos relativos ao lançamento e arrecadação do Imposto de Renda - exercício de 1946 (D.R. e D.S.).
- N. 6 - Lançamento "ex-offício" por falta de declaração (pessoa física) - exercício de 1945 (resumo).
- N. 6A - Lançamento "ex-offício" por falta de declaração (pessoa física) - exercício de 1945 (D.R. e D.S.).
- N. 7 - Lançamento "ex-offício" por falta de declaração (pessoa física) - exercício de 1946 (resumo).
- N. 7A - Lançamento "ex-offício" por falta de declaração (pessoa física) - exercício de 1946 (por D.R. e D.S.).
- N. 8 - Lançamento "ex-offício" por falta de declaração (pessoa jurídica) - exercício de 1945 - resumo.
- N. 8A - Lançamento "ex-offício" por falta de declaração (pessoa jurídica) - exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 9 - Lançamento "ex-offício" por falta de declaração (pessoa jurídica) - exercício de 1946 - resumo.

- N. 9A - Lançamento "ex-officio" por falta de declaração (pessoa jurídica) - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 10 - Lançamento "ex-officio" por declaração inexata (pessoa física) exercício de 1945 - resumo.
- N. 10A - Lançamento "ex-officio" por declaração inexata (pessoa física) - exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 11 - Lançamento "ex-officio" por declaração inexata (pessoa física) - exercício de 1946 - resumo.
- N. 11A - Lançamento "ex-officio" por declaração inexata (pessoa física) - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 12 - Lançamento "ex-officio" por declaração inexata (pessoa jurídica) - exercício de 1945 - resumo.
- N. 12A - Lançamento "ex-officio" por declaração inexata (pessoa jurídica) - exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 13 - Lançamento "ex-officio" por declaração inexata (pessoa jurídica) - exercício de 1946 - resumo.
- N. 13A - Lançamento "ex-officio" por declaração inexata (pessoa jurídica) - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 14 - Exames de escrita feitos no exercício de 1945 - resumo.
- N. 14A - Exames de escrita feitos no exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 14B - Gráfico da classificação das pessoas jurídicas - exercícios de 1945.
- N. 15 - Exames de escrita feitos no exercício de 1946 - resumo.
- N. 15A - Exames de escrita feitos no exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 16 - Mapa da arrecadação - exercício de 1945 - resumo.
- N. 16A - Mapa da arrecadação - exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 17 - Mapa da arrecadação de Lucros Extraordinários - exercício de 1945 (resumo).
- N. 17A - Mapa da arrecadação de Lucros Extraordinários - exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 18 - Mapa da arrecadação geral do exercício de 1946 - resumo.
- N. 18A - Mapa da arrecadação geral de 1946 - por D.R. e D.S.
- N. 19 - Gráfico da arrecadação do Imposto de Renda no exercício de 1946.

- N. 20 - Confronto do movimento da Arrecadação por Estados - 1930/1946.
- N. 21 - Desenvolvimento da receita no período de 1930/1946.
- N. 22 - Gráfico do desenvolvimento da receita no período de 1930/1946.
- N. 23 - Lucros Extraordinários - exercício de 1946 - resumo.
- N. 23A - Lucros Extraordinários - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 24 - Imposto Adicional - exercício de 1946 - resumo.
- N. 24A - Imposto Adicional - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 25 - Arrecadação do imposto sobre o lucro apurado pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias (Decreto-lei n. 9.330).
- N. 26 - Arrecadação nas fontes - exercício de 1945.
- N. 27 - Arrecadação nas fontes - exercício de 1946 - resumo.
- N. 27 - Arrecadação nas fontes - exercício de 1946 - D.R. e D.S..
- N. 28 - Contribuintes residentes no exterior e do Decreto-lei n. 3.200 - exercício de 1945 - resumo.
- N. 28A - Contribuintes residentes no exterior e do Decreto-lei n. 3.200 - exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 29 - Contribuintes residentes no exterior e do Decreto-lei n. 3.200 - exercício de 1946 - resumo.
- N. 29A - Contribuintes residentes no exterior e do Decreto-lei n. 3.200 - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 30 - Movimento de recursos julgados - exercício de 1945 - resu
mo.
- N. 30A - Movimento de recursos julgados - exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 31 - Movimento de recursos julgados - exercício de 1946 - resu
mo.
- N. 31A - Movimento de recursos julgados - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 32 - Dívida Ativa - Cobrança amigável e executiva - exercício de 1945 - resumo.
- N. 32A - Dívida Ativa - Cobrança amigável e executiva - exercício de 1945 - D.R. e D.S.

- N. 33 - Dívida Ativa - cobrança amigável e executiva - exercício de 1946 - resumo.
- N. 33A - Dívida Ativa - cobrança amigável e executiva - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 34 - Certidões de Dívida Ativa - exercício de 1945 - resumo.
- N. 34A - Certidões de Dívida Ativa - exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 35 - Certidões de Dívida Ativa - exercício de 1946 - resumo.
- N. 35A - Certidões de Dívida Ativa - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 36 - Quadro comparativo da arrecadação do Imposto de Renda com a previsão orçamentária - exercício de 1946.
- N. 37 - Gráfico do Imposto de Renda na receita ordinária federal.
- N. 38 - Arrecadação decorrente da Subscrição Compulsória de Obrigações de Guerra - exercício de 1945.
- N. 39 - Arrecadação decorrente da Subscrição Compulsória de Obrigações de Guerra no exercício de 1946, mas relativa a exercícios anteriores.
- N. 40 - Notificações, recibos e outros documentos relativos à Subscrição Compulsória de Obrigações de Guerra - exercício de 1945 - resumo.
- N. 40A - Notificações, recibos e outros documentos relativos à Subscrição Compulsória de Obrigações de Guerra - exercício de 1945 - D.R. e D.S.
- N. 41 - Notificações, recibos e outros documentos relativos à Subscrição Compulsória de Obrigações de Guerra - exercício de 1946 - resumo.
- N. 41A - Notificações, recibos e outros documentos relativos à Subscrição Compulsória de Obrigações de Guerra - exercício de 1946 - D.R. e D.S.
- N. 42 - Percentagens da despesa de arrecadação no período de 1925/1946.
- N. 43 - Gráfico da receita e despesa do Imposto de Renda no período de 1925/1946.
-

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o anexo relatório das atividades desenvolvidas por esta Divisão do Imposto de Renda, durante os exercícios de 1945 e 1946.

2. Posto que haja expirado o prazo admitido para sua apresentação, devo ressaltar, porém, que a coleta, preparo, coordenação e remessa dos subsídios indispensáveis ao delineamento e composição de trabalhos dessa natureza, exigem, via de regra, período de tempo que exceda conforme as dificuldades a superar.

3. Entre estas podem assinalar-se a dispersão, por todo o vasto território nacional, das fontes subsidiárias onde devem ser colhidos os dados técnicos e estatísticos para instruir o relatório; a extensão e diversidade das distâncias a vencer, até que venham êles centralizar-se nas Delegacias Regionais a fim de serem preparados, cotejados, interpretados e remetidos a esta Divisão, para os trabalhos finais; e, ainda, a sobrecarga de serviços e o consequente congestionamento das vias postais que atingiram as repartições dos Correios,

localizadas nos municípios e capitais estaduais, onde, também, tem sede nossas Delegacias Seccionais e Regionais, ocorrências estas verificadas, exatamente, nos apontados anos de 1945 e 1946, em virtude dos dois pleitos eleitorais que então se realizaram.

4. À apreciação de Vossa Excelência já tive a grata incumbência de submeter detalhado esboço, à guisa de relatório, logo após ter assumido o cargo de diretor da Divisão do Imposto de Renda.

5. Nêle destaquei, de mesmo modo, a impossibilidade de coligir dados estatísticos completos a respeito da situação do imposto de renda no exercício de 1946, pelo fato de não terem chegado a esta Divisão dentro do prazo que, de acordo com a lei, termina a 31 de janeiro, os relatórios das aludidas Delegacias, as quais, como é de conhecimento de Vossa Excelência, têm suas atividades de lançamento e arrecadação intimamente dependentes de órgãos arrecadadores tais como as coletorias federais, mesas de rendas, etc.

6. Na parte expositiva, integrando o esboço oferecido à análise de Vossa Excelência, salientei que os serviços e encargos regulamentarmente atribuídos a esta Divisão compreendem dois grupos gerais, de acordo com o caráter e finalidade de que demonstra cada um: os de Administração e

que me enviassem mensalmente relatório sobre os assuntos pertinentes ao pessoal e material e trimestralmente sobre o consumo das verbas dotadas, conforme a Ordem de Serviço n. 3, de 21 de janeiro de 1947, item IV, alínea a;

e) coordenar os elementos informativos sobre contratos de arrendamento e localização dos prédios destinados à sede das Delegacias e sobre as condições de higiene, de conveniência para os serviços e de facilidade de acesso ao público; assim, determinei aos delegados regionais e seccionais que enviassem, com urgência, dados sobre o local em que estão situadas suas repartições, o nome e endereço do proprietário do imóvel e a existência ou não de contrato locativo, remetendo cópia do mesmo, em caso positivo, com a indicação do Ofício em que fôr registrado e, em caso negativo, encaminhando proposta do proprietário, que satisfaça as condições de instalação, acompanhada de planta e fotografia do prédio, do parecer do chefe do Serviço do Patrimônio da União, no Estado, e do respectivo orçamento das despesas para ocorrer à instalação e mudança, conforme a Ordem de Serviço n. 6, de 6 de fevereiro de 1947;

d) registrar todos os atos relativos à vida administrativa, financeira e econômica dos servidores lotados nas Delegacias, principalmente no to-

cante à posse e exercício; determinei, portanto, aos delegados regionais e seccionais que me comunicassem, com regularidade, todas as ocorrências verificadas nesse sentido, em relação a funcionários e extranumerários, conforme a Ordem de Serviço n. 16, de 5 de maio de 1947;

e) recomendar que os funcionários, designados para realizarem exames de escrita, assis-tissem eficientemente a perícia fiscal, emprestando-lhe a imprescindível coadjuvação técnica; nestas condições, determinei aos delegados regionais e seccionais que promovessem a substituição dos servidores, cuja ação se revelasse ineficaz durante a perícia e lhes aplicassem as sanções previstas no Estatuto dos Funcionários, conforme a Ordem de Serviço n. 17, de 16 de maio de 1947;

f) proibir o afastamento de servidores das Delegacias em que estão lotados, sem a prévia e indispensável autorização; pelo que determinei aos delegados regionais e seccionais que me submetessem todo pedido de afastamento da sede, por parte de seus servidores e que os mesmos só pudessem ausentar-se depois de devidamente autorizados por esta Divisão, ressalvada a competência legal que lhes é própria dentro de sua jurisdição, conforme a Ordem de Serviço n. 18, de 16 de maio de 1947.

11. No Serviço de Tributação, as providências as baixadas tiveram por escopo:

a) a sistematização do estudo, planejamento, orientação e controle dos resultados nos assuntos pertinentes à legislação específica do tributo e à revisão das declarações apresentadas nas Delegacias; determinei, então, aos delegados regionais e seccionais que me enviassem relatório mensal concernente a essas atividades, a fim de ajuizar e criticar que, para esse efeito, adotaram e uniformizá-lo em todas as repartições do país, conforme a Ordem de Serviço n. 3, de 21 de janeiro de 1947, item IV, alínea b, cuja consequência inevitável, que já faz parte, aliás, dos planos administrativos, será a reinstalação, nesta Divisão, da Seção de Revisão;

b) a adoção de um registro especial das sociedades civis declaradas isentas do imposto de acordo com o art. 28 do D.L. n. 5.844, de 23 de setembro de 1943, que permitisse a verificação periódica sobre a continuidade das condições e requisitos que ditaram o reconhecimento do aludido favor; motivo pelo qual determinei aos delegados regionais e seccionais que o organizassem, mediante as informações a serem prestadas pelos oficiais de títulos e documentos, quanto aos respectivos estatutos registrados e a quaisquer modificações sobrevindas, conforme a Ordem de Serviço n. 8, de 24 de fevereiro

de 1947;

c) a boa marcha dos processos de lançamento do imposto e a regular andamento da própria cobrança; por isso, determinei aos delegados regionais e seccionais que a intermissão dos lançamentos se limitasse rigorosamente ao assenso legal, isto é, aos casos de reclamação, recurso e pedido de reconsideração ao Conselho de Contribuintes, nenhuma outra iniciativa, para o efeito da junta do respectivo processo fiscal, podendo perturbar a marcha regular da cobrança do imposto lançado, até final execução, salvo expressa determinação de autoridade superior em sentido contrário, conforme a Ordem de Serviço n. 9, de 28 de fevereiro de 1947;

d) o aceleramento da ação fiscal e da cobrança das dívidas em atraso, a fim de evitar prejuízos à Fazenda Nacional e ilícita recompensa aos contribuintes faltosos, em virtude da ampliação de prazos injustificáveis; razões pelas quais determinei aos delegados regionais e seccionais que, findos os prazos regulamentares de pagamento dos débitos não sustados na forma da lei, ativassem a cobrança amigável e terminada esta, promovessem a imediata remessa das certidões de dívida para a competente cobrança judicial, conforme a Ordem de Serviço n. 11, de 13 de março de 1947;

e) o aperfeiçoamento do sistema controlador da arrecadação de imposto descontado na fonte, consoante os arts. 96 e 97 do D.L. n. 5.844, de 23 de setembro de 1943; e, ainda, pela qual determinei aos delegados regionais e seccionais que, às sociedades por ações, sob sua jurisdição, e às Secretarias Estaduais e Prefeituras Municipais, encaminhassem e solicitassem a devolução dos quadros informativos, após devidamente preenchidos, instituídos com o objetivo de controlar um, os dividendos, e qualquer bonificação a eles atribuída, pagos pelas mencionadas sociedades e o outro, os juros dos títulos de dívida pública, pagos pelos Estados e pelas Municipalidades, e promovessem imediata cobrança das diferenças porventura existentes, conforme a Ordem de Serviço n. 14, de 19 de abril de 1947.

12. No Serviço de Controle e Estatística procurei ativar a análise das apurações quantitativas a partir de 1944, bem como os posteriores levantamentos com a conveniente interpretação dos fenômenos de massa, suas causas e tendências características reveladas sob forma analítica ou gráfica, e o controle sistematizado dos fatos que proporcionasse, uma vez localizados, fixar-lhes o grau danoso, corrigir e sanar-lhes as consequências prejudiciais; assim determinei aos delegados regionais e seccionais que me enviassem relatório mensal referente às atividades de cadastro, lançamento, revisão de declarações, exames de escrita e, de modo geral, quaisquer informes sobre

a arrecadação, que servissem de base a todo estudo, planejamento, orientação e controle de resultados e se destinassem à elaboração e estabelecimento de normas aplicáveis a todas as Delegacias nos trabalhos de fiscalização indireta (cadastro e revisão) e direta (exames de escrita e inspeção) e nos de organização de serviços, conforme a Ordem de Serviço n. 3, de 21 de janeiro de 1947, item IV, alínea b.

13. No Serviço de Lucros Extraordinários reconheci incorreções originárias na jurisprudência administrativa, ferindo em suas finalidades a eficácia da legislação peculiar ao tributo. Impunha-se, nesse sentido, e, também, para o efeito de ser restabelecido o critério vigente nas decisões da Junta de Ajuste de Lucros, a modificação do conceito de "reserva" e de "provisão" que, a partir de maio de 1946, as instâncias fiscais singulares estavam obrigadas a entender, respectivamente, a todos os fundos de depreciação, de amortização, de renovação de máquinas, de reequipamento industrial e quaisquer outros que, incorporados ao capital social, egressem então ou já tivessem sofrido a incidência do imposto de renda, bem como aos fundos especificamente declarados, sem possibilidade de incorporação ao capital social, destinados a atender dívidas incorríveis, prejuízos eventuais e encargos dependentes de liquidação, oriundos na conformidade do art. 37 do D.L. n. 5.844, de 23 de setembro de 1943. Tal

providência foi solicitada através de representação iniciada nesta Divisão, que teve o ensejo de submeter ao juízo de Vossa Excelência e concretizou-se na Circular ministerial n. 6, de 24 de janeiro de 1947, revogando a de n. 25, de 27 de janeiro de 1946, isto é, restabelecendo a jurisprudência firmada pela Junta de Ajuste de Lucros. Como resultado do regime mandado adotar pela Circular revocatória, determinai aos delegados regionais que observassem sempre a aludida jurisprudência, para a distinção entre reservas e provisões e lhes comuniquei que os cálculos do imposto proveniente dos acordãos da instância coletiva (J.A.L.) em reclamações contra o lançamento ou em pedidos de reconsideração, passariam a ser efetuados pelo Serviço de Lucros Extraordinários desta Divisão, cabendo às Delegacias, simplesmente, o trabalho material de seu lançamento, conforme o Ofício-Circular n. 119, de 31 de janeiro de 1947. Estou pondo em prática, também, o sistema de submeter à revisão final procedida no respectivo Ser-

vigo de Lucros Extraordinários desta Divisão, todas as declarações do imposto adicional de renda apresentadas nas Delegacias, com o fito de ajuizar o critério que, para esse efeito, venham adotando e uniformizá-lo em todas as repartições do país.

14. São estas, senhor Ministro, as apreciações que, de início, me propus trazer ao conhecimento de V. Excia., em relação ao interesse e necessidade das medidas e providências de que me sirvi, segundo o programa administrativo traçado no corrente exercício, para a obtenção de melhores resultados, expressos através duma arrecadação mais pujante, e para a estabilidade e solidez da organização geral dos serviços, cujo empreendimento e manutenção me foram confiados.

15. Entrarei, a seguir, no relatório propriamente dito, referente às atividades desta Divisão de Imposto de Renda, durante os exercícios de 1945 e 1946, que me cumpre apresentar a Vossa Excelência, de acordo com as exigências legais.

O IMPÓSTO DE RENDA NO BRASIL

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Data de cinco lustros, apenas, a criação do imposto geral sobre a renda no Brasil, instituído que foi pela lei orçamentária n. 1.4625, de 31 de dezembro de 1922.

2. Mas nenhum tributo foi precedido, tal vez, de tão longas e eruditas discussões, que se perdem nas pugnas parlamentares do 2º Império.

3. Na história do imposto de renda, em nosso país, é de alta significação a Lei de Melos n. 1507, de 26 de setembro de 1867, que introduziu novas fontes de receita no então teficentíssimo sistema tributário, dentre as quais devem destacar-se as seguintes:

- a) o imposto de 3% sobre o rendimento locativo anual não inferior a 80.000 na corte, a 180.000 nas capitais das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, São Pedro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, a 120.000 nas demais

idades e a 60.000 nos demais lugares;

- b) o imposto de 1 1/2%, pago pelas sociedades anônimas sobre os benefícios distribuídos anualmente aos seus acionistas;

- c) o imposto de 3%, a que ficavam sujeitas todas as pessoas que recebessem vencimentos dos cofres públicos gerais, provinciais ou municipais, excetuadas apenas as pensões de meio soldo e montepi e os vencimentos dos reformados, que pagariam o imposto na razão de 1%.

4. O primeiro tributo, batizado com o significativo nome de imposto pessoal, vigorou até 1895, e os outros dois, não só acompanharam os orçamentos do Império, até a sua queda, como, proclamada a República, passaram a fazer parte do sistema fiscal da União. É o que se vê do seguinte quadro, que discrimina a arrecadação de ambos os impostos no período de 1893 a 1916.

Ano	Dividendos	Vencimentos	Soma
1893	320.142.855	1.374.288.271	1.694.178.1126
1894	316.936.098	1.364.193.814	1.681.129.912
1895	776.797.095	1.520.333.104	2.297.130.1799
1896	683.187.334	1.569.221.276	2.252.408.610
1897	508.145.4012	1.499.593.598	2.008.108.9910
1898	1.004.311.150	1.415.566.842	4.117.877.992
1899	1.540.221.502	3.372.119.940	4.311.701.442
1900	1.543.849.004	3.281.222.224	4.825.071.228
1901	1.382.449.8767	3.365.215.216	4.747.665.093
1902	1.549.626.039	5.621.847.757	5.181.474.196
1903	1.387.946.940	5.088.764.550	4.476.754.490
1904	1.487.647.014	3.364.364.364	4.352.011.378
1905	1.566.983.476	3.371.127.007	4.940.111.483
1906	1.683.194.592	5.632.843.350	5.296.038.942
1907	1.801.964.350	4.072.522.451	5.933.118.801
1908	1.630.127.655	4.008.000.082	5.638.127.737
1909	1.705.443.8930	859.687.815	2.565.031.705
1910	2.032.178.8963	982.006.338	3.014.175.2301
1911	2.168.086.470	1.537.404.449	3.705.490.919
1912	2.702.753.054	1.734.228.150	4.436.981.204
1913	2.649.223.4708	1.341.376.274	4.500.709.782
1914	2.890.073.258	1.015.077.174	3.705.150.432
1915	3.337.152.8923	12.496.434.113	15.833.587.006
1916	4.804.151.569	13.813.780.613	18.617.962.182

5. Tanto o imposto sobre dividendos, como, principalmente, o de vencimentos, sofreram grandes alterações no decorrer dos tempos, dada pelas necessidades orçamentárias. E tais alterações tiveram imediato reflexo na produtividade dos dois tributos, como passamos a examinar.

IMPOSTO SOBRE DIVIDENDOS

6. Pela Lei n. 126-A, de 21 de novembro de 1892, que orçou a receita geral da República para o exercício de 1893, foi mantido o imposto de 2 1/2% sobre os dividendos das sociedades anônimas, ao qual ficavam sujeitos apenas os que ti-

vessem por sede o Distrito Federal.

7. Esse regime de exceção, com referência às entidades sediadas fora do Rio de Janeiro, foi abolido, porém, pela Lei de Receita n. 489, de 15 de dezembro de 1897, que estendeu o imposto às sociedades estabelecidas nos Estados.

8. E, assim, o imposto, que rendera somente 508:453\$012 naquele ano, produziu quase o dobro em 1898, como se pode ver do quadro indicado.

9. Daí em diante, a sua arrecadação progrediu lentamente com altos e baixos, até que a Lei n. 2919, de 31 de dezembro de 1914, que criou a receita geral da União para o exercício de 1915, elevou a taxa e o campo de incidência do tributo, estabelecendo medidas destinadas, sem dúvida, a evitar a fraude, como se vê da seguinte transcrição:

"Imposto de 5% sobre dividendos e outros produtos (que forem distribuídos) de ações das companhias, sociedades anônimas e comanditas (por ações) e sobre juros das obrigações ou debênturas emitidos pelas mesmas, sendo estas sempre obrigadas ao pagamento do imposto, com recurso contra os acionistas ou obrigacionistas, assim como a requerer matrícula na respectiva repartição arrecadadora, mencionando a sua denominação, objeto, ca-

pital, número e valor das ações e das obrigações, a taxa dos juros e a indicação dos períodos convencionais em que estes e os dividendos se tornam vencidos e a fazer publicar nos jornais folhas oficiais os annuncios das chamadas respectivas com a declaração da sua taxa, tenham tais empresas sede no país ou no estrangeiro".

10. Os resultados não se fizeram esperar, porquanto em 1915 já a arrecadação do imposto ultrapassava em mais de 50% a de 1914, percentagem esta de aumento quase atingida também pela arrecadação de 1916 em comparação com a do ano anterior.

IMPOSTO SOBRE VENCIMENTOS

11. O imposto sobre vencimentos, que nos últimos anos do Império vinha sendo cobrado à taxa de 2%, foi modificado, na República, pela Lei orçamentária n. 25, de 30 de dezembro de 1891, a qual elevou a taxa a 10%, em relação aos subsídios de deputados e senadores.

12. Em 1895, pela Lei n. 191-A, de 30 de setembro, que criou a receita para o exercício de 1894, o tributo voltou a ser regido pela taxa única de 2%, que atingia não só os subsídios dos membros do Poder Legislativo, como os do Presidente e Vice-Presidente da República.

13. Como se verifica do quadro, a que nos

estamos reportando neste ligeiro estudo, a arrecadação do imposto de vencimentos, que fôra de 1.499:593\$598 no ano de 1897, ascendeu a .. 3.415:566\$342 no ano seguinte.

14. Concorreram para esse apreciável aumento as novas bases estabelecidas, para a obrança do gravame, pela Lei de Méios n. 489, de 15 de dezembro de 1897, que, a exemplo do que se fôzera, em diferentes épocas, no tempo do Império, introduziu o princípio da progressividade na aplicação de novas taxas.

15. O imposto passou, pois, a ser cobrado como segue:

2% sobre os vencimentos anuais de 1:200\$000;
4% sobre os vencimentos de 1:200\$000 até 5:000\$;
7% sobre o que excedesse de 5:000\$ até 10:000\$;
10% sobre o que excedesse de 10:000\$000.

16. Os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, dos membros do Congresso Nacional e dos Ministros de Estado incorriam na taxa única de 10%.

17. No quadro referido nota-se violento declínio de arrecadação entre os anos de 1908 e 1909, pois no primeiro ano foi ela de 4.008:660\$082 e no segundo, de 859:687\$815.

18. É que a Lei n. 2035, de 29 de dezembro de 1908, ao orçar a receita para o exercício

o seguinte, restabeleceu a antiga taxa de 2% sobre todas as subsídios e vencimentos excedentes de 1:000\$000 anuais ou 250\$000 mensais. No caso, ainda, dos proventos que ultrapassavam de 3:000\$000 anuais, o imposto era cobrado apenas sobre o excesso.

19. E de novo a rendabilidade deste tributo se foi acentuando lentamente, até que, em 1914, ante as dificuldades financeiras por que passava o país, agravadas com o rompimento das hostilidades que deram início à primeira guerra mundial, o imposto sofreu a mais radical reforma de sua história, com a criação de taxas que correspondiam a uma verdadeira redução de vencimentos.

20. Assim, a sua cobrança passou a ser feita de acordo com a tabela abaixo, inserta na lei n. 2919, de 31 de dezembro de 1914:

Vencimentos de 100\$ a 300\$ mensais	8%
Idem de 300\$ a 1:000\$	10%
Idem de 1:000\$ ou mais	15%
Subsídios do Vice-Pres. da Repúbl.	8%
Idem do Presidente da República, senadores, deputados e ministros de Estado	20%

21. Não é de admirar, portanto, que nos anos de 1915 e 1916 tal imposto produzisse ...

12.496:434\$143 e 13.813:780\$613, respectivamente, quando no ano de 1914 rendera apenas 1.615:077\$174.

OUTROS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

22. De 1916 em diante, encurtando cada vez mais o caminho que nos separava da verdade, no imposto geral sobre a renda, novas fontes de receita eram oriundas, tendo por base o rendimento, em suas várias modalidades.

23. Assim é que, ao lado dos impostos sobre dividendos e vencimentos, veio alinhar-se, em 1917, o imposto de 5% sobre os juros dos créditos ou empréstimos garantidos por hipotecas convencionais ou anticrrese, oriundo pela Lei de orçamento n. 3213, de 30 de dezembro de 1916, produzindo os três tributos a receita total de 23.136:454\$759, assim distribuída:

Dividendos	6.699:748\$611
Vencimentos	15.770:375\$606
Hipotecas	666:430\$542

24. No ano de 1918, o imposto sobre dividendos rendeu pouco menos do que no ano anterior, ou seja, 6.344:842\$720, ao passo que o de hipotecas quase dobrou a sua primeira arrecadação, com a quota de 1.273:474\$181. O de vencimentos caiu para 5.851:117\$944, em virtude da redução de taxas feita pelo Decreto-legis-

lativo n. 3343, de 26.9.1917, com o qual foi baixada a seguinte tabela:

Vencimentos de 100\$ a 300\$ mensais	2%
Idem de 300\$ a 1:000\$	4%
Idem de mais de 1:000\$	7%
Subsídios do Vice-Pres. da República	4%
Idem do Presidente da República, ministros de Estado, senadores e deputados	10%

25. Mas ao ser votada a receita para o exercício de 1919, foi o imposto sobre vencimentos eliminado do quadro fiscal, reaparecendo mais tarde, como teremos ocasião de demonstrar.

26. Não ficaram sós, porém, por muito tempo, os impostos de dividendos e de hipotecas, pois em 1920 entrava em vigor um novo tributo - 3% sobre o lucro líquido da indústria fabril - oriundo pela Lei n. 3979, de 31 de dezembro do ano anterior.

27. E, logo a seguir, mandava a Lei orçamentária n. 4230, de 31 de dezembro de 1920, tributar os lucros líquidos do comércio, da seguinte forma:

Até 100:000\$000	3%
De 100:000\$000 a 300:000\$000	4%
De 300:000\$000 a 500:000\$000	5%
Acima de 500:000\$000	7%

28. É de notar-se, ainda, que por idênti-

IMPÓSTO GERAL SOBRE A RENDA

35. Iniciados os estudos para a regulamentação do tributo instituído pela Lei n. 4625, de 31 de dezembro de 1922, à frente dos quais se encontrava o Dr. F.T. de Sousa Reis, há pouco falecido e a quem se deve a implantação do imposto de renda no Brasil, verificou-se, em breve, ser impossível levar a bom termo aquela tarefa, pelos defeitos das bases traçadas.

36. Assim, novo projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados, de cuja discussão resultou uma emenda que veio a constituir o artigo 3º, da Lei n. 4783, de 31 de dezembro de 1923, a qual orçou a receita geral da República para o exercício de 1924.

37. Dessa lei, é que surgiram os decretos ns. 16.580 e 16.581, de 4 de setembro de 1924, o primeiro aprovando o regulamento do tributo e o segundo, o de sua execução.

38. Os rendimentos, de acordo com as fontes de que provinham, eram classificados em quatro categorias:

- 1a. comércio e qualquer exploração industrial, exclusiva e agrícola;
- 2a. capitais e valores mobiliários;

3a. ordenados públicos e particulares, auxílios, emolumentos, gratificações, subsídios, pensões e remunerações, sob qualquer título e forma contratual;

4a. exercício de profissões não comerciais e não compreendidas em categoria anterior.

39. Em relação ao comércio e indústria, o rendimento tributável era obtido pela aplicação da tabela abaixo às operações mercantis, comprovadas pelo valor do selo adquirido:

Até	500:000\$000	6%
Entre	500:000\$000 e 1.000:000\$000	5%
Entre	1.000:000\$000 e 2.000:000\$000	4%
Entre	2.000:000\$000 e 3.000:000\$000	3%
Acima de	3.000:000\$000	2%

40. Mas se o contribuinte não estivesse sujeito ao regulamento do imposto sobre vendas mercantis, calcular-se-ia o lucro líquido aplicando coeficientes ao algarismo total de negócios, de conformidade com tabela a ser organizada por uma comissão especialmente designada para tal fim. Essa tabela foi baixada, posteriormente, com o Decreto n. 17.012, de 19 de agosto de 1925.

41. As sociedades anônimas ficavam obriga-

das à declaração do lucro real, apurado em balanço correspondente ao período de seis meses anterior à data do pagamento do imposto.

42. Finalmente, o tributo era calculado, em cada uma das quatro categorias indicadas, aplicando-se a seguinte tabela aos respectivos rendimentos:

Até	10:000\$000	Isento
Entre	10:000\$000 e 20:000\$000		0,5%
Entre	20:000\$000 e 30:000\$000		1 %
Entre	30:000\$000 e 60:000\$000		2 %
Entre	60:000\$000 e 100:000\$000		3 %
Entre	100:000\$000 e 200:000\$000		4 %
Entre	200:000\$000 e 300:000\$000		5 %
Entre	300:000\$000 e 400:000\$000		6 %
Entre	400:000\$000 e 500:000\$000		7 %
Acima de	500:000\$000	8 %

43. Esta lei foi objeto, também, de acerbas críticas, pois estava longe de atender aos princípios básicos de um verdadeiro sistema de imposto de renda - geral e pessoal.

44. Além de importantes rendimentos escaparem ao tributo, como os provenientes da agricultura, da propriedade imóvel, de títulos da dívida pública, os que se enquadravam nas categorias criadas eram submetidos às mesmas taxas, quando a boa técnica fiscal manda aplicar ta-

nas mais brandas aos rendimentos de mais difícil obtenção, como, por exemplo, os do comércio.

45. Por outro lado, como teve ocasião de acentuar o Dr. F.T. de Sousa Reis, comerciantes e industriais ficavam numa posição particularmente privilegiada. O seu lucro, como vimos, era calculado mediante a aplicação de diferentes percentagens ao total de suas operações mercantis. E quando as operações não excedessem de 500:000\$000, a percentagem era de 6%. Ora, como no cálculo do imposto os primeiros 10:000\$000 estavam isentos, para obter-se rendimento superior a esta importância era necessário que o volume das operações ultrapassasse de 166:666\$666. Assim, todos os comerciantes e industriais, cujas vendas não excediam tal montante, nenhum tributo pagavam.

46. Mas a maior falha da lei era de haver adotado exclusivamente o tipo de imposto adular, deixando, portanto, de apurar a renda global do contribuinte para conceder-lhe deduções de caráter pessoal, como mínimo de subsistência e encargos de família.

47. Impunha-se, assim, a racionalização do sistema, o que, após longos estudos, foi feito pela Lei de Meios n. 4984, de 31 de dezembro de 1925.

tribuintes do imposto de renda.

55. As pessoas jurídicas, isto é, as sociedades anônimas, as por quotas de responsabilidade limitada, as em comandita por ações, bem como as demais comerciais e industriais, eram tributadas sobre os lucros líquidos, calculados na base dos percebidos em um período de doze meses consecutivos, encerrado com o balanço antecedente ao último dia do prazo para a entrega da declaração, em cada exercício financeiro.

56. Essas firmas ou sociedades tinham o direito, porém, de optar pelo pagamento do imposto na base da receita bruta ou do volume de negócios realizados no ano civil anterior, calculando-se o lucro tributável por meio de coeficientes que seriam fixados por uma comissão técnica a ser nomeada pelo Governo.

57. O imposto devido pelas pessoas jurídicas era de 6%, excetuadas, entretanto, as sociedades civis, cujos lucros incorriam na taxa de 3%.

58. Como se vê, foi a Lei 4984, que acabou ligeiramente de examinar, a matriz onde se moldou o adiantado sistema brasileiro de imposto de renda, e que ainda hoje obedece aos princípios gerais por ela traçados.

59. De fato, adotado o tipo misto de im-

posto - taxa proporcional ou cedulares, de acordo com a origem do rendimento, e taxa de superposição ou complementar progressiva, aplicáveis à renda global líquida - ficavam preenchidas as três condições indispensáveis à boa aplicação de gravame: personalidade, progressividade e diferenciação.

60. A lei foi regulamentada pelo Decreto n. 17.390, de 26 de julho de 1926, peça de alto valor técnico, em que se assentaram todas as reformas por que veio a passar o tributo no decorrer dos tempos.

61. Em seus três primeiros anos, produziu o imposto de renda a seguinte arrecadação:

1924	-	25.190:000\$000
1925	-	27.246:068\$798
1926	-	35.540:490\$436

62. Como se pode verificar pelo confronto destes números com os elementos já oferecidos, a arrecadação de 1924 e 1925 foi inferior à que produziram, em 1923, os vários impostos isolados sobre diferentes rendimentos.

63. A explicação desse fato nos é dada pelo Dr. F.T. de Souza Reis, no interessante trabalho "Imposto sobre a Renda", em que expõe os motivos da reforma da Lei n. 4783, de 31 de dezembro de 1923:

"A arrecadação do imposto no exercício de 1924, começou a ser feita com grande atraso. O regulamento foi aprovado em 4 de setembro, data em que tiveram início os trabalhos preparatórios indispensáveis à cobrança, tanto no Distrito Federal, como nos Estados. Por este motivo foi durante o ano de 1925 que se pôde ativar a expedição das listas, serviço que se fez morosamente porque o prazo de recebimento das declarações de renda correspondente àquela exercício foi prorrogado até 31 de abril de 1925. A maior parte da receita foi, assim, arrecadada sob o título de dívida ativa, o que justifica a parecer na Contadoria Central da República dados menores do que os obtidos por informações diretas das Delegações Fiscais e exatarias do Estado do Rio de Janeiro. Igualmente, a cobrança do imposto no exercício de 1925 não pôde começar antes de outubro, ficando muito atrasada em alguns Estados. O Decreto n. 16.838, de 24 de março de 1925, fixou o processo de cobrança em moldes diferentes quanto aos Estados e ao Distrito Federal. Nos primeiros, o pagamento da primeira quota do imposto deveria ser feito no ato do recebimento da declaração e as demais quotas com intervalos de 30 dias, ficando todas as declarações sujeitas à revisão pela Delegacia Geral, que tem competência para expedir lista suplementar de cobrança, em qualquer ponto do território nacional. Aconteceu, porém, que em muitos Estados as declarações foram recebidas sem o pagamento da primeira quota e remetidas à Delegacia Geral para o lanço-

mento e expedição das listas respectivas. Entre os Estados em que tais fatos ocorreram, está o do São Paulo, onde uma só colônia arrola à Delegacia Geral mais de 17.000 declarações de renda nestas condições".

64. Com referência a 1926, o que ocorreu para que o imposto se manifestasse como tão fraca fonte de receita foi a concessão objeto do Decreto legislativo n. 5050, de 4 de novembro do mesmo ano, necessária na fase inicial de um tributo que encontrava a maior resistência à sua adaptação, como em toda a parte em que foi instituído.

65. De fato, mandava esse decreto que gozassem do abatimento de 75%, sobre a totalidade do imposto devido, os contribuintes que fizessem declaração de seus rendimentos até 30 de novembro daquele ano e efetuassem o respectivo pagamento até 31 de dezembro; os que já tivessem pago o imposto teriam direito à restituição ou ao desconto de excesso nos pagamentos a que estivessem sujeitos em exercício futuro.

66. É interessante notar que até alguns anos depois, embora em bases mais módicas, a lei continuava a conceder idênticos favores aos contribuintes do imposto de renda.

67. Assim, o Decreto n. 5138, de 5 de janeiro de 1927, ao alterar alguns dispositivos

do regulamento baixado com o Decreto n. 17.390, de 26 de julho de 1926, determinou que a cobrança do tributo fosse procedida com o abatimento de 50%.

68. Vejamos, agora, a arrecadação que a nova figura fiscal produziu até 1930, num período, pois, de ajustamento, em que não há modificações de maior monta a indicar.

1927	-	54.589:451\$991
1928	-	63.666:910\$497
1929	-	63.009:791\$088
1930	-	54.551:274\$817

69. A receita do tributo caminhava, como é evidente, a passos vacilantes, resultado, sobretudo, da crise financeiro-econômica que em breve tomaria vulto, agravada pelas radicais transformações políticas por que passou o país.

70. Daí, na luta intentada para fazer frente ao deficit orçamentário, as profundas modificações introduzidas na legislação do imposto de renda, por meio do Decreto n. 19.550, de 31 de dezembro de 1930, as quais concorreram, grandemente, para o aperfeiçoamento do sistema.

71. Criou-se a taxa proporcional de 6% para os rendimentos da 5a. categoria, ou seja, os provenientes de capitais imobiliários, até então isentos de imposto cedular, computados que

eram, apenas, para o cálculo do imposto complementar progressivo; reduziu de 25% para 15% a dedução que era feita dos mesmos rendimentos a título de conservação dos imóveis arrendados. Por sua vez, a taxa proporcional que incidia sobre os rendimentos de capitais mobiliários, excetuados os títulos de dívidas públicas, foi elevada de 5% para 8%.

72. Foi este decreto que traçou novas retrizes à cobrança do imposto de rendimentos pertencentes a residentes no estrangeiro, obrigando as empresas e particulares que pagassem tais rendimentos a deduzir, no ato da remessa, 8% das respectivas importâncias, taxa esta que deveria recair sobre as quantias brutas, sem levar-se em conta a isenção de base.

73. Outra inovação importante do mesmo diploma legal, que se esmerou em acentuar o caráter de equidade do tributo, foi a de mandar tributar as sociedades anônimas de acordo com os lucros reais verificados anualmente, segundo balanço e demonstração de lucros e perdas, cassando-lhes, assim, o direito que antes tinham de optar pelo lançamento com base no lucro presumido.

74. Foi ainda o mesmo decreto que, maiorando o mínimo de isenção de 6:000\$000 para

10:000\$000, em face do crescente custo da vida, baixou nova tabela para a cobrança do imposto complementar progressivo, que transcrevemos a seguir:

Até	10:000\$000		Isento
Entre	10:000\$000 e	20:000\$000	0,5%
Entre	20:000\$000 e	30:000\$000	1 %
Entre	30:000\$000 e	60:000\$000	3 %
Entre	60:000\$000 e	90:000\$000	5 %
Entre	90:000\$000 e	120:000\$000	7 %
Entre	120:000\$000 e	150:000\$000	9 %
Entre	150:000\$000 e	200:000\$000	10 %
Entre	200:000\$000 e	250:000\$000	11 %
Entre	250:000\$000 e	300:000\$000	12 %
Entre	300:000\$000 e	400:000\$000	13 %
Entre	400:000\$000 e	500:000\$000	14 %
Acima de	500:000\$000	15 %

75. Medida outra, de grande repercussão na receita do tributo, adotada por esse decreto, foi reduzir para 25% o abatimento sobre o imposto de vida, que desde o Decreto 5138, de 5 de janeiro de 1927, vinha sendo concedido na base de 50%. Mas aquele abatimento mesmo, de 25%, foi revogado pelo art. 88 do Decreto n. 19.936, de 30 de abril de 1931, que alterou o orçamento da receita para o mesmo exercício.

76. Completando a reforma que acabamos de examinar, em breves traços, baixou o Governo, a

seguir, o Decreto n. 19.723, de 20 de fevereiro de 1931, o qual veio sanar sérias contradições, alargando a esfera de incidência do tributo.

77. Assim, firmando o princípio de generalidade, que é básico do sistema, dispôs, taxativamente, serem passíveis do imposto de renda os vencimentos dos membros da magistratura da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, bem como os do funcionalismo estadual e municipal. Traçou, ainda, as normas a serem seguidas no caso de falecimento do contribuinte, bem como no de sucessão defirmas ou sociedades, definindo, ali, a responsabilidade do espólio, e, aqui, a da firma ou sociedade sucessora.

78. Ao mesmo decreto acoube, também, regulamentar a prescrição, em face do imposto de renda, baixando normas que se têm mantido quasi intactas até o momento presente.

79. As inovações em apreço, acompanhadas da ampliação da máquina administrativa, determinaram apreciável aumento da arrecadação em 1931, a qual atingiu à elevada importância de 85.458:389\$363.

80. Em relação às modificações por que passou a legislação do imposto de renda, naquele ano, cumpre citar, ainda, o Decreto n.

do tributo, a arrecadação produzida pelo imposto de renda, no ano de 1932, atingiu a 32.299:816\$487, tendo havido, pois, sensível de crêscimo, em comparação com o ano anterior. Con correu, sem dúvida, para êsse fato, o período de anormalidade por que passou o país, com a revolução constitucionalista de São Paulo.

86. Mas no ano seguinte, e nos outros que se sucederam, a arrecadação manteve-se sempre em linha ascendente, cada vez mais acentuada, até tornar-se o tributo uma das mais poderosas fontes de receita da União.

87. Transcrevemos, a seguir, para melhor ilustrar o assunto, os números relativos a mais oito anos de vida do imposto, para entrarmos, de pois, em breve análise das modificações sofridas por sua legislação no mesmo período.

1933	-	122.845:261\$168
1934	-	130.490:017\$896
1935	-	140.000:000\$000
1936	-	184.507:410\$900
1937	-	215.722:744\$900
1938	-	267.544:096\$400
1939	-	308.927:187\$700
1940	-	402.281:183\$600

88. Até 1936, pode-se dizer que nenhuma mal de importância foi baixada, visando, particular

mente o imposto de renda. Lei n. 1.111, de 1932, e o Decreto n. 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, que dispôs sobre as sociedades cooperativas, o Decreto n. 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, que regulou as sociedades de capitalização, o Decreto n. 22.957, de 19 de julho de 1933, que estabeleceu os meios assecuratórios da cobrança da dívida pública, o Decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934, que aprovou as instruções para a organização e funcionamento das instâncias coletivas de julgamento de recursos fiscais, leis essas, repetimos, que indiretamente repercutiram na aplicação do tributo.

89. A Constituição de 16 de julho de 1934 é que, nessa época, mais profundamente o afetou, ao determinar que à União competia, privativamente, decretar "impostos de renda e proventos de qualquer natureza, excetuada a renda censual de imóveis". Ficou revogado, assim, o imposto de 6% que incidia sobre os alugueis de imóveis, os quais passaram a ser computados, apenas, para a aplicação da tabela do imposto complementar progressivo, o que provocava, não raro, sérias questões que só iam encontrar solução no Poder Judiciário. Tendo, porém, a Constituição de 11 de novembro de 1937 eliminado, na capacidade de tributar da União, a exceção relativa à renda censual de imóveis, pode o Decreto-lei n.

1168, de 22 de março de 1939, de que trataremos adiante, gravá-la com a taxa proporcional de 3%.

90. Cumpre citar, também, pela sua importância, sob o ponto de vista administrativo, o Decreto n. 23.841, de 7 de fevereiro de 1934, que oficializou o quadro do pessoal da Delegacia Geral do Imposto de Renda, responsável pela aplicação do gravame em todo o país, e que passou a denominar-se Diretoria do Imposto de Renda. Baixado o regulamento de seus serviços pelo Decreto n. 699, de 18 de março de 1936, não foi estabelecida a organização, jurisdição e competência da Diretoria, fixando-se os encargos dos órgãos de que era composta e as atribuições de seu diretor e funcionários. E à repartição, tendo-se em vista as particularidades do tributo, foi assegurada a maior destreza de movimentos, no que dizia respeito, particularmente, a pessoal, material e fiscalização.

91. Em 1936, também, ao conceder o Governador um abono provisório de vencimentos a todo o funcionalismo civil da União, pela Lei n. 183, de 13 de janeiro, do mesmo ano, recorre de novo ao imposto de renda para o reforço de sua receita tributária, majorando as taxas do imposto complementar progressivo, a partir das rendas superiores a 150:000\$000, como se vê:

Até	10:000\$000	Isento
Entre	10:000\$000	e 20:000\$000	0,5%
Entre	20:000\$000	e 30:000\$000	1 %
Entre	30:000\$000	e 40:000\$000	2 %
Entre	40:000\$000	e 50:000\$000	3 %
Entre	50:000\$000	e 60:000\$000	4 %
Entre	60:000\$000	e 70:000\$000	5 %
Entre	70:000\$000	e 80:000\$000	6 %
Entre	80:000\$000	e 90:000\$000	7 %
Entre	90:000\$000	e 100:000\$000	8 %
Entre	100:000\$000	e 110:000\$000	9 %
Entre	110:000\$000	e 120:000\$000	10 %
Entre	120:000\$000	e 130:000\$000	11 %
Entre	130:000\$000	e 140:000\$000	12 %
Entre	140:000\$000	e 150:000\$000	13 %
Entre	150:000\$000	e 160:000\$000	14 %
Entre	160:000\$000	e 170:000\$000	15 %
Entre	170:000\$000	e 180:000\$000	16 %
Entre	180:000\$000	e 190:000\$000	17 %
Entre	190:000\$000	e 200:000\$000	18 %
Acima de	200:000\$000		18 %

93. De há muito vinha provocando sérias controvérsias o modo de ser tributada a renda dos corretores, considerados ora como pessoas físicas, ora como jurídicas. Coube então à Lei n. 389, de 6 de fevereiro de 1937, fixar critério definitivo, estabelecendo que os rendimentos de negócios de corretagens, de qualquer natureza, ficavam sujeitos unicamente ao imposto proporcional de 2%, além do complementar progressivo.

94. Dignos de menção, também, no período que estamos apreciando, embora estabelecendo princípios gerais de justiça fiscal, mas que se estenderam ao imposto de renda, são os Decretos-leis ns. 5 e 42, de 13 de novembro e 6 de dezembro de 1937, respectivamente, e os de ns. 607, de 10 de agosto de 1938, e 960, de 17 de dezembro do mesmo ano. Muitos de seus dispositivos, depurados na aplicação prática, acham-se hoje integralmente reproduzidos na legislação própria do tributo.

95. Fértil como poucos, em matéria de alterações ao imposto de renda, foi o ano de 1939.

96. Temos, em primeiro lugar, o Decreto-lei n. 1.168, de 22 de março, que reduziu a 30 de abril o prazo para entrega de declaração, que antes ia a 30 de junho, determinando que o

pagamento do imposto teria início em 1 de agosto, ao invés de 1 de setembro, como era até então. Baixou, também, normas a serem observadas pelas firmas individuais e sociedades, em relação ao período que, em casos especiais, deveriam abran-

97. Atendendo às condições de vida, já em sensível encarecimento, elevou aquêle diploma legal o mínimo de isenção para 12:000\$000, modificando, ligeiramente, a tabela do imposto complementar progressivo, na qual foi conservada a taxa máxima de 18% para as rendas superiores a ... 500:000\$000. Estabeleceu, ainda, várias medidas para a defesa do crédito fiscal, permitindo aos funcionários do imposto de renda o exame dos processos ou autos de inventário, em cartório, quer antes, quer depois da partilha e de seu julgamento ou homologação. Apresentada, porém, a relação dos bens, no inventário, ao Juiz competente transmiti-la à repartição competente, solicitando informações sobre a existência de débito em nome do de cujus ou do espólio.

98. O processo de lançamento "ex-officio" por falta de declaração teve seus efeitos grandemente atenuados, uma vez que passaram a incorrer apenas na multa de 50\$000 a 200\$000 os que demonstrassem não ter apresentado declaração em vir

tude de a renda global, feitas as deduções de direito, haver caído abaixo do mínimo tributável, ou, em se tratando de firma ou sociedade, se ficasse provado não ter havido lucro no ano de base do imposto. Ora, pela legislação anterior, além das multas de lançamento "ex-officio", que variavam de 30% a 300%, os interessados pagavam o tributo sempre pela renda bruta, em virtude de perderem o direito às deduções legais.

99. Os residentes no estrangeiro, e que auferiam rendimentos no território nacional, tiveram, também, sua situação definida, no caso especial em que passavam a residir no Brasil.

100. Além de criar o imposto secular de 3% para os rendimentos produzidos por imóveis, como tivemos ocasião de observar, ao tratarmos do assunto em face das Constituições de 1934 e 1937, o Decreto-lei n. 1168 mandou classificar como rendimento da 2a. categoria os lucros decorrentes de prêmios em dinheiro, obtidos em loteria ou sorteio de qualquer espécie, determinando que a respectiva taxa - 8% - fosse descontada no ato do pagamento dos mesmos prêmios, os quais incorriam, também, pelo seu líquido, no imposto complementar progressivo, devendo, assim, ser acusados na declaração dos benefi

ados.

100. Em face das controvérsias de longa duração existentes, acerca disso, ainda, o mesmo decreto-lei estarem sujeitos ao imposto de renda os juros de apólices de dívida pública, qualquer que fosse a data de emissão, excetuados apenas os casos de concessão, por lei, de imunidade fiscal, imposto esse cobrado à razão da taxa de 1% para os títulos ao portador, e à de 3% para os nominativos. Do mesmo modo, confirmando mais uma vez a generalidade do tributo, foi feita declaração em pressa de estarem obrigados ao imposto todos quantos recebessem vencimentos dos cofres públicos, federais, estaduais ou municipais, inclusive os membros da magistratura da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, bem como os funcionários de estabelecimentos autônomos. E, como medida de controle seguro, ficou assente que nenhum funcionário, que percebesse vencimento superior a 12:000\$000, poderia ser pago, depois de 30 de abril, sem fazer prova de ter apresentado sua declaração.

101. Ao decreto-lei em apreço deve-se, finalmente, a instituição do serviço permanente de fiscalização, em todo o território nacional, a cargo de um corpo de peritos-contadores, que, em número de 100, integrados em carreira especial, en

tão criada, foram distribuídas pelas diferentes unidades da Federação.

102. E os exames da escrita comercial das firmas e sociedades, que até então era da competência dos agentes fiscais do imposto de consumo, de conformidade com dispositivo baixado pelo decreto n. 21.554, de 20 de junho de 1932, passaram a ser da alçada dos peritos e funcionários do imposto de renda, sendo taxativamente revogado, para tal efeito, o art. 17 do Código Comercial.

103. Em complemento às medidas adotadas pelo Decreto-lei n. 1168, em relação aos juros de apólices ao portador, prêmios de loterias ou sorteios e vencimentos dos funcionários públicos, estaduais e municipais, baixou o Governo, em 29 de junho de 1939, o de n. 1591, onde foram estabelecidas as regras fundamentais para a cobrança do respectivo imposto, de modo a ficarem perfeitamente salvaguardados os interesses do Fisco.

104. Reportando-se, igualmente, ao que ficara previsto, com referência à fiscalização, veio, a seguir, o Decreto-lei n. 1440, de 24 de julho de 1939, determinar que os funcionários da Diretoria do Imposto de Renda teriam direito à metade das multas impostas, quer em virtude da

determinada irregularidade, por falta de diligência, quer em virtude de exames de escrita. Nos casos de denúncia, a quota-parte de multa caberia, em partes iguais, ao denunciante e aos funcionários que efetuassem a diligência ou apurassem a procedência da denúncia. Os princípios constantes deste decreto-lei, sobre o assunto, são os que hoje vigoram, embora menor a percentagem de participação nas multas.

105. Resta citar, por fim, no ano de 1939, o Decreto-lei n. 1564, de 5 de setembro, pelo qual o Governo confirmava os textos de lei, decretados pela União, que sujeitaram ao imposto de renda os vencimentos pagos pelos cofres públicos estaduais e municipais, considerando sem efeito as decisões do Supremo Tribunal Federal e de quaisquer outros tribunais e juizes que tivessem declarado a inconstitucionalidade de tais textos, o que, a seu ver, não consultava o interesse nacional nem o princípio de generalidade do tributo.

REFORMA FISCAL-ADMINISTRATIVA DE 1942

106. Como tivemos oportunidade de verificar, nesta resenha da evolução do imposto de renda no Brasil, o sistema sofreu, no decorrer dos anos, importantes reformas, destinadas a

ajustá-lo às condições internas do país, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social.

107. Porquero é reconhecer, porém, que as alterações por que a lei passava, ora para dar maior vulto aos princípios básicos do tributo, ora quais se destaca o da generalidade, ora para criar barreiras mais consistentes contra a evasão e a fraude, nem sempre eram amparadas por medidas que viessem fortalecer o aparelho administrativo, para o integral desempenho de suas importantes funções.

108. Era natural, pois, que os serviços se executassem, em todas as unidades da Federação, com grande deficiência, impedindo, não obstante os esforços dos responsáveis pela aplicação do gravame, que a este fosse dado o desenvolvimento que as condições econômicas das diferentes regiões permitiam.

109. E a crise financeira, agravada com o conflito europeu, que começava a ter sério reflexo nos direitos aduaneiros, de novo fez o Govêrno voltar suas vistas para o imposto de renda, cuja comprovada maleabilidade se prestava admiravelmente à obtenção de maiores recursos orçamentários. Mas desta vez entendeu-se, ao contrário do que sucedera em reformas anteriores, que

a modificação da lei, sem a racionalização do mecanismo administrativo, seria apenas meio caminho andado.

110. Daí haver sido criada, pelo Decreto-lei n. 2027, de 21 de fevereiro de 1940, posteriormente ampliada pelo de n. 2455, de 26 de julho do mesmo ano, a "Comissão de Reorganização dos Serviços da Diretoria do Imposto de Renda", à qual competia elaborar os projetos do decreto-lei orgânico, regulamento e regimento da nova repartição, bem como promover a sua instalação e funcionamento.

111. E a comissão então nomeada para proceder aos estudos necessários ao cumprimento de tais encargos, atacou o problema sob todos os aspectos, não poupando esforços no sentido de prover o país de um sistema de imposto de renda, que atendesse aos mais modernos dictames não só da técnica como da justiça fiscal.

112. Impôs-se, inicialmente, a consolidação de todos os dispositivos atinentes ao tributo, que figuravam em várias leis e regulamentos, dificultando grandemente a sua aplicação. E ao mesmo tempo em que se realizava esse trabalho de coordenação, procurava-se dar forma mais perfeita e racional ao código básico do imposto de renda, eliminando-o de textos obsoletos e adicionando-lhe

novos dispositivos, aconselhados pela legislação alienígena, sem, contudo, alterar as linhas mestras do sistema.

113. Do projeto apresentado ao Governo, após a discussão por que passou no gabinete do Senhor Ministro da Fazenda, com a assistência de representantes do comércio, da indústria e da agricultura, decorreu o Decreto-lei n. 4178, de 13 de março de 1942, que substituiu toda a legislação então existente sobre o tributo.

114. Além da segura sistematização da matéria, esmerou-se o novo diploma legal no capítulo da fiscalização, obrigando, entre outras medidas, determinados órgãos ao fornecimento de valiosos elementos cadastrais, e impondo a prova de quitação do imposto de renda como condição indispensável para a realização de certos atos ou transações pelas pessoas físicas ou jurídicas. Assim, a partir daquela data, por exemplo, ninguém mais ponde viajar para o exterior sem fazer prova de estar em situação regular perante o tributo.

115. Outra inovação de grande alcance, sob o ponto de vista fiscal, introduzida pelo mesmo decreto-lei, foi obrigar os contribuintes a informar em fichas individuais, prontas para entrar no cadastro das repartições, os rendimen-

tos pagos ou creditados a terceiros, informações essas prestadas, pelo regime anterior, nas declarações de rendimentos ou em longas relações, nos casos de entidades comerciais.

116. Mas o característico principal de reforma de tal vulto, numa ocasião de prementes dificuldades financeiras, foi, sem dúvida, o fato de nenhum aumento de taxas ter sido levado a efeito. É que a reforma administrativa, propriamente dita, de que falaremos a seguir, era altamente promissora, pela sua extensão e profundidade.

117. Estudadas as condições geográficas e econômicas do país, sob o ponto de vista fiscal, sustentou a citada Comissão de Reorganização que só através da descentralização intensa dos serviços, a exemplo do que já vinham fazendo, com ótimos resultados, os Estados Unidos da América, seria possível estabelecer métodos racionais de trabalho, que permitissem, sobretudo, fiscalização eficiente e controle seguro de um elemento tão variável como é o rendimento. E a própria experiência indígna já havia revelado que quanto mais reduzido o âmbito de ação do órgão fiscal mais eficiente e significativo é o seu trabalho, porquanto, dentro dos limites que lhe são estabelecidos, pode ele averiguar as circunstâncias de

aumento ou decréscimo da renda dos contribuintes mais importantes sob sua jurisdição, graças a cadastros locais mais perfeitos, continuamente atualizados.

118. Mas se por um lado ficou irrefutavelmente demonstrado que a descentralização dos serviços era o que melhor atendia ao caráter do tributo, por outro verificou-se que se impunha uma direção única e centralizada, que coordenasse e superintendesse todas as atividades exercidas pelos órgãos do imposto de renda no país.

119. A nova organização proposta foi integralmente aceita pelo Decreto-lei n. 4042, de 22 de janeiro de 1942, pelo qual a antiga Diretoria do Imposto de Renda foi substituída pela Divisão do Imposto de Renda, tendo o regimento de seus serviços sido aprovado pelo Decreto n. 9423, de 20 de maio do mesmo ano.

120. Parece-nos interessante dar, em linhas gerais, a estrutura e funcionamento da nova repartição, que permitiu ao imposto desempenhar o importante papel que hoje ocupa no sistema tributário brasileiro.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA (D.I.R.)

121. A Divisão do Imposto de Renda é a re-

partição que administra, coordena, orienta e fiscaliza a execução de todos os serviços do tributo no país.

122. Cabendo-lhe, pois, as funções de estudo, planejamento e orientação das funções executivas, necessita estar convenientemente aparelhada para resolver ou esclarecer as inúmeras e intrincadas questões que o imposto provoca, dada a sua repercussão não só no terreno econômico como no social.

123. Daí os órgãos que a integram, a saber:

I. Serviço de Administração

Este Serviço, como seu nome indica, tem a seu cargo os trabalhos próprios de economia interna, dos órgãos integrantes e subordinados da D.I.R.

Compreende as seguintes Seções, que pelo nome também indicam sua finalidade:

Seção do Pessoal
Seção do Material
Seção de Mecanografia
Seção de Mecanização

II. Serviço de Tributação

Incombe a este Serviço a interpretação dos princípios técnicos que regem o tributo, bem

como a uniforme aplicação do sistema em todo o território nacional, estando, assim, subdividido em :

Secção Técnica do Tributo
 Secção de Restituições e Recur-
 sos
 Secção de Revisão

III. Serviço de Controlo e Estatística

Cabe a este Serviço a apuração de resultados, em todo o país, demonstrando-os através da estatística e outros estudos, bem como o laborar os planos de fiscalização, em relação ao tributo, e realizar os de inspecção, com referência às actividades próprias executivas dos órgãos descentralizados.

Compõe-se das seguintes secções:

Secção de Controlo do Lançamento
 e Arrecadação
 Secção de Estatística
 Secção de Fiscalização e Inspecção

IV. Serviço de Lucros Extraordinários

Este Serviço foi criado posteriormente à reforma de 1942, em virtude da instituição do imposto sobre lucros extraordinários, de que falaremos oportunamente, pelo Decreto-lei n.º ..

6224, de 24 de Janeiro de 1944.

A ele compete a orientação, coordenação e fiscalização daquele tributo, actualmente em pósto adicional de renda.

Compõe-se de duas Secções, a saber:

Secção de Orientação e Fiscalização
 Secção de Controlo

V. Delegacias Regionais

Há vinte e uma Delegacias Regionais sob a immediata dependência da Divisão do Imposto de Renda, uma com sede no Distrito Federal e as demais na Capital de cada Estado.

As Delegacias Regionais têm acção sobre todo o Estado e Distrito Federal, isoladamente ou por intermédio das Delegacias Seccionais, de que trataremos adiante, competindo-lhes dirigir os trabalhos de lançamento e controlo do imposto de renda, na respectiva região. Como região entende-se o território de cada Estado e o do Distrito Federal.

Estão separados, nessas Delegacias Regionais, os trabalhos próprios de administração dos de natureza fiscal.

Compreendem, assim, aquelas repartições,

com exceção das de São Paulo e Distrito Federal, duas Seções;

Seção de Administração

Seção de Tributação e Fiscalização

A primeira Seção, por intermédio de suas Turmas de Pessoal, Material, Comunicações, Mecanografia e Mecanização, tem de modo mais restrito e com âmbito apenas local, as mesmas funções que o Serviço de Administração da D.I.R.

A Seção de Tributação e Fiscalização, a que estão afetos todos os trabalhos relacionados com o imposto, divide-se em:

- Turma de Cadastro
- Turma de Revisão e Fiscalização
- Turma de Lançamento e Controle da Arrecadação
- Turma de Reclamações e Recursos
- Turma de Estatística
- Turma de Lucros Extraordinários

VI. Delegacias Regionais no Distrito Federal e São Paulo

A organização das Delegacias Regionais no Distrito Federal e Estado de São Paulo, que concorrem, anualmente, com mais de 70% da arrecadação total do imposto de renda, tem maior am

plitude do que a das Delegacias sediadas nas demais unidades da Federação, embora o seu esquema seja praticamente o mesmo.

Dado o vulto, pois, de seus trabalhos, aquelas duas repartições acham-se assim constituídas:

Seção de Administração,
que se divide em

- Turma do Pessoal
- Turma do Material
- Turma de Comunicações
- Turma de Mecanografia
- Turma de Mecanização

Serviço de Tributação e Fiscalização,
compreendendo

- Seção de Cadastro
- Seção de Lançamento e Controle da Arrecadação
- Seção de Reclamações e Recursos
- Seção de Revisão e Fiscalização
- Seção de Estatística
- Seção de Lucros Extraordinários

As atribuições desses órgãos são as mesmas que têm, respectivamente, as Seções e Turmas de igual nome das Delegacias Regionais nos outros Estados.

VII. Delegacias Seccionais

Há trinta e sete Delegacias Seccionais, instaladas no interior dos Estados do Ceará (2), Paraíba (1), Pernambuco (2), Bahia (3), Espírito Santo (1), Rio de Janeiro (2), São Paulo (9), Paraná (2), Santa Catarina (2), Rio Grande do Sul (4) e Minas Gerais (9).

Cabe-lhes o lançamento e controle do imposto na circunscrição que lhes foi estabelecida, pois têm competência para receber e rever as declarações, fixar o impôsto e notificar os contribuintes. Não são, porém, órgãos julgadores, devendo as reclamações, contra os lançamentos por elas efetuados, ser encaminhadas às Delegacias Regionais a que estão subordinadas, para o competente julgamento.

As Delegacias Seccionais compõem-se de:

- a) Turma de Administração, compreendendo os serviços de Pessoal, Material, Comunicacões e Portaria;
- b) Turma de Tributação e Fiscalização, compreendendo os serviços de Cadastro, Revisão e Fiscalização, lançamento e controle da Arrecadação, e Estatística.

Esses serviços obedecem, de modo geral, às normas estabelecidas para as Delegacias Regio

nais.

124. Ao propor a nova organização para o impôsto de renda, que acabamos de examinar, a Com^{ss} são encarregada dos respectivos estudos julgava que, instaladas as Delegacias Seccionais, amplidas as Regionais e organizada a Divisão (sede), como previa o plano apresentado, a arrecadação do tributo teria todas as probabilidades de oferecer, logo de início, aumento superior a Cr\$ Cr\$ 200.000.000,00.

125. Mas embora os novos órgãos não estivessem ainda devidamente aparelhados, o aumento de arrecadação, no primeiro ano da reforma, foi muito superior ao previsto, uma vez que ao total de Cr\$ 531.104.730,40, arrecadado no exercício de 1941, contrapôs-se o de Cr\$ 983.020.066,10, arrecadado no exercício de 1942. A percentagem de aumento da arrecadação foi, assim, de 84,15%.

126. É importante notar que o impôsto de renda, não obstante o seu firme crescimento, era largamente suplantado, até então, pelas demais riguas, de caráter indireto, do sistema tributário nacional. Entretanto, em 1942, quando a sua arrecadação quasi duplicou, como vimos, a do exercício anterior, a sua percentagem na Receita Ordinária da União foi de 22,3%, excedida apenas

pelo imposto de consumo, que contribuía com 28,7%.

127. Em 1943, porém, quando a reforma administrativa estava em pleno vigor, com a instalação da maioria das Delegacias Seccionais, o imposto de renda atinge, finalmente, a predominância sobre as demais fontes de receita federal, com a elevada arrecadação de Cr\$ Cr\$ 1.567.384.957,30, que correspondia a 28,9% dos réditos ordinários da União. E, releve-se, foi neste ano que todas as repartições do imposto de renda tiveram seus encargos gran-

damente aumentados com o lançamento e cobrança da subscrição compulsória de "Obrigações de Guerra", instituída pelo Decreto-lei n. 4789, de 5 de outubro de 1942.

128. Para que melhor possam ser avaliados os resultados imediatos da descentralização fiscal levada a efeito, apresentamos, a seguir, quadro comparativo do imposto arrecadado, nos exercícios de 1941 a 1943, em algumas das cidades, em que foi localizada a sede das Delegacias Seccionais:

Cidade	1941	1942	1943
Sobral, Estado do Ceará	102.644,40	196.358,80	287.287,30
Alfenas, Estado da Bahia	263.839,00	624.336,00	814.124,30
Jaraguá, Estado do Piauí de Janeiro	2.825.911,90	3.976.894,80	6.333.819,30
Assisquara, Estado de São Paulo	552.662,50	462.955,00	805.490,00
Marília, Estado de São Paulo	1.240.587,60	1.110.350,20	2.168.801,20
Campana, Estado de São Paulo	3.195.260,70	3.508.851,90	4.711.114,40
Ponta Grossa, Estado do Paraná	676.986,70	1.376.367,90	2.131.089,10
Joinville, Estado de Santa Catarina	693.021,90	3.435.111,20	4.007.345,00
Livramento, Estado do Rio Grande do Sul	996.570,70	1.198.600,80	3.722.777,10
Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul	2.569.197,80	3.699.216,60	5.683.013,80
Cataguases, Estado de Minas Gerais	368.693,70	801.904,70	1.148.119,50
Itajubá, Estado de Minas Gerais	291.970,10	429.416,70	1.236.141,40
Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais	2.258.624,40	3.619.732,10	6.443.233,40

129. Como se vê, todas essas cidades, depois que o imposto de renda lhes deu órgão próprio, habilitado não só a orientar diretamente os contribuintes, como a exercer fiscalização local mais segura, apresentaram extraordinário aumento de arrecadação. E as localidades, sob a jurisdição daquelas Delegacias Seccionais, cujos trabalhos, em relação ao tributo, passaram a ser realizados com maior eficiência, demonstraram idênticos resultados.

130. Tudo isto prova que se deve continuar nessa política de descentralização fiscal, que é a que melhor se coaduna com a natureza do imposto de renda, ampliando-a tanto quanto possível, quer através da criação de novas Delegacias Seccionais, quer da instalação de inspetorias, nas cidades de maior importância econômica.

A GUERRA E O IMPÓSTO DE RENDA

131. A entrada do Brasil na guerra, em defesa de sua soberania ultrajada nos mares do Atlântico, criou-lhe sérios compromissos, que demandavam urgente fortalecimento do Erário. Apesar dos vultosos cabedais produzidos pela subscrição compulsória de "Obrigações de Guerra", bem como pela subscrição voluntária dos mesmos títulos, a situação financeira da Fazenda Pública era realmente pre-

cária em face dos encargos de natureza bélica.

132. E mais uma vez se recorreu ao imposto de renda, dando-lhe novo regulamento pelo Decreto nº 1.111, de 19 de setembro de 1917.

133. E ao esclarecer as alterações na legislação vigente, dizia o Senhor Ministro da Fazenda na exposição de motivos apresentada ao Senhor Presidente da República, com o projeto em que se baseou o novo diploma legal:

"Houve, é certo, alteração de taxas, necessidade imperiosa para canalizar ao Tesouro Nacional maior soma dos recursos financeiros de que carece para enfrentar as despesas vultosas e extraordinárias decorrentes do estado de guerra em que se encontra a Nação, o que foi patrioticamente compreendido pelos representantes das classes produtoras do país.

Tais alterações, tenho para mim que são bem moderadas e correspondem às necessidades mínimas do Tesouro. Majoraram-se, por exemplo, na tabela do imposto complementar sobre a renda líquida das pessoas físicas, as taxas progressivas sobre a renda líquida superior a Cr\$ 200.000,00, e que vale dizer que, até esse limite, nenhum acréscimo houve nas referidas taxas.

Majorou-se, também, a taxa do imposto proporcional sobre os lucros das pessoas jurídicas, que passou de 6 para 8% quanto às sociedades comerciais e de 3 para 4% quanto às civis. Mas, atendendo à indicação das clas-

ses, acordou-se que esse aumento será cobrado sob a forma de um adicional durante dois anos. Assim, na tabela progressiva, além da impositiva vigente, cobrar-se-ão a partir da renda líquida superior a Cr\$ 200.000,00 as taxas adicionais prefixadas no projeto sobre os lucros das pessoas jurídicas, mais o adicional de 2%, quando se tratar de sociedades comerciais, e mais o de 1% no caso de sociedades civis.

Houve, assim, elevação da taxa do imposto na fonte sobre os juros das aplicações ao portador, que passou de 4 para 6%; da taxa do imposto na fonte sobre os lucros auferidos a Cr\$ 1.000,00, decorrentes de prêmios em dinheiro, obtidos em loterias, sorteios de qualquer espécie ou concursos esportivos, inclusive os do turf, com preceitos nestes os bettings, que passou de 3% para 10%; e, finalmente, da taxa do imposto na fonte sobre os rendimentos de quotas-partes de multas pagas pelos afores públicos federais, estaduais e municipais e pelas entidades autárquicas e paraestatais, que passou de 4 para 8%. Aumentou-se, também, de 6 para 8%, o coeficiente para arbitramento do lucro presumido das pessoas jurídicas que têm o direito de opção, isto é, de capital inferior a Cr\$ 50.000,00 ou movimento bruto anual não excedente a Cr\$ 200.000,00.

E, como última majoração de taxa, resta citar a do imposto na fonte sobre os rendimentos das pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no estrangeiro, que passou de 8 para 10%. Todas as demais taxas, inclusive as dos impostos ocultos das pessoas físicas, não houve majoração sofreram; foram conservadas as da legislação em vigor.

Em compensação, atendendo ao alto nível

de custo da vida atual, acordou-se em elevar, a favor das contribuintes, os elementos relativos aos seguros de família, que, de Cr\$ 1.000,00 para o caso comum e Cr\$ 1.500,00 para o caso de filme morto ou invulso ou filme solteiro ou viúva sem marido, passaram a ser de Cr\$ 8.000,00 e Cr\$ 4.000,00, respectivamente. E restabeleceu-se, ainda, a concessão de dedução nas contribuições feitas em prol de instituições filantrópicas, desde que devidamente comprovadas. Como inovação, propriamente dita, estabeleceu-se, apenas, no projeto da nova lei, a cobrança do imposto de renda sobre os rendimentos da exploração no país, de películas cinematográficas estrangeiras, considerando-se tributável, à razão de 10% na fonte, a percentagem de 80% sobre as importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior".

134. Embora promulgada em 23 de setembro de 1943 a nova lei, só entrou em vigor, conforme disposição expressa de seu texto, em 1º de janeiro de 1944. E neste ano, a arrecadação do tributo atingiu a Cr\$ 1.971.311.806,40.

135. Em 1944, também, inaugurou-se, na história tributária do país, um sistema de contribuição totalmente novo em nosso meio e a respeito do qual nenhum antecedente existia.

136. Queremos referir-nos ao imposto sobre lucros extraordinários, de que o Governo lançou

não, como recurso, ainda, ao financiamento da par ra, visando, ao mesmo tempo, o estímulo à consti tuição de reservas, quer para contrabalançar os e feitos da inflação, quer para preparar o reapare lamento de nosso parque industrial.

137. Dêsse modo, foram baixados os Decretos-
leis ns. 6224 e 6225, de 24 de janeiro de 1944, o primeiro instituindo, própriamente, o impôsto sô bre lucros extraordinários, e o segundo, os "cer-
tificados de equipamento" e os depósitos de garan tia".

138. Ditado por necessidades econômicas e fi nanceiras, o sistema inaugurado caracterizava-se menos como reforço à receita fiscal. Sua finali-
dade preçipua era subtrair o excesso do poder a-
quisitivo, proporcionado pela guerra e fator ine-
vitável de inflação, aplicando-o no desenvolvimen-
to da economia e estabilidade financeira da União.
Induzindo o contribuinte a constituir antes a re serve obrigatória que a pagar o impôsto, objetiva-
va o Governo, de preferência, o seguinte:

- a) a retirada do mercado de consumo, de ma ior soma monetária para forçar a redu-
ção do poder aquisitivo e a estabiliza-
ção dos preços;
- b) a utilização dos lucros extraordinários da indústria no seu equipamento, ou na

melhoria ou ampliação de suas insta lações;

- c) a utilização dos lucros extraordiná rios de comércio na constituição de reservas suficientes para cobrir a de svalorização dos estoques no perío do de deflação previsível depois da guerra.

139. A seguir, isto é, em 13 de março de 1944, foi expedido o Decreto n. 15.028, para a interpretação e execução dos Decretos-leis ns. 6224 e 6225, fixando o conceito de lucro extra ordinário tributável e estabelecendo dois méto-
dos para a base do cálculo, à escolha da emprê sa: o do período normal, de lucros de antes da guerra, e o da percentagem sobre o capital efe-
tivamente aplicado no negócio.

140. Pelo primeiro sistema - o do artigo 3º - haveria lucro extraordinário, quando o lu cro do ano base excedesse a média, acrescida de 50%, dos lucros verificados nos dois melhores exercícios do período de 1936 a 1940, inclusi ve. E o parágrafo segundo, do mesmo artigo, dis punha que "se a partir de 1941, tivesse sido em mentado o capital efetivo da empresa", o cálcu lo dêle se faria pela aplicação do estipulado no artigo 4º, para o efeito de ser acrescida a

percentagem de 25% dos novos investimentos.

141. Nos termos do artigo 4º, os novos investimentos podiam consistir em:

- a) aumento do capital realizado;
- b) aumento dos fundos de reserva;
- c) 70% das importâncias que os titulares das firmas individuais ou os sócios solidários tivessem mantido em poder das respectivas empresas, durante pelo menos um ano, deduzidos, porém, os juros correspondentes;
- d) 50% das importâncias de empréstimos que tivessem permanecido em poder da empresa por prazo nunca inferior a um ano ou por meio de emissão de debêntures, realizadas até 31 de dezembro do ano anterior ao em que se verificassem os lucros e cujo produto estivesse efetivamente investido na empresa.

142. Foi esse mesmo artigo 4º que facultou ao contribuinte, que considerasse desfavorável a base prevista no artigo 3º, adotar como base a importância equivalente a 25% do capital efetivamente aplicado na exploração do negócio. Era o segundo método.

143. Conclui-se, pois, que embora fossem dois

os sistemas previstos para o cômputo do lucro básico, a forma do cálculo da percentagem de 25% sobre o capital efetivamente aplicado na exploração do negócio e a exigência da permanência desses lucros depositados na empresa antes do exercício em que se formaram os lucros eram comuns a ambos.

144. Ocupou-se, ainda, o regulamento aprovado pelo Decreto n. 15.028, de 13 de março de 1944, da faculdade dada ao contribuinte de, ao invés de pagar o imposto, recolher importância, igual ao dobro, para aquisição de "Certificados de Equipamento" ou constituição de "Depósitos de Garantia", atribuindo às repartições do Imposto de Renda a revisão, lançamento, fiscalização e arrecadação do novo tributo e deixando a cargo do Banco do Brasil somente a cobrança das importâncias para a compra daqueles títulos.

145. Foi criado, assim na Divisão do Imposto de Renda, pelo Decreto-lei n. 6457, de 2 de maio de 1944, o Serviço de Lucros Extraordinários, com duas Seções - a de Orientação e Fiscalização, e a de Controle. As Delegacias Regionais do Distrito Federal e Estado de São Paulo foram acrescidas, também, de uma Seção de Lucros Extraordinários, sendo que as dos outros Estados foram ampliadas de mais uma Turma, com os mesmos fins e designação.

146. O citado regulamento, baixado pelo Decreto n. 15.028, ao facultar aos contribuintes o direito de reclamarem contra o lançamento do imposto de lucros extraordinários, procedido pelas repartições competentes, confiou a um órgão administrativo especialmente criado - Junta de Ajustes dos Lucros Extraordinários (J.A.L.E.) o julgamento, como instância única, de todas as questões decorrentes da aplicação do mesmo regulamento, inclusive as consultas e os casos em que fossem invocadas circunstâncias excepcionais quanto à formação dos lucros.

147. Não obstante as inúmeras questões e problemas que se apresentaram na aplicação de um tributo novo, e de tal complexidade, os resultados apurados em 1944, em alguns meses apenas de execução do Decreto n. 15.028, foram os seguintes:

Imposto de lucros extraordinários	204.066.276,30
Certificados de equipamento	228.735.152,90
Depósitos de Garantia	<u>122.597.847,70</u>
Total Cr\$	555.399.276,90

148. Resta assinalar, ainda, no ano de 1944, em relação particularmente ao imposto de renda, os Decretos-leis ns. 6340, de 11 de março, e o de n. 6577, de 9 de junho, de acordo com os quais o rendimento tributável da exploração de películas cine matográficas estrangeiras, no país, passou a ser

considerado na base de 30% das importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, de 20 de dezembro de 1943, por diante, rendimento esse sujeito ao desconto do imposto na fonte, à taxa vigente na época a que correspondessem.

149. Podemos, agora, resumir a receita fiscal, propriamente dita, produzida pelo imposto de renda em 1944:

Imposto de renda (normal)	1.971.311.806,10
Imposto de lucros extraordinários	<u>204.066.276,30</u>
Total Cr\$	<u>2.175.378.082,70</u>

150. No ano seguinte, poucas são as alterações a assinalar na legislação do tributo.

151. Além dos Decretos-leis ns. 7590, de 29 de maio, 7747, de 16 de julho, 7798, de 30 de julho e 7885, de 21 de agosto, todos de 1945, cumpre ressaltar o de n. 8430, de 24 de dezembro do mesmo ano, que elevou para Cr\$ 24.000,00 o mínimo de isenção, alterando, consequentemente, todos os dispositivos com ele correlatos. E foi, ainda, este decreto-lei que prorrogou, até 1946, as taxas adicionais ao imposto complementar das pessoas físicas e ao imposto proporcional das pessoas jurídicas, estabelecidas pelo Decreto-lei n.

5644, de 23 de setembro de 1943, que já tivemos o-
casão de examinar.

152. A arrecadação apurada, no ano de 1945, es-
tá assim discriminada:

Imposto de renda	2.241.432.271,50
Imposto de lucros extraordinários	<u>255.178.456,30</u>
Total Cr\$	<u>2.577.104.230,30</u>

ATIVIDADES DA DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA NO BIÊNIO 1945-1946

153. Antes de entrarmos na apreciação das atividades da Divisão do Imposto de Renda no biênio 1945-1946, passamos a dar ligeiro resumo das leis baixadas no último ano, que vieram interferir na aplicação do sistema em vigor.

Decreto-lei n. 9159, de 10 de abril de 1946.

Instituiu o "Imposto Adicional de Renda" em substituição ao imposto sobre lucros extraordinários, criado pelo Decreto-lei n. 6224, de 24 de janeiro de 1944, determinando a obrigatoriedade de depósitos bloqueados na Superintendência da Moeda e do Crédito.

Decreto-lei n. 9330, de 10 de junho de 1946.

Criou o imposto de 8% sobre o lucro apurado pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias.

Decreto-lei n. 9359, de 14 de junho de 1946.

Concedeu isenção do imposto de renda sobre as indenizações recebidas pelos empregados do Departamento Nacional do Café, de acordo com o Decreto-lei n. 9272, de 22 de maio de 1946.

Decreto-lei n. 9407, de 27 de junho de 1946.

Decreto-lei n. 9407, de 27 de junho de 1946.

Alterou dispositivos da legislação do imposto de renda, destacando-se:

- a) inclusão na cédula o, das declarações de pessoa física, das quotas-partes de multas, sujeitas até então ao imposto de 8%, retido na fonte;
- b) isenção, na pessoa jurídica, do imposto sobre as quantias correspondentes ao aumento do valor do ativo em virtude de no ~~van estatísticas~~, ou à forma de ~~estatísticas~~ mais mo, desde que não representem restituições de capital;
- c) majoração, para 20%, da taxa retida na fonte sobre os lucros superiores a Cr\$ Cr\$ 1.000,00, decorrentes de prêmios em dinheiro, obtidos em loterias, páreos, sorteios de qualquer espécie ou concursos esportivos, inclusive os do turfe, compreendidos nestes os bettings.

Decreto-lei n. 9446, de 11 de julho de 1946.

Mandou tributar, alterando o regimen ins

tituído pelo Decreto-lei n. 9407, de 27 de junho:

- a) à taxa de 10% os sorteios de qualquer espécie e valor;
- b) a igual taxa os lucros superiores a Cr\$ 1.000,00 e até Cr\$ 100.000,00, decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em loterias, concursos esportivos, inclusive os do turfe, nestes compreendidos os battinges;
- c) à taxa de 20% os mesmos lucros, no que excederam de Cr\$ 100.000,00.

Decreto-lei n. 9513, de 25 de julho de 1946.

Concedeu isenção do imposto de renda aos proventos dos funcionários públicos federais, estaduais e municipais, aposentados na forma do art. 201, do Decreto-lei n. 1713, de 28 de outubro de 1939.

Decreto-lei n. 9530, de 31 de julho de 1946.

Dispensou da exigência de que trata o art. 39, do Decreto-lei n. 5844, de 23 de setembro de 1943, as pessoas jurídicas domiciliadas em localidades onde não houver profissionais devidamente habilitados para o exercício da profissão de atuário, perito-contador, contador ou guarda-livros.

Decreto-lei n. 9731, de 6 de setembro de 1946.

Estabeleceu que a valorização do ativo das sociedades mútuas de seguros, autorizadas pelo De-

creto-lei n. 1777, de 11 de março de 1943, e devidamente inscrita nos seus balanços como "reservas técnicas", goza da isenção prevista no art. 37, § 1º, letra a, do Decreto-lei n. 5844, de 23 de setembro de 1943.

154. Vejamos, agora, os trabalhos realizados pelo Ministério da Fazenda, após a publicação das leis e subordenados.

I. DECLARAÇÕES DE RENDIMENTOS

155. A primeira fase do processo normal da arrecadação do imposto de renda inicia-se com a apresentação das declarações de rendimentos por parte das firmas individuais e coletivas, bem como das pessoas físicas com rendimento bruto anual superior a Cr\$ 24.000,00, que constitui o mínimo de isenção, estabelecido na lei.

156. O número de declarações de rendimentos apresentadas, embora não corresponda rigorosamente ao de contribuintes, pois muitas são as que, em virtude de deduções e abatimentos autorizados pela legislação em vigor, vêm a tornar-se isentas, revela, sem dúvida, o alto grau da rede fiscal.

De acordo com o artigo 1º do Decreto-lei n. 1, as declarações de rendimentos atingiram, em todo o Brasil, a seguinte situação: em 1943, 1.000.000; em 1944, 1.500.000; em 1945, 2.000.000; em 1946, 2.500.000.

fichários e arquivos, tem dificultado a execução das tarefas, de relevância tão evidente na repressão da fraude.

165. É de se lamentar, ainda, a falta do cadastro predial e do imposto de localização e licenças, os quais não foi possível ainda organizar, não obstante as reiteradas providências tomadas junto às Prefeituras municipais e do Distrito Federal.

166. Não obstante tais obstáculos, procurou-se dar, no exercício encerrado, a máxima assistência ao fichamento e coordenação de dados cadastrais, no sentido de reprimir a prática abusiva dos contribuintes faltosos e remissos na entrega e preenchimento regular de suas declarações de rendimentos.

III. LANÇAMENTO

167. Pela Portaria n. 578, de 21 de julho de 1943, ainda hoje em vigor, com as modificações que a prática impôs, foram baixadas as necessárias instruções à implantação do novo sistema de lançamento, decorrente da reforma de 1942, e aprovados os modelos de notificações e recibos de arrecadação das rendas lançadas, bem assim as normas para o seu preenchimento.

168. Os modelos foram organizados no sentido de registrar, a par da individualização do contribuinte, importantes elementos sobre a arrecadação, dis-

criminada orçamentariamente, segundo a natureza da RENDA - Ordinária e Extraordinária -, de modo a permitir, desde logo, levantamentos estatísticos indispensáveis a uma boa orientação econômico-tributária.

169. Com exceção da Delegacia Regional no Distrito Federal, para cujo lançamento é utilizado equipamento mecânico (máquinas Hollerith), todo o preparo das notificações e recibos é efetuado datilograficamente, através de não poucos contratempos e embaraços, vencidos, sempre, pela dedicação e boa vontade dos servidores em geral.

170. A situação deficitária do mercado de máquinas Hollerith que impossibilitava o abastecimento, nos principais órgãos, desse material especializado, não permitiu que o sistema mecanizado de lançamento fosse também implantado, pelo menos, na Delegacia Regional em São Paulo, em de a precariedade de suas instalações constituíam também sério obstáculo àquêle fim.

171. Estão, porém, sendo tomadas as necessárias providências, a fim de que aquela Delegacia, atualmente a que mais concorre para a receita do imposto de renda, seja aparelhada à altura de sua importância.

172. No exercício de 1945 o movimento to-

tal de documentos, relacionados com o processo de lançamento, atingiu a 2.197.524, sendo 507.461 de notificações, 1.296.615 de recibos, 13.455 de relações enviadas ao correio, e 421.293 de recibos A. R. (Quadros 4 e 4-A).

173. No exercício de 1946 (Quadros 5 e 5-A) esses documentos atingiram a 1.873.171, sendo: notificações 406.171; recibos 1.026.315; relações de correio 26.695 e recibos A.R. 413.990.

IV. LANÇAMENTO "EX-OFFICIO"

A) Por falta de declaração

174. Nos termos do art. 77, letra a, do Decreto-lei n. 5844, de 23 de setembro de 1943, foram iniciados, no exercício de 1945, 3371 processos de lançamento "ex-officio" por falta de declaração de pessoa física, com o débito total de Cr\$ Cr\$ 3.716.676,30 (Quadros 6 e 6-A). Em 1946, o número de processos atingiu a 3312, importando o imposto e multa em Cr\$ 2.163.115,30 (Quadros 7 e 7-A).

175. Em relação a pessoa jurídica, o número de processos instaurados em 1945 foi de 11.019, com o débito geral de Cr\$ 5.166.342,10 (Quadros 8 e 8-A), aos quais se contrapõem 13.745, no ex.de 1946, para a cobrança de Cr\$ 4.396.178,00 (Quadros 9 e 9-A).

B) Por declaração inexata

B) Por declaração inexata

176. De acordo, ainda, com o citado dispositivo legal, letra a, tiveram lugar, em 1945, 3009 processos de lançamento "ex-officio" por declaração inexata, de pessoa física, apurando-se o débito total de Cr\$ 44.846.536,10 (Quadros 10 e 10-A). Em 1946 foram instaurados 2363 processos, na importância de Cr\$ 5.365.871,80 (Quadros 11 e 11-A).

177. Contra pessoas jurídicas, subiu a ... 2318 o número de processos iniciados em 1945, causando o débito de Cr\$ 38.641.711,00 (Quadros 12 e 12-A); em 1946, os processos atingiram a 3697, montando o imposto e multa a Cr\$ 5.813.311,80 (Quadros 13 e 13-A).

178. Resumindo:

Exercício 1945

Por falta declaração p.f.	3.371	3.716.676,30
Por falta declaração p.j.	11.019	5.166.342,10
Por decl. inexata .. p.f.	3.009	44.846.536,10
Por decl. inexata .. p.j.	2.318	38.641.711,00
Total	19.747	92.371.265,50

Exercício 1946

Por falta declaração p.f.	3.312	2.163.115,30
Por falta declaração p.j.	13.745	4.396.178,00
Por decl. inexata .. p.f.	2.363	5.365.871,80
Por decl. inexata .. p.j.	3.697	5.813.311,80
	23.117	17.738.476,90

179. Nota-se, na comparação dos dois exercícios, grande diferença, para menos, em relação ao valor total dos lançamentos de 1946, o que decorre do fato de não estarem incluídos os dados relativos ao Distrito Federal, que não puderam ser apurados.

V. FISCALIZAÇÃO

180. Combater a fraude não é imperativo apenas da luta contra a sonegação, mas medida de moralização fiscal e de uniformidade tributária.

181. A fiscalização do imposto de renda é, pois, tão importante e essencial, que nunca será demais en carecer a necessidade de sua eficiência e aperfeiçoamento.

182. Na verdade, talvez não se possa ser tão otimista ao ponto de conceber-se, nem com os progressos da educação cívica, nem com o desenvolvimento da consciência fiscal dos cidadãos, a extinção da resistência oposta pelos contribuintes à imposição tributária. E essa reação, como é natural, mais se acentua na tributação direta e pessoal, cuja forma por excelência é o imposto de renda.

183. Quando o contribuinte não tiver mais dúvidas de que o controle realmente existe, quando estiver absolutamente certo da sua eficácia, não será apenas o temor das sanções fiscais que o levará a declarar, com sinceridade, a soma total de seus rédi-

tos, mas também o conhecimento de que o tributo está sendo cobrado dos demais com a mesma segurança e justiça.

184. Inúmeros e variados são os recursos que visam subtrair lucros à incidência do imposto de renda. E isso é tanto mais convidativo, do ponto de vista do contribuinte falso, quando esse tributo é hoje, em nosso país, a chave de outros gravames, uma vez que ele é que serve de base ao Imposto Adicional de Renda, antigo Imposto sobre Lucros Extraordinários, e ao Imposto de Proteção à Família.

185. Tudo isso vem demonstrar a necessidade de intensificar-se a ação fiscalizadora, procurando descobrir os processos de evasão do tributo, de modo a intimidar os fraudadores e compeli-los ao fiel cumprimento de seus deveres fiscais.

186. Infelizmente, porém, não se encontram os órgãos do Imposto de Renda devidamente aparelhados para levar a efeito as perícias contábeis que seria de desejar, em face da marcha acelerada de nosso progresso econômico. E a razão reside, exclusivamente, na falta de pessoal especializado em matéria contábil, imprescindível ao exame de escrita.

187. Entretanto, apesar das dificuldades existentes, foram realizadas, no exercício de 1945,

de Cr\$ 27.018.381,40, de que foram arrecadados Cr\$ 13.935.038,40 (Quadros 14 e 14-A). Em 1946, os exames de escrita atingiram a 1346, tendo-se lançado Cr\$ 38.683.219,70 e arrecadado Cr\$ Cr\$ 10.461.677,60 (Quadros 15 e 15-A).

188. Como se vê, a fiscalização do imposto de renda, embora tenha procurado acompanhar a evolução do tributo, ainda deixa muito a desejar. É que, para intensificá-la e atualizá-la, como convém, dentro dos moldes modernos da técnica contábil, não pode a Divisão do Imposto de Renda prescindir de um maior corpo de funcionários especializados, quer em suas Delegacias Regionais, quer em suas Delegacias Seccionais.

189. O Quadro n.14-B demonstra, no exercício de 1945, a distribuição das pessoas jurídicas em quatro diferentes grupos de renda líquida: até Cr\$ 500.000,00; de Cr\$ 500.000,00 a Cr\$ 1.000.000,00; de Cr\$ 1.000.000,00 a Cr\$ Cr\$ 5.000.000,00 e acima de Cr\$ 5.000.000,00.

VI. ARRECADAÇÃO

190. A arrecadação geral dos impostos a cargo da Divisão do Imposto de Renda atingiu, no exercício de 1945, o total de Cr\$ 2.577.104.230,30 (Quadros 16 e 17) e, no exercício de 1946, o de

Cr\$ 3.028.170.219,90 (Quadros 18 e 19), tendo, no primeiro caso, havido um excesso de Cr\$ 401.726.147,60, sobre a arrecadação do exercício de 1944, e, em relação a 1946, um excesso de Cr\$ Cr\$ 451.065.988,60, sobre a de 1945.

191. No exercício de 1946, a arrecadação indicada assim se desdobra:

Imposto de renda	2.577.104.230,30
Imposto de proteção à família	26.804.817,70
Pessoa jurídica	1.080.806.177,90
Retenção nas fontes	51.9.805.101,90
Imposto sobre lucro apurado das pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias.	95.789.772,00
Imposto sobre lucros extraordinários	60.620.852,50
Imposto adicional de renda ..	286.588.891,30
Diversos	27.487.000,00
Multa	15.185.635,40
Total	3.028.170.219,90

192. Continua, pois, a receita do imposto de renda evoluindo com energia, do que se pode ter melhor visão através do exame do Quadro n. 20, que a discrimina por Estados e Distrito Federal, dos de o ano de 1930.

193. Como tem acontecido, desde a criação do tributo, continuam o Distrito Federal e o Estado de São Paulo produzindo mais de 70% do crédito to

21, o qual representa a maior parte da importância econômica destes dois grandes centros do país.

194. É de se notar, porém, que até o exercício de 1943, a Delegacia na Capital da República era a que registrava maior acervo de arrecadação. A partir do exercício de 1944, inclusive, até o de 1946, a situação se altera: a arrecadação de São Paulo sobrepuxa, afinal, a do Distrito Federal. (Quadros 21 e 22)

195. É que houve em São Paulo um acréscimo de contribuição por parte das pessoas jurídicas, numa proporção que a Delegacia no Distrito Federal não conseguiu atingir.

196. A Delegacia em São Paulo, com os quadros 16-A e 17-A, com referência ao exercício de 1945, e 18-A, em relação ao de 1946, nos quais é discriminada a arrecadação das Delegacias Regionais, de acordo com a respectiva jurisdição fiscal, em seu movimento próprio, e a das Seccionais, verifica-se que o resultado por elas atingido, em sua maior parte, foi altamente satisfatório, a despeito das dificuldades já descritas, que, de modo geral, afetam todas as peças do mecanismo administrativo que põe em execução o imposto de renda.

197. Vejamos, agora, em particular, alguns

dos elementos constitutivos do sistema tributário a cargo da Divisão do Imposto de Renda:

a) Imposto sobre Lucros Extraordinários

198. O imposto sobre lucros extraordinários, criado pelo Decreto-lei n. 6224, de 24 de janeiro de 1944, no qual foram consubstanciadas as medidas necessárias ao estímulo da constituição de reservas, para contrabalançar os efeitos da inflação, bem como para preparar o reaparelhamento de nosso parque industrial, produziu, no exercício de 1945, dentro da sistemática que já tivemos oportunidade de apreciar, os seguintes resultados (Quadros 17 e 17-A):

Imposto	279.187.972,12
Imposto sobre lucros extraordinários	1.077.000,00
Imposto sobre lucros extraordinários	1.077.000,00
Certificados de equipamento	398.078.737,60
Depósitos de garantia	128.165.929,00
Total	811.715.629,40

199. No exercício de 1946, em que esse tributo foi substituído pelo "Imposto Adicional de Renda", a sua produtividade, resultante de lançamentos correspondentes aos exercícios anteriores, foi a seguinte:

(Quadro n. 23 e 23-A)

Imposto.....	Cr\$ 60.620.852,50	
Lucro.....	Cr\$ 1.345.407,70	
Dívida Ativa	Cr\$ 1.838.467,90	Cr\$ 63.784.728,10
Certificados de equipamento...	Cr\$ 70.277.890,90	
Depósitos de garantia	Cr\$ 24.620.476,50	
Total...	Cr\$158.693.095,50	

b) Imposto Adicional de Renda

200. Conforme a prática veio a demonstrar, o sistema de tributação dos lucros extraordinários, instituído pelo Decreto-lei n. 6.224, de 24 de janeiro de 1944, ressentia-se da falta de uma base justa capaz de estabelecer perfeita correlação entre o capital aplicado e o lucro, a fim de fazer incorrer no imposto os ganhos resultantes apenas da situação anormal criada pela guerra.

201. A desarmonia crescente entre as condições de realização do lucro e a base do imposto, a qualidade de critério para determinar ou medir os lucros extraordinários, e, ainda mais, a opção facultada a certas empresas e negada a outras, que se instalaram posteriormente ao quinquênio de 1936/1940, acarretavam disparidade de tratamento, podendo, de preferência, os contribuintes que demonstravam mais ampla aptidão econômica, e sobrecarregando outros, verdadeiramente desprovidos dela.

202. As grandes indústrias eram afetadas apenas em pequena parte de sua capacidade contribui-

va, enquanto as indústrias incipientes, que mais necessitavam dos favores fiscais, permaneciam duramente sacrificadas.

203. Tais defeitos técnicos da lei, acrescidos da vantagem oferecida aos adquirentes dos depósitos de garantia, qual seja, a de receberem integralmente, com juros, as importâncias correspondentes ao dobro do imposto recolhido, não permitiram que o Imposto Adicional de Renda se tornasse um instrumento de combate à inflação, fossem devidamente alcançados.

204. Em face, pois, dos resultados obtidos, resolveu o Governo imprimir nova e mais adequada orientação ao tributo, reformando a legislação vigente, para ajustá-lo às suas reais finalidades e convertê-lo, sobretudo, em verdadeira arma de combate à inflação.

205. Daí a transformação do imposto sobre lucros extraordinários no imposto adicional de renda e depósito compulsório, feita pelo Decreto-lei n. 9.159, de 10 de abril de 1946.

206. Seguindo, entretanto, as diretrizes da legislação anterior, estabeleceu a nova lei, para a tributação dos lucros excedentes, mais uma forma de apuração do lucro base, mediante a aplicação de taxas variáveis (6%, 5% e 4%) sobre

o movimento global das vendas, introduzindo, ainda, nas duas formas existentes, as seguintes inovações:

- a) criou taxas decrescentes de 30%, 25%, 20% e 15% para o cálculo do lucro em função do capital, substituindo a taxa fixa de 25%, até então prevista para qualquer volume de capital;
- b) transferiu para a percentagem de 70% as importâncias mantidas nas firmas pelos sócios cotistas, comenditários e de indústria, que anteriormente se incluíam na de 30%;
- c) adotou o sistema de proporcionalidade dos empréstimos de sócios e de terceiros, em relação ao tempo de permanência na firma, para o seu computo no capital efetivamente aplicado;
- d) alterou a limitação das percentagens dos empréstimos à soma do capital e reservas;
- e) mandou computar, até o dobro, as percentagens aludidas na alínea anterior, quando o capital aplicado for inferior a Cr\$ 200.000,00;
- f) elevou o mínimo de isenção para Cr\$

Cr\$ 200.000,00;

- g) permitiu o aumento, até o dobro, das taxas indicadas na alínea a, nos casos em que ocorram circunstâncias excepcionais na formação dos lucros, quando eles resultarem mais da atividade pessoal dos sócios ou o capital da firma for inferior a Cr\$ 1.000.000,00.

207. Além dessas inovações, outras foram adotadas no sentido de isentar do gravame as pequenas firmas ou sociedades e facilitar, para as demais, o cumprimento das obrigações criadas, autorizando o pagamento do tributo em prestações mensais, em prazos não coincidentes com os do recolhimento do depósito compulsório, e facilitando o recolhimento desse depósito em cinco prestações mensais, em parcelas de 10%, 15%, 20%, 25% e 30% do total devido.

208. Se as alterações efetuadas na antiga legislação lograram corrigir, de certo modo, as injustiças e deficiências existentes, excluindo de suas disposições as firmas ou sociedades de pequeno porte, e procurando capitalizar o lucro em poder das próprias firmas, não surtiram, por outro lado, o efeito almejado, no que diz respeito à arrecadação.

209. O crescimento contínuo do capital tem

d) Imposto cobrado na fonte

216. Paralelamente ao sistema normal de cobrança do imposto de renda, pelas fases sucessivas de entrega de declaração e notificação de lançamento, há a modalidade de retenção do imposto pela entidade pagadora do rendimento. São tributados, assim, proventos de origens diversas que, pelo sistema comum de arrecadação, escapariam à incidência do tributo. Estão neste caso, entre outros, os juros de títulos ao portador, os dividendos de ações ao portador, os prêmios obtidos em loterias ou sorteios de qualquer espécie, bem como os rendimentos de residentes no estrangeiro.

217. No Quadro n. 26 acha-se minuciosamente discriminada, de acordo com a natureza do rendimento, a arrecadação realizada na fonte, no exercício de 1945, a qual atingiu a Cr\$ Cr\$ 457.216.420,60, sendo que o Quadro n.27 discrimina, igualmente, a do exercício de 1946, que somou Cr\$ 549.805.104,90.

218. Em relação, particularmente, aos residentes no estrangeiro, os Quadros ns. 28 e 28-A e 29 e 29-A indicam o número de contribuintes em cada repartição, nos exercícios de 1945 e 1946, respectivamente.

219. Esses mesmos quadros apresentam-nos o

total de contribuintes atingidos pelo imposto de proteção à família, criado pelo Decreto-lei n. 3200, de 19 de abril de 1941. Verifica-se que, do exercício de 1945 para 1946, houve um decréscimo de 25.453, consequência natural da elevação do mínimo de isenção para o imposto de renda, levada a efeito pelo Decreto-lei n. 8430, de 24 de dezembro de 1945.

VII. RECURSOS AO 1º CONSELHO DE CONTRIBUINTES

220. O recurso ao 1º Conselho de Contribuintes, de acordo com a legislação em vigor, pode ser voluntário ou "ex-offício". Voluntário é o que o contribuinte interpõe, quando não se conforma com a decisão de primeira instância, que lhe indeferiu a reclamação apresentada. "Ex-offício" é o que tem lugar no caso de decisões favoráveis ao contribuinte, quando a importância total em litígio exceder de Cr\$ 5.000,00.

221. No exercício de 1945, conforme demonstram os Quadros ns. 30 e 30-A, foram julgados pelo 1º Conselho de Contribuintes 219 processos, no total de Cr\$ 6.334.563,20, a favor da Fazenda Nacional, e 132, no total de Cr\$ 886.338,70, a favor dos recorrentes.

222. Quanto ao exercício de 1946 (Quadros ns. 31 e 31-A), o movimento foi o seguinte: 379 pro-

ocessos, na importância de Cr\$ 7.047.273,30, a favor da Fazenda Nacional, e 151, na importância de Cr\$ 3.446.773,30, a favor das administrações.

VIII. COBRANÇA AMIGÁVEL E COBRANÇA JUDICIAL

221. Os serviços realizados para a cobrança dos débitos em atraso, de acordo com o que as leis e as instruções de 1937, do Decreto-lei n. 17.000, de 23 de setembro de 1937, tiveram o seguinte movimento:

<u>Exercício de 1937</u> (Quadros ns. 32 e 33-A):	
Cobrança amigável	1.117 processos
Cobrança executiva	5.369 processos
Total	6.486 processos

Exercício de 1946 (Quadros ns. 33 e 33-A):

Cobrança amigável	5.287 processos
Cobrança executiva	5.369 processos
Total	10.656 processos

224. É de se notar, ainda, que no exercício de 1946 foram inscritas na Fazenda Nacional 10.656 inscrições para cobrança amigável, no total de Cr\$ 10.027.241,30, que passará para o exercício de 1947.

225. No exercício de 1946 o número de certidões atingiu a 7624, com o débito total de Cr\$..

Cr\$ 12.713.422,00 (Quadros ns. 35 e 35-A).

IX. ANUENIDADE E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

226. A lei de 1946, para o exercício de 1946, previu, com referência aos impostos a cargo da Direção de Impostos e Tributos, a receita total de Cr\$ 2.100.000.000,00 (Quadro n. 36).

227. Conforme já nos foi dado demonstrar, a arrecadação geral, naquela execução, atingiu o Cr\$ 3.028.170.218,90, havendo, assim, um excesso, sobre a previsão orçamentária, de Cr\$ 928.170.218,90.

228. É de se notar, entretanto, que na mesma arrecadação da área imobilizável que produziu o imposto sobre o lucro apurado pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias, na importância de Cr\$ 1.100.000.000,00, inscrito na lei criada pelo Decreto-lei n. 9330, de 10 de junho de 1946, em data posterior, pois, à lei orçamentária.

229. Deixada a sua exclusão, verifica-se que o total produzido pelos impostos imobilizáveis no orçamento é de Cr\$ 3.000.000.000,00, havendo, assim, em face da previsão da receita, uma diferença, para menos, de Cr\$ 100.000.000,00.

230. Tal situação, porém, não é a única, pois, diante dos elementos apurados pela Divisão do Imposto de Renda, através das informações que lhe são transmitidas pelos seus órgãos subordinados, mas, de acordo com os dados colhidos na Contadoria Geral da República, que, naturalmente, dispõe de meios de apuração mais completos e rigorosos, in to às exortações federais, os resultados são mais favoráveis.

231. O Quadro n. 37 oferece interessante em tudo comparativo do imposto de renda na receita da União, de 1938 em diante, por onde se verifica a extraordinária importância que esta figura fiscal assumiu, em poucos anos, no sistema tributário brasileiro.

X. SUBSCRIÇÃO COMPULSÓRIA DE "OBRIGAÇÕES DE GUERRA".

232. Cumprindo o estabelecido no artigo 34 do Decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942, as repartições do Imposto de Renda promoveram, regularmente, nos exercícios de 1945 e 1946, o lançamento para a subscrição compulsória de "Obrigações de Guerra".

233. Eis, porém, que pelo Decreto-lei n. 9138, de 5 de abril de 1946, resolveu o Governo suspender aquela subscrição, assegurando aos sub-

critores, em relação ao exercício de 1946, o direito de reembolso das contribuições já recolhidas àquele título, mediante a devolução das "Obrigações de Guerra" e dos comprovantes dos recolhimentos feitos.

234. Pela Circular número quinze, de 26 de abril de 1946, expediu o Senhor Ministro da Fazenda as necessárias instruções para a perfeita execução do disposto no artigo 3º daquela Decreto-lei, competindo, então, às Delegacias Regionais o relacionamento, em duas vias, dos recolhimentos feitos, com indicação dos nomes dos subcritores, por ordem alfabética, dos números dos recibos e das quantias respectivas.

235. Essa tarefa foi executada de modo plenamente satisfatório e com a urgência que o caso exigia, pois o reembolso se processaria à vista daquelas relações e seriam consideradas definitivas as contribuições cuja restituição não fosse reclamada, pelos subscritores, até 31 de dezembro de 1946.

236. No exercício de 1945 (Quadro n. 38), a arrecadação relativa à subscrição compulsória de "Obrigações de Guerra" somou Cr\$ 1.518.116.260,00 e no de 1946, mas decorrente de subscrição relativa a exercícios anteriores, a Cr\$ 101.785.403,10 (Quadro n. 39).

237. E para que melhor se possa avaliar o volume de trabalho que esse encargo especial acarretava às repartições do Imposto de Renda, temos os Quadros ns. 40 e 40-A, e 41 e 41-A, por onde se verifica que o número de documentos elaborados no exercício de 1945, entre notificações, recibos, relações do correio e recibos "A.R.", montou a 1.430.533, que se contrapõe a 917.405, no exercício de 1946.

XI. DESPESA E RECEITA

238. O imposto de renda é, sem dúvida, o gravame que melhor atende aos quatro princípios básicos de um bom sistema de tributação, traçados por Adam Smith, em sua obra clássica "The Wealth of Nations". Destacamos, em particular, o quarto canon, onde se preceitua que o imposto deve ser arrecadado com tal economia, que as despesas não venham tornar inútil o sacrifício dos contribuintes.

239. Ora, o imposto de renda, em nosso país, é um dos tributos que menos onera os cofres da Nação. Quando dos estudos realizados para a reforma de 1942, já se havia observado que as percentagens de despesa, até então verificadas, davam um lugar privilegiado ao Brasil na comparação dos índices de gastos apurados em outros

países, na arrecatação do mesmo imposto. Em 1940, conforme minuciosa exposição que consta do relatório então apresentado ao Senhor Ministro da Fazenda, a percentagem da despesa sobre a receita deste tributo era, no Brasil, de 2,96%, a qual, graças aos novos métodos de trabalho instituídos, bem como ao desenvolvimento econômico do país, que determinaram extraordinário aumento da arrecadação, veio diminuindo de ano para ano, até atingir, em 1946, a 1,05% (Quadros ns. 42 e 43)

CONCLUSÃO

240. Eis, Senhor Ministro, o que nos compete relatar sobre os trabalhos da Divisão do Imposto de Renda e que, até o presente, foram os realizados em 1945.

241. Os crescentes encargos da repartição, agravados agora, com os decorrentes da reforma do tributo, em discussão no Congresso Nacional, impediram-nos de apresentar trabalho mais substancial e completo.

242. Pensamos, entretanto, ter deixado pa-

tente o extraordinário desenvolvimento do imposto de renda em nosso país, onde tem, ainda, largo e fértil campo a explorar. Infelizmente, a fraude progride sob suas inúmeras modalidades, por falta de elementos de trabalho para um combate tenaz e sem intermitências.

243. Daí o especial cuidado que nos está restando a constituição de cadastros, os mais completos possíveis, bem como a intensificação da fiscalização, pelo menos nos setores de maior importância econômica do país.

244. Devido ao tempo, porém, que se passou, devidamente, o mecanismo administrativo do Imposto de Renda, tendo-se em vista como pequenos acréscimos de despesa são largamente compensados por vultuosíssimos aumentos de arrecadação.

245. Solicitando, finalmente, a Vossa Excelência que se digne de relevar as falhas desta despretenciosa exposição, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1947.

Assinado e rubricado
Diretor

DIVISÃO DE AGRICULTURA DE MINERA
SEÇÃO DE AGRICULTURA E MINERAÇÃO
INSTITUTO DE ESTATÍSTICA
FORMULÁRIO DE RENDIMENTOS
RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 1945

O.P.S.

Q.1a

ORGANIZADORES	Pessoa Física				Pessoa Jurídica				TOTAL			
	Pagamento anual	Langadas	Isentas	Total	Pagamento anual	Langadas	Isentas	Total	Pagamento anual	Langadas	Isentas	Total
Distrito Federal	1 708	54 721	49 573	106 008	1 751	23 915	1 896	26 561	3 459	78 636	51 469	130 105
D.R. Amazonas	136	1 071	1 094	2 231	1 446	1 151	35	2 632	1 582	2 782	1 069	4 863
D.R. Pará	110	2 039	1 871	4 020	1 688	3 707	77	5 472	1 798	5 746	1 948	9 492
D.R. Maranhão	16	749	725	1 474	1 584	2 469	30	4 083	1 600	3 218	758	5 576
D.R. Piauí	17	503	813	1 316	1 764	2 139	12	3 415	1 281	2 742	825	4 848
D.R. Ceará	37	1 758	1 571	3 329	3 980	2 092	62	3 934	1 017	4 651	1 732	7 400
D.R. Iguazu	12	214	101	327	204	1 255	2	1 541	385	1 469	190	2 344
D.R. Sobral	23	100	100	200	169	1 000	3	2 042	192	2 080	125	2 397
D.R. Rio Grande do Norte	90	858	1 043	1 891	1 100	1 673	19	2 994	1 332	2 531	1 962	4 985
D.R. Paraíba	42	879	1 050	1 929	2 080	1 000	37	5 078	2 122	4 434	1 084	7 650
D.R. Santa	9	100	173	273	1 112	897	5	2 014	1 121	997	17	2 395
D.R. Pernambuco	16	4 082	4 045	8 127	237	5 702	290	6 236	249	10 554	4 334	15 637
D.R. Pernambuco	2	104	110	214	104	1 000	42	1 400	263	1 567	1 000	2 567
D.R. Pernambuco	6	100	269	369	171	2 000	4	2 240	177	2 350	873	3 223
D.R. Alagoas	7	497	944	1 441	650	3 700	18	4 455	657	4 644	943	6 588
D.R. Sergipe	20	581	542	1 123	2 250	754	11	3 060	2 275	1 335	683	4 283
D.R. Bahia	68	3 082	3 094	6 176	1 000	4 000	68	4 990	868	7 992	3 643	11 635
D.R. Ilheus	18	1 000	1 000	2 000	1 000	1 000	6	1 000	341	1 984	444	2 528
D.R. Juazeiro	104	1 111	308	1 419	2 009	1 467	4	3 480	2 113	1 986	306	4 395
D.R. São Felix	18	505	589	1 123	2 500	4 048	7	6 563	2 546	4 593	596	7 695
D.R. Salvador	13	1 048	1 203	2 251	130	1 867	51	2 057	132	2 909	1 354	4 415
D.R. Gonçalo de Itapicirica ..	4	473	473	946	473	1 000	8	1 971	414	1 881	480	2 777
D.R. Rio de Janeiro	23	3 809	3 831	7 640	785	5 504	113	6 409	308	9 313	3 934	14 055
D.R. Barra do Rio	30	1 000	1 000	2 000	1 000	1 000	71	3 507	200	4 280	6 581	8 581
D.R. Camero	18	100	1 000	1 100	1 000	2 000	36	3 505	732	3 691	1 053	5 476
D.R. São Paulo	968	-	19 000	20 000	765	-	1 225	1 991	1 793	-	20 616	22 349
D.R. Aracaju	121	1 269	2 173	3 442	836	4 537	68	5 435	997	5 806	2 235	8 998
D.R. São	130	2 325	2 764	5 089	1 340	5 417	106	6 863	1 450	7 742	2 850	12 042
D.R. Salvador	108	1 216	1 723	2 939	1 331	4 206	56	5 493	1 339	5 422	1 779	7 540
D.R. Salvador	108	3 270	3 004	6 274	808	7 430	115	8 355	916	10 710	3 659	15 265

O.P.S.

321. K. DE. ZOOLOGICA

DECLARACIONES DE TENDENCIAS

RELATIVES AC EXPOSURE 78 1945

ORÇÃO APROVADO	Pessoa Física				Pessoa Jurídica				TOTAL			
	Pessoa física antiga	Legados	Isentas	Total	Pessoa física antiga	Legados	Isentas	Total	Pessoa física antiga	Legados	Isentas	Total
Distrito Federal	1 708	54 721	49 773	106 202	1 751	22 915	1 895	26 562	3 459	77 636	51 469	130 664
D.R. Amazonas	136	1 071	1 024	2 131	1 446	1 151	35	2 632	1 582	2 222	1 059	4 863
D.R. Pará	110	2 039	1 871	4 020	1 688	3 707	77	5 472	1 799	5 746	1 948	9 493
D.R. Maranhão	16	749	725	1 490	1 534	2 469	30	4 033	1 600	2 266	755	5 621
D.R. Piauí	17	603	813	1 423	1 264	2 139	12	3 415	1 241	2 702	825	4 848
D.R. Ceará	37	1 759	1 670	3 426	990	2 892	62	3 934	1 017	4 651	1 732	7 400
D.S. Ceará	12	254	181	435	294	1 455	2	1 751	1 469	153	1 622	3 081
D.S. Ceará	23	170	155	325	169	1 910	3	2 082	192	2 266	125	2 391
D.R. Rio Grande do Norte	90	858	1 043	1 991	1 302	1 473	19	2 994	1 392	2 531	1 052	4 985
D.R. Paraíba	42	879	1 057	1 978	2 080	3 555	37	5 672	2 122	4 434	1 094	7 660
D.S. Paraíba	9	160	172	332	1 112	487	5	2 014	1 121	1 007	177	2 305
D.R. Pernambuco	16	4 982	4 699	9 681	234	5 992	195	6 200	249	6 249	4 834	11 083
D.S. Pernambuco	2	204	111	315	241	1 329	263	1 873	1 394	837	1 650	3 044
D.S. Pernambuco	6	234	269	513	171	2 594	4	2 769	177	2 592	873	2 775
D.R. Alagoas	7	857	944	1 801	650	3 747	18	4 405	657	4 644	968	5 612
D.R. Sergipe	40	561	542	1 103	2 285	754	11	3 040	2 375	8 315	583	4 263
D.R. Bahia	68	3 331	3 538	6 869	194	4 691	607	4 992	262	7 998	8 645	11 643
D.S. Bahia	18	457	488	945	480	1 497	6	1 826	341	8 954	444	9 739
D.S. Bahia	104	131	302	433	2 069	1 467	4	3 480	2 113	1 598	306	4 017
D.S. São Paulo	18	505	595	1 102	2 599	4 048	7	6 553	2 548	4 553	596	7 695
D.R. Espírito Santo	13	1 042	1 103	2 145	139	1 867	51	2 057	132	3 009	1 354	4 415
D.S. Espírito Santo	4	330	422	752	410	1 553	8	1 971	414	1 883	480	2 777
D.R. Rio de Janeiro	23	3 808	3 821	7 629	785	5 504	113	6 402	808	8 313	3 934	14 055
D.S. Rio de Janeiro	30	1 101	1 043	2 044	263	3 188	71	3 507	2 082	4 289	2 014	6 301
D.S. Campos	18	936	1 017	1 971	114	2 755	36	3 505	732	3 691	1 053	4 744
D.R. São Paulo	968	-	19 390	20 358	765	-	1 366	1 991	1 732	-	20 616	22 349
D.S. Aracaju	121	1 269	2 173	3 563	286	4 587	40	5 413	967	5 004	2 835	7 839
D.S. Aracaju	110	2 356	2 764	5 120	1 440	5 437	126	6 903	1 460	7 742	2 250	10 452
D.S. Aracaju	198	1 234	1 028	2 262	1 231	4 275	56	5 562	1 339	5 422	1 779	7 241
D.S. Aracaju	108	3 278	3 544	6 822	408	7 142	115	8 315	732	8 070	3 659	11 769

CÓDIGO ARREMATADORES	PRIMEIRA FASE				SEGUNDA FASE				TOTAL			
	Posição até arremate	Leilões	Isentas	Total	Posição até arremate	Leilões	Isentas	Total	Posição até arremate	Leilões	Isentas	Total
D.S. Rio Claro	52	1 261	1 333	2 594	373	3 429	129	4 031	425	4 790	1 547	6 462
D.S. Ribeirão Preto	84	1 797	2 141	4 029	1 382	3 487	50	5 059	1 177	5 704	2 188	8 099
D.S. Santos	47	3 561	4 987	8 548	360	3 115	143	3 638	400	4 588	3 130	12 333
D.S. Sorocaba	54	940	1 297	2 236	508	4 367	21	4 886	567	5 297	1 312	7 122
D.S. Taubaté	8	1 170	1 805	2 973	433	4 054	31	4 518	441	5 224	1 834	7 501
D.R. Paraná	19	2 904	2 378	5 281	686	3 769	77	4 012	445	6 219	2 455	9 333
D.S. Jacareizinho	83	585	544	1 282	1 748	1 114	11	1 225	1 811	2 380	547	4 437
D.S. Ponta Grossa	37	933	1 195	2 165	1 141	2 248	-	3 389	1 174	3 561	1 194	5 554
D.R. Santa Catarina	70	645	1 102	1 817	787	2 504	40	3 391	857	3 149	1 142	5 149
D.S. Blumenau	21	546	667	1 194	780	1 147	52	2 179	801	1 893	679	3 373
D.S. Joinville	39	904	932	1 875	1 101	2 229	67	3 397	1 140	2 133	999	5 292
D.R. Rio Grande do Sul	266	8 233	9 320	16 799	1 617	9 997	430	12 044	1 483	18 210	8 750	28 443
D.S. Canoas	218	1 441	1 777	3 214	1 832	4 967	54	6 755	2 888	6 315	1 654	10 367
D.S. Cruz Alta	283	1 625	1 370	3 298	3 502	3 327	18	6 657	3 885	4 052	1 308	10 145
D.S. Pelotas	177	2 174	1 713	4 064	440	2 105	52	2 700	4 178	4 178	1 765	6 883
D.S. Livramento	173	2 004	2 087	4 091	594	3 013	44	3 457	877	5 082	2 087	7 169
D.R. Minas Gerais	47	3 366	4 117	8 030	215	2 580	154	2 949	262	5 912	4 771	10 945
D.S. Caldas Novas	19	701	707	1 407	750	1 489	27	2 567	961	2 409	734	3 924
D.S. Camocim	44	335	595	1 035	798	1 954	29	2 156	417	1 730	624	3 191
D.S. Igarassu	38	669	793	1 462	1 249	2 075	11	3 591	1 266	2 996	807	5 599
D.S. Jui de Fora	30	1 198	1 319	2 517	145	2 032	24	2 217	215	3 104	1 663	5 104
D.S. Lameira	54	755	949	1 708	1 747	2 525	10	4 262	1 801	3 890	999	6 089
D.S. Ponta Nova	11	652	820	1 503	1 305	3 126	13	4 448	1 316	3 777	683	5 066
D.S. São João del-Rei	24	288	384	686	695	1 950	21	2 696	749	2 133	345	3 197
D.S. Ilhéus	27	1 040	1 086	2 111	1 221	2 763	28	3 822	1 248	3 621	1 074	5 743
D.S. Vitória	18	820	1 149	1 994	912	2 150	40	3 511	930	3 377	1 198	5 405
D.R. Goiás	125	968	999	2 022	748	1 568	6	2 382	873	3 763	985	6 344
D.R. Mato Grosso	24	1 507	1 941	3 072	838	3 347	91	3 786	486	4 674	1 432	6 617
TOTAL	4 254	40 689	46 541	88 434	58 893	191 301	4 872	254 412	63 253	323 090	162 653	548 993

DECLARAÇÕES DE RESERVAS RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES

17-50-100A9 NY 1945

ORDENS AUTOMÁTICAS	PRIMEIRA MANEIRA				SEGUNDA MANEIRA				TOTAL			
	Pontos de entrega	Locustas	Isenções	Total	Pontos de entrega	Locustas	Isenções	Total	Pontos de entrega	Locustas	Isenções	Total
Distrito Federal	—	457	200	1 749	—	456	200	1 901	1 492	723	1 023	3 238
Acremora	7	2	8	11	—	—	—	11	—	2	4	26
Baré	6	32	14	52	69	11	1	81	—	43	15	102
Maranhão	—	3	10	20	1	0	5	16	1	32	23	36
Piauí	1	1	0	3	39	32	—	71	—	23	1	64
També	26	3	10	50	230	45	—	275	256	40	39	335
Rio Grande do Norte	6	1	8	13	96	—	—	96	102	1	6	309
Pernambuco	3	2	8	7	92	26	1	119	85	28	3	116
Pernambuco	4	56	13	73	9	30	2	41	13	86	15	134
Alagoas	1	4	4	9	32	12	—	44	23	16	4	43
Paraná	—	—	3	1	72	—	—	72	72	—	3	75
Paraná	—	5	7	12	13	9	—	22	13	14	7	34
Paraná do Sul	7	30	164	140	149	84	8	240	170	124	164	458
SE. Paulo	113	240	422	775	276	240	10	526	389	489	430	1 307
També	26	20	60	106	145	207	4	356	171	227	72	470
També	5	1	5	12	258	5	1	264	274	6	5	285
do Estado do Sul	48	176	144	368	194	182	—	376	442	568	151	1 161
Mato Grosso	76	116	419	600	679	194	19	1 092	766	452	434	1 652
Goias	17	1	42	60	140	17	—	157	132	18	42	212
Rio Grande	11	5	10	26	78	12	—	90	—	9	14	60
Total	332	560	1 244	3 136	2 203	1 000	100	3 303	3 140	2 220	2 430	7 790

SEÇÃO DE ESTATÍSTICA

DIAGRAMA DE RENDIMENTOS RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES

APRESENTADAS EM 1945

CÍRCULOS AGRICULTORES	PRIMEIRA COLHEITA				SEGUNDA COLHEITA				TOTAL			
	Produção em milhões de toneladas	Levantada	Levantada	Total	Produção em milhões de toneladas	Levantada	Levantada	Total	Produção em milhões de toneladas	Levantada	Levantada	Total
Distrito Federal	585	767	915	1 707	1 407	454	100	1 971	1 992	723	1 083	3 728
D.R. Amazonas	7	8	4	13	73	-	-	73	80	2	4	86
D.R. Pará	6	10	14	52	69	11	1	81	75	43	15	133
D.R. Maranhão	-	8	17	20	1	9	6	16	1	12	23	36
D.R. Piauí	1	0	1	2	39	22	-	61	40	23	1	64
D.R. Ceará	8	0	24	35	45	43	-	128	50	46	24	143
D.R. Tocantins	18	-	-	18	23	2	-	25	21	2	-	23
D.R. Bahia	-	-	15	15	132	-	-	132	132	-	15	147
D.R. Rio Grande do Norte	6	0	6	12	96	-	-	96	102	1	8	109
D.R. Paraíba	3	2	2	7	61	24	1	86	84	28	3	95
D.R. Ceará	-	-	-	-	23	-	-	23	23	-	-	23
D.R. Pernambuco	3	50	13	29	3	30	2	34	5	96	25	106
D.R. Alagoas	1	-	-	1	2	-	-	7	8	-	-	8
D.R. Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Bahia	1	4	4	9	28	10	-	38	22	16	4	43
D.R. Espírito Santo	-	-	1	3	72	-	-	72	72	-	3	75
D.R. Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Ilhéus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Juazeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Espírito Santo	-	3	4	9	2	9	-	11	2	14	4	20
D.R. Rio de Janeiro	-	-	3	3	11	-	-	11	11	-	3	14
D.R. Rio de Janeiro	-	21	67	108	49	62	5	116	49	93	98	224
D.R. Rio de Janeiro	1	1	9	11	17	8	3	28	11	9	13	32
D.R. Minas Gerais	1	8	60	69	100	24	-	124	110	32	60	202
D.R. São Paulo	-	180	213	393	-	185	4	189	-	185	222	557
D.R. Pernambuco	16	5	15	30	20	11	1	36	30	18	16	64
D.R. Bahia	46	20	77	146	79	11	-	90	79	31	77	187
D.R. Ceará	4	6	33	43	46	23	-	111	92	29	27	148
D.R. Rio de Janeiro	35	7	31	73	49	10	4	72	84	26	35	145

CÍRCULOS ANOTADOS	PRIMEIRA VIGILÂNCIA				SEGUNDA VIGILÂNCIA				TOTAL			
	Entrada do Círculo	Entrada	Entrada	Entrada	Entrada do Círculo	Entrada	Entrada	Entrada	Entrada do Círculo	Entrada	Entrada	Entrada
D.J. Ricardo Preto	3	3	11	17	27	8	-	35	30	11	11	52
D.J. Rui Claret	9	-	22	31	5	-	-	5	14	-	22	36
D.J. Santos	2	8	13	23	10	9	1	22	12	17	16	45
D.J. Sampaio	-	-	-	-	12	2	-	14	12	2	-	14
D.J. Talar	1	11	19	30	36	9	-	45	37	20	19	75
D.R. Penedo	14	20	54	88	15	192	1	205	29	212	55	295
D.R. Penedo	1	-	10	11	07	-	3	77	44	-	13	30
D.R. Penedo	11	-	4	15	63	15	-	78	74	15	4	93
D.R. Santa Catarina	4	-	5	9	64	-	1	65	68	-	6	74
D.R. Santa	-	-	-	-	4	3	-	7	4	1	-	7
D.R. Santa	2	1	-	1	160	2	-	162	162	3	-	165
D.R. São Grande do Sul	13	52	80	145	153	166	3	312	166	209	89	455
D.R. Santa	2	5	24	31	110	3	-	113	110	8	24	142
D.R. Santa	10	4	3	17	15	192	1	208	20	205	10	315
D.R. Santa	4	10	-	21	48	5	1	54	52	22	-	75
D.R. Santa	17	17	37	55	68	36	2	105	85	17	33	171
D.R. Santa	2	46	205	335	56	77	9	142	59	133	295	475
D.R. Santa	9	10	14	33	28	21	-	47	35	31	14	80
D.R. Santa	2	3	8	13	66	9	-	75	68	72	8	88
D.R. Santa	8	6	1	15	64	1	-	65	72	7	1	80
D.R. Santa	27	12	17	56	71	28	5	105	99	40	72	171
D.R. Santa	12	7	26	45	154	13	-	167	166	20	26	212
D.R. Santa	6	5	3	16	103	27	-	130	131	32	3	244
D.R. Santa	8	8	28	46	32	92	4	98	98	47	38	183
D.R. Santa	1	14	15	30	104	58	1	163	165	52	18	285
D.R. Santa	-	5	17	22	2	72	-	72	2	75	17	94
D.R. Santa	17	1	60	60	120	17	-	137	130	18	42	197
D.R. Santa	11	5	19	35	70	4	-	82	79	9	19	117
TOTAL	100	200	2 200	1 100	4 200	1 100	100	2 200	2 200	2 200	2 200	2 200

D.R.R. - Serviço de Controle e Estatística

RELAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DO EXERCÍCIO DE 1964

CÓDIGO (D.R.R. e EXATORIAS)	RECEITAS				DESPESAS				TOTAL			
	Receitas Ordinárias	Receitas Extraordinárias	Receitas Totais	Despesas Ordinárias	Despesas Extraordinárias	Despesas Totais	Saldo Ordinárias	Saldo Extraordinárias	Saldo Totais	Receitas Ordinárias	Receitas Extraordinárias	Receitas Totais
D.R. Distrito Federal	1.000	1.000	29.261	67.861	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Amazonas	60	60	563	1.469	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Pará	20	20	1.170	2.506	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Maranhão	10	10	471	952	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Piauí	20	20	637	1.073	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Fortaleza	20	20	1.307	2.369	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Iguatu	10	10	287	398	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Sertão	10	10	194	284	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. São Gonçalo do Norte	10	10	670	1.242	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. João Pessoa	10	10	745	1.453	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Souza	10	10	133	219	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Recife	10	10	6.177	129	5.614	261	6.004	154	9.020	3.007	12.181	1.807
D.R. Pernambuco	10	10	2.665	5.877	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Alagoas	10	10	3.950	9.690	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Sergipe	10	10	2.980	4.111	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Bahia	10	10	7.609	3.812	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Ceará	10	10	2.658	11.340	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
D.R. Rio de Janeiro	10	10	2.555									
A transferir	1.000	1.000								43.415	212.377	

D. L. R. - 1977 - 1978 - 1979 - 1980 - 1981 - 1982 - 1983 - 1984 - 1985 - 1986 - 1987 - 1988 - 1989 - 1990 - 1991 - 1992 - 1993 - 1994 - 1995 - 1996 - 1997 - 1998 - 1999 - 2000 - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014 - 2015 - 2016 - 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 - 2024 - 2025 - 2026 - 2027 - 2028 - 2029 - 2030 - 2031 - 2032 - 2033 - 2034 - 2035 - 2036 - 2037 - 2038 - 2039 - 2040 - 2041 - 2042 - 2043 - 2044 - 2045 - 2046 - 2047 - 2048 - 2049 - 2050 - 2051 - 2052 - 2053 - 2054 - 2055 - 2056 - 2057 - 2058 - 2059 - 2060 - 2061 - 2062 - 2063 - 2064 - 2065 - 2066 - 2067 - 2068 - 2069 - 2070 - 2071 - 2072 - 2073 - 2074 - 2075 - 2076 - 2077 - 2078 - 2079 - 2080 - 2081 - 2082 - 2083 - 2084 - 2085 - 2086 - 2087 - 2088 - 2089 - 2090 - 2091 - 2092 - 2093 - 2094 - 2095 - 2096 - 2097 - 2098 - 2099 - 2100 - 2101 - 2102 - 2103 - 2104 - 2105 - 2106 - 2107 - 2108 - 2109 - 2110 - 2111 - 2112 - 2113 - 2114 - 2115 - 2116 - 2117 - 2118 - 2119 - 2120 - 2121 - 2122 - 2123 - 2124 - 2125 - 2126 - 2127 - 2128 - 2129 - 2130 - 2131 - 2132 - 2133 - 2134 - 2135 - 2136 - 2137 - 2138 - 2139 - 2140 - 2141 - 2142 - 2143 - 2144 - 2145 - 2146 - 2147 - 2148 - 2149 - 2150 - 2151 - 2152 - 2153 - 2154 - 2155 - 2156 - 2157 - 2158 - 2159 - 2160 - 2161 - 2162 - 2163 - 2164 - 2165 - 2166 - 2167 - 2168 - 2169 - 2170 - 2171 - 2172 - 2173 - 2174 - 2175 - 2176 - 2177 - 2178 - 2179 - 2180 - 2181 - 2182 - 2183 - 2184 - 2185 - 2186 - 2187 - 2188 - 2189 - 2190 - 2191 - 2192 - 2193 - 2194 - 2195 - 2196 - 2197 - 2198 - 2199 - 2200 - 2201 - 2202 - 2203 - 2204 - 2205 - 2206 - 2207 - 2208 - 2209 - 2210 - 2211 - 2212 - 2213 - 2214 - 2215 - 2216 - 2217 - 2218 - 2219 - 2220 - 2221 - 2222 - 2223 - 2224 - 2225 - 2226 - 2227 - 2228 - 2229 - 2230 - 2231 - 2232 - 2233 - 2234 - 2235 - 2236 - 2237 - 2238 - 2239 - 2240 - 2241 - 2242 - 2243 - 2244 - 2245 - 2246 - 2247 - 2248 - 2249 - 2250 - 2251 - 2252 - 2253 - 2254 - 2255 - 2256 - 2257 - 2258 - 2259 - 2260 - 2261 - 2262 - 2263 - 2264 - 2265 - 2266 - 2267 - 2268 - 2269 - 2270 - 2271 - 2272 - 2273 - 2274 - 2275 - 2276 - 2277 - 2278 - 2279 - 2280 - 2281 - 2282 - 2283 - 2284 - 2285 - 2286 - 2287 - 2288 - 2289 - 2290 - 2291 - 2292 - 2293 - 2294 - 2295 - 2296 - 2297 - 2298 - 2299 - 2300 - 2301 - 2302 - 2303 - 2304 - 2305 - 2306 - 2307 - 2308 - 2309 - 2310 - 2311 - 2312 - 2313 - 2314 - 2315 - 2316 - 2317 - 2318 - 2319 - 2320 - 2321 - 2322 - 2323 - 2324 - 2325 - 2326 - 2327 - 2328 - 2329 - 2330 - 2331 - 2332 - 2333 - 2334 - 2335 - 2336 - 2337 - 2338 - 2339 - 2340 - 2341 - 2342 - 2343 - 2344 - 2345 - 2346 - 2347 - 2348 - 2349 - 2350 - 2351 - 2352 - 2353 - 2354 - 2355 - 2356 - 2357 - 2358 - 2359 - 2360 - 2361 - 2362 - 2363 - 2364 - 2365 - 2366 - 2367 - 2368 - 2369 - 2370 - 2371 - 2372 - 2373 - 2374 - 2375 - 2376 - 2377 - 2378 - 2379 - 2380 - 2381 - 2382 - 2383 - 2384 - 2385 - 2386 - 2387 - 2388 - 2389 - 2390 - 2391 - 2392 - 2393 - 2394 - 2395 - 2396 - 2397 - 2398 - 2399 - 2400 - 2401 - 2402 - 2403 - 2404 - 2405 - 2406 - 2407 - 2408 - 2409 - 2410 - 2411 - 2412 - 2413 - 2414 - 2415 - 2416 - 2417 - 2418 - 2419 - 2420 - 2421 - 2422 - 2423 - 2424 - 2425 - 2426 - 2427 - 2428 - 2429 - 2430 - 2431 - 2432 - 2433 - 2434 - 2435 - 2436 - 2437 - 2438 - 2439 - 2440 - 2441 - 2442 - 2443 - 2444 - 2445 - 2446 - 2447 - 2448 - 2449 - 2450 - 2451 - 2452 - 2453 - 2454 - 2455 - 2456 - 2457 - 2458 - 2459 - 2460 - 2461 - 2462 - 2463 - 2464 - 2465 - 2466 - 2467 - 2468 - 2469 - 2470 - 2471 - 2472 - 2473 - 2474 - 2475 - 2476 - 2477 - 2478 - 2479 - 2480 - 2481 - 2482 - 2483 - 2484 - 2485 - 2486 - 2487 - 2488 - 2489 - 2490 - 2491 - 2492 - 2493 - 2494 - 2495 - 2496 - 2497 - 2498 - 2499 - 2500 - 2501 - 2502 - 2503 - 2504 - 2505 - 2506 - 2507 - 2508 - 2509 - 2510 - 2511 - 2512 - 2513 - 2514 - 2515 - 2516 - 2517 - 2518 - 2519 - 2520 - 2521 - 2522 - 2523 - 2524 - 2525 - 2526 - 2527 - 2528 - 2529 - 2530 - 2531 - 2532 - 2533 - 2534 - 2535 - 2536 - 2537 - 2538 - 2539 - 2540 - 2541 - 2542 - 2543 - 2544 - 2545 - 2546 - 2547 - 2548 - 2549 - 2550 - 2551 - 2552 - 2553 - 2554 - 2555 - 2556 - 2557 - 2558 - 2559 - 2560 - 2561 - 2562 - 2563 - 2564 - 2565 - 2566 - 2567 - 2568 - 2569 - 2570 - 2571 - 2572 - 2573 - 2574 - 2575 - 2576 - 2577 - 2578 - 2579 - 2580 - 2581 - 2582 - 2583 - 2584 - 2585 - 2586 - 2587 - 2588 - 2589 - 2590 - 2591 - 2592 - 2593 - 2594 - 2595 - 2596 - 2597 - 2598 - 2599 - 2600 - 2601 - 2602 - 2603 - 2604 - 2605 - 2606 - 2607 - 2608 - 2609 - 2610 - 2611 - 2612 - 2613 - 2614 - 2615 - 2616 - 2617 - 2618 - 2619 - 2620 - 2621 - 2622 - 2623 - 2624 - 2625 - 2626 - 2627 - 2628 - 2629 - 2630 - 2631 - 2632 - 2633 - 2634 - 2635 - 2636 - 2637 - 2638 - 2639 - 2640 - 2641 - 2642 - 2643 - 2644 - 2645 - 2646 - 2647 - 2648 - 2649 - 2650 - 2651 - 2652 - 2653 - 2654 - 2655 - 2656 - 2657 - 26

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE EMPREGOS ANTERIORES PRESTADOS EM EXERCÍCIO DE 1994:

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística

DECLARAÇÕES DE RENDIMENTOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES APRESENTADAS NO EXERCÍCIO DE 1966

Orgãos D.R. e D.S. e Exatorias)	PESSOA FÍSICA				PESSOA JURÍDICA				T O T A L			
	Paga to da Entrega	Lançada	Isenta	Total	Paga to da Entrega	Lançada	Isenta	Total	Paga to da Entrega	Lançada	Isenta	Total
D.R. Distrito Federal	100	199	10	209	100	199	10	209	100	199	110	309
D.R. Amazonas	-	-	-	10	-	-	-	10	-	-	-	10
D.R. Pará	4	40	24	68	94	20	-	120	90	71	20	181
D.R. Maranhão	-	5	21	26	68	20	1	89	60	20	-	80
D.R. Piauí	8	-	1	9	32	6	-	40	40	-	-	40
D.R. Fortaleza	20	16	34	72	101	92	-	193	121	110	34	265
D.R. Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Sobral	1	5	4	10	50	3	-	53	51	6	4	61
D.R. Rio Grande do Norte	-	10	1	11	122	31	-	153	122	49	1	172
D.R. João Pessoa	-	2	1	3	6	13	-	19	6	16	1	23
D.S. Souza	-	-	2	2	35	-	-	35	36	-	2	38
D.R. Recife	1	17	10	28	40	70	5	115	41	136	30	197
D.S. Garanhuns	-	4	-	4	20	9	-	44	35	13	-	48
D.S. Pesqueira	1	0	-	1	71	22	-	94	73	26	-	99
D.R. Alagoas	-	1	-	1	10	0	-	20	12	9	-	21
D.R. Sergipe	-	2	-	2	20	-	-	40	35	5	-	40
D.R. Salvador	11	14	17	42	24	50	1	75	45	52	48	145
D.S. Ilhéus	1	7	4	12	10	19	-	29	11	26	4	41
D.S. Joazeiro	1	-	2	3	27	-	-	27	20	-	2	22
D.S. São Felix	-	4	-	4	70	7	-	65	70	11	-	81
D.R. Vitória	2	6	1	9	4	9	1	14	0	15	2	17
D.S. Cachoeira do Itapemirim	2	1	-	3	6	-	1	9	10	1	1	12
D.S. Niterói	10	21	120	151	61	69	7	137	73	140	130	343
A transportar									1.313	1.553	1.421	4.287

Município	1990				1991				1992			
	População	Urbanos	Rurais	Total	População	Urbanos	Rurais	Total	População	Urbanos	Rurais	Total
Transmissão												
D.S. Cataguazes	1	4	9	13	1	20	-	20	2	1	-	100
D.S. Curvelo	-	11	9	20	-	4	-	37	9	25	-	128
D.S. Itajubá	-	20	10	30	-	10	-	207	20	70	10	320
D.S. Juiz de Fora	-	-	23	50	-	4	-	4	17	36	-	234
D.S. Lavras	-	17	36	55	-	26	-	17	116	37	-	166
D.S. Ponte Nova	-	-	-	-	-	57	-	190	17	57	-	190
D.S. Teófilo Otoni	-	6	9	20	-	116	-	160	4	125	-	160
D.S. Uberaba	10	6	11	27	-	16	-	147	18	23	-	220
D.S. Verginha	-	-	12	1	-	17	-	3	7	17	-	101
D.R. Goiás	-	16	16	50	-	6	-	3	-	76	-	90
D.R. Mato Grosso	1	0	1	15	-	10	-	16	-	16	-	30
	94	90	179	443	107	180	6,60	3,01	3,04	-	-	10,730

DECLARAÇÕES DE RENDIMENTOS EXERCÍCIO DE 1946

DISTRITO FEDERAL	95 717
AMAZONAS	4 154
PARÁ	8 041
MARANHÃO	4 973
PIAUÍ	4 532
CEARA	12 801
RIO GRANDE DO NORTE	4 314
PARAÍBA	9 157
PERNAMBUCO	16 649
ALAGOAS	5 897
SERGIPE	3 952
BAHIA	24 390
ESPÍRITO SANTO	6 470
RIO DE JANEIRO	16 374
SÃO PAULO	154 123
PARANÁ	16 502
SANTA CATARINA	11 978
RIO GRANDE DO SUL	55 592
MINAS GERAIS	50 963
MATO GROSSO	5 590
GOIAZ	6 063
	518 232



[illegible]

MINISTERIO DA FAZENDA

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística

NOTIFICAÇÕES, RECIBOS E OUTROS DOCUMENTOS RELATIVOS AO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA
(Exercício de 1946)

ESTADOS	NÚMER DE DOCUMENTOS				
	Notificações	Recibos	Relação p/correio	Recibos - A.R.	TOTAL
Distrito Federal	71.373	240.917	11.419	71.373	403.170
Amazonas	-	-	-	-	-
Pará	7.919	9.857	195	4.119	21.790
Maranhão	4.000	5.353	673	4.000	15.000
Piauí	6.411	6.194	410	4.335	18.000
Ceará	11.412	21.191	269	11.412	44.264
Rio Grande do Norte	3.267	6.188	182	3.267	12.904
Paraíba	5.001	6.348	84	5.001	16.200
Pernambuco	17.007	30.300	415	17.007	90.274
Alagoas	5.000	15.000	111	11.700	26.100
Sergipe	10.410	4.000	20	10.410	4.500
Bahia	17.000	20.000	200	17.000	57.000
Espírito Santo	6.014	11.000	50	6.014	24.000
Rio de Janeiro	10.901	28.102	503	10.901	50.407
São Paulo	115.000	200.000	5.000	115.000	550.000
Paraná	15.000	20.000	50	15.000	50.000
Santa Catarina	8.092	17.814	118	8.122	34.146
Rio Grande do Sul	51.329	125.737	1.150	47.825	226.041
Minas Gerais	36.077	79.261	1.692	35.380	152.410
Goiás	5.000	9.000	50	5.000	20.000
Mato Grosso	4.910	10.000	50	4.900	19.000
TOTAL	406.171	1.026.315	26.695	413.990	1.873.171

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Serviço de Controle e Estatística

NOTIFICAÇÕES, RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS RELATIVOS AO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA
(Exercício de 1946)

Q.5a

Delegação	NÚMERO DE DOCUMENTOS				
	Relações	Recibos	Relação Sócio	Recibos - Ad.	TOTAL
DELEGACIAS REGIONAIS E SECCIONAIS					
D.R. Distrito Federal	71.474	240.014	11.419	71.474	494.381
D.R. Amazonas	-	-	-	-	-
D.R. Pará	7.910	9.557	135	4.110	21.512
D.R. Maranhão	4.000	8.043	073	4.000	16.116
D.R. Piauí	6.411	6.498	310	4.348	17.567
D.R. Fortaleza	6.577	11.700	245	6.577	24.899
D.S. Iguaçu	2.047	6.470	11	2.047	10.575
D.S. Sobral	2.210	2.344	13	2.210	7.877
D.R. Rio Grande do Norte	3.267	6.188	182	3.267	12.904
D.R. João Pessoa	3.867	4.047	38	3.867	11.819
D.S. Souza	1.700	2.740	48	1.700	6.188
D.R. Recife	1.700	2.740	48	1.700	6.188
D.S. Garanhuns	1.803	3.115	140	1.439	6.497
D.S. Pesqueira	2.775	7.751	33	5.336	15.895
D.R. Alagoas	5.853	10.462	111	11.706	28.132
D.R. Sergipe	1.410	1.820	20	1.410	4.660
D.R. Salvador	9.950	13.113	64	7.084	30.211
D.S. Ilhéus	409	409	-	402	1.220
D.S. Jazeiro	1.819	3.012	85	1.819	6.735
D.S. São Felix	-	-	117	-	117
D.R. Vitória	4.000	4.000	413	4.000	12.413
D.S. Cachy Itapemirim	2.047	4.029	72	2.047	8.195
D.R. Niterói	7.500	20.391	360	7.500	35.751
D.S. Barra do Pirai	-	-	-	-	-
D.S. Campos	-	-	-	-	-
A transportar	170.000	240.000	1.000	170.000	581.000

ORGÃOS	NÚMERO DE DOCUMENTOS				
	Notificações	Recibos	Relações	Recibos - A.R.	TOTAL
Transporte	170.164	422.026	18.073	182.478	789.698
D.R. São Paulo	55.423	195.692	6.523	55.423	313.061
D.S. Araraquara	5.324	12.245	101	5.324	23.054
D.S. Bauru	8.360	19.420	-	8.360	36.140
D.S. Botucatu	5.286	12.065	-	5.286	22.642
D.S. Campinas	10.584	25.823	227	10.584	47.218
D.S. Ribeirão Preto	6.201	13.097	200	6.201	25.787
D.S. Rio Claro	7.202	14.501	431	11.759	33.893
D.S. Santos	5.407	16.114	22	-	23.744
D.S. Sorocaba	5.331	10.207	164	5.851	21.573
D.S. Taubaté	6.045	11.588	200	6.219	24.052
D.R. Curitiba	9.531	13.650	69	6.355	29.625
D.S. Jacarézinho	1.778	4.078	64	1.778	7.698
D.S. Ponta Grossa	3.537	11.118	11	3.537	18.369
D.R. Florianópolis	2.717	5.491	16	2.717	10.941
D.S. Blumenau	2.219	5.116	11	2.219	9.565
D.S. Joinville	3.156	7.207	44	3.186	13.640
D.R. Porto Alegre	26.510	68.263	426	26.510	121.667
D.S. Cachoeira	9.767	14.524	244	6.149	30.684
D.S. Cruz Alta	4.764	13.177	67	4.764	20.770
D.S. Livramento	4.937	14.428	189	4.937	24.491
D.S. Pelotas	5.351	11.444	260	5.465	26.427
D.R. Belo Horizonte	6.784	21.498	465	6.784	35.551
D.S. Cataguazes	2.686	6.111	168	2.686	11.651
A transportar	309.064	954.764	25.523	374.572	

ORGÃOS	NÚMERO DE DOCUMENTOS				
	Notificações	Recibos	Relação de Recibos	Recibos - A.	TOTAL
Transporte	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
D.S. Curvelo	2.000	4.000	2.000	2.000	2.000
D.S. Itaúba	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
D.S. Juiz de Fora	3.296	7.960	108	3.296	18.660
D.S. Lavras	1.471	2.942	100	1.471	14.710
D.S. Ponte Nova	4.000	7.000	57	4.000	14.000
D.S. Teófilo Otoni	4.000	4.000	100	4.000	12.000
D.S. Uberaba	2.000	6.100	70	2.000	11.000
D.S. Varginha	4.000	7.000	10	4.000	14.000
D.R. Goiás	2.000	2.000	20	2.000	2.000
D.R. Mato Grosso	2.000	2.000	20	2.000	2.000
TOTAL	26.695	1.026.315	26.695	413.990	1.873.171

LANÇAMENTO "EX-OFICIO" POR FALTA DE DECLARAÇÃO

EXERCÍCIO DE 1945

PESSOA FÍSICA

Pessoa Física								
ORGÃO ADMINISTRATIVO	Proveniência	Tributo de Renda			Imp. sobre o Rendimento			TOTAL GERAL
		Imposto	Multa	Total	Imposto	Multa	Total	
		Créd	Créd	Créd	Créd	Créd	Créd	
Distrito Federal	466	1 364 388,50	14 000,00	2 320 480,00	100 000,00	40 000,00	170 000,00	2 490 480,00
Alagoas	58	5 000,00	2 000,00	0 000,00	100,00	40,00	100,00	0 000,00
Alagoas	24	27 000,00	0 000,00	0 000,00	100,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Alagoas	104	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Alagoas	118	10 000,00	0 000,00	0 000,00	100,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Alagoas	60	0 000,00	40 000,00	100 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Rio Grande do Norte	102	0 000,00	20 000,00	0 000,00	-	-	-	0 000,00
Rio Grande do Norte	24	0 000,00	0 000,00	0 000,00	100,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Rio Grande do Norte	103	20 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Alagoas	13	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	-	0 000,00	0 000,00
Sergipe	21	0 000,00	0 000,00	0 000,00	-	-	-	0 000,00
Sergipe	103	0 000,00	0 000,00	0 000,00	100,00	-	100,00	0 000,00
Sergipe	22	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Sergipe	53	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	-	-	0 000,00
Sergipe	941	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Sergipe	252	0 000,00	0 000,00	0 000,00	-	-	-	0 000,00
Santa Catarina	66	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Rio Grande do Sul	596	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Minas Gerais	104	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00	0 000,00
Goiás	34	0 000,00	0 000,00	0 000,00	-	-	-	0 000,00
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3 301	2 315 500,00	14 000,00	3 530 960,00	136 531,30	40 000,00	146 531,30	3 715 000,00

O.P.S.

RECEITA DE RENDITA DE RENDITA

RECEITA DE RENDITA DE RENDITA

RECEITA DE RENDITA DE RENDITA

RECEITA DE RENDITA DE RENDITA

26a

REVENHO DA RECEITA								
CHAMOS APROPRIAÇÕES	Processos	RECEITA DE RENDITA			RECEITA DE RENDITA			TOTAL TOTAL
		Despesas	Total	Total	Despesas	Total	Total	
		Créd	Créd	Créd	Créd	Créd	Créd	Créd
Distrito Federal	466	266 300,50	616 800,30	123 300,00	123 300,00	40 300,00	123 300,00	2 400 000,00
U.R. Amazonas	58	6 000,40	2 726,20	9 000,00	100,00	40,00	170,40	9 000,00
U.R. Pará	54	29 000,00	8 626,40	34 000,00	100,00	20,00	700,00	34 000,00
U.R. Maranhão	100	8 000,40	4 928,30	13 000,00	100,00	5,00	95,00	14 000,00
U.R. Piauí	118	16 000,00	8 377,20	23 000,00	100,00	40,00	140,00	24 000,00
U.R. Ceará	44	25 000,00	27 306,20	40 000,00	100,00	20,00	40,00	42 000,00
U.R. Ceará	16	13 000,00	13 007,40	20 000,00	10,00	1,00	12,40	24 000,00
U.R. Rio Grande do Norte	100	50 000,00	29 457,50	80 000,00	-	-	-	80 000,00
U.R. Pernambuco	10	1 000,00	995,00	2 000,00	100,00	10,00	100,00	2 000,00
U.R. Paraíba	14	2 000,00	1 100,00	3 000,00	100,00	10,00	100,00	3 000,00
U.R. Pernambuco	100	20 000,00	10 807,40	30 000,00	100,00	40,00	220,00	31 000,00
U.R. Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-	-
U.R. Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-	-
U.R. Alagoas	10	2 000,00	1 665,50	3 000,00	10,00	-	10,00	3 000,00
U.R. Sergipe	20	1 000,00	630,20	2 000,00	-	-	-	2 000,00
U.R. Bahia	10	2 000,00	1 194,20	4 000,00	100,00	-	100,00	4 000,00
U.R. Ilheus	10	2 000,00	154,70	4 000,00	-	-	-	4 000,00
U.R. Juazeiro	100	-	-	-	-	-	-	-
U.R. São Felix	100	-	-	-	-	-	-	-
U.R. Espírito Santo	10	900,00	610,00	1 000,00	100,00	100,00	100,00	1 000,00
U.R. Cachoeiro de Itapemirim	10	1 000,00	910,00	1 000,00	-	-	-	1 000,00
U.R. Rio de Janeiro	40	6 000,00	4 000,00	10 000,00	-	-	-	10 000,00
U.R. Barra do Piraí	10	-	-	-	-	-	-	-
U.R. Campos	-	-	-	-	-	-	-	-
U.R. São Paulo	100	-	-	-	-	-	-	-
U.R. Araraquara	100	14 000,00	14 000,00	14 000,00	-	-	-	14 000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DEPARTAMENTO - Serviço de Controle e Estatística

LANÇAMENTOS EX-OFFICIO POR FALTA DE DECLARAÇÃO

(letra A do art. 17 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1947) - (Exercício de 1946)

ÓRGÃOS	P E S S O A F Í S I C A						
	Processos	IMPOSTO DE RENDA			DECRETO Nº 3.200		
	iniciados	Imposto Cr\$	Multa Cr\$	Total Cr\$	Imposto Cr\$	Multa Cr\$	TOTAL GERAL
Distrito Federal	183 (I)						
Amazonas	3 (II)						
Pará	32	17.144,00	5.414,90	22.557,90	87,70	26,30	22.665,90
Maranhão	107	9.056,50	3.616,70	12.673,20	127,90	12,80	12.813,90
Piauí	108	6.822,70	4.249,70	11.072,40	361,30	13,80	11.447,50
Goiás	286	151.563,70	27.062,60	218.646,30	2.932,60	822,70	219.401,60
Rio Grande do Norte	207	36.654,40	11.079,80	58.734,20	141,70	4,00	58.880,90
Paraíba	85	20.332,70	10.596,40	30.929,10	146,70	36,00	31.111,80
Pernambuco	105	30.570,40	12.760,30	43.330,70	753,40	17,80	44.001,90
Alagoas	352	12.799,40	4.742,30	18.091,70	523,70	326,70	18.941,10
Sergipe	24	5.918,40	1.062,00	8.418,90	776,20	167,70	9.362,80
Bahia	766	13.325,44	4.065,60	17.391,04	1.371,70	122,00	19.000,74
Espírito Santo	51	17.376,14	6.108,40	23.484,54	100,10	32,70	23.617,34
Rio de Janeiro	14	282.310,70	84.207,90	366.518,60	8.146,70	246,70	374.912,00
São Paulo	761	582.621,40	76.244,10	861.071,50	4.838,50	387,70	866.297,70
Paraná	30	9.648,00	1.485,70	11.133,70	91,00	7,00	11.231,70
Santa Catarina	16	6.868,90	1.447,10	8.316,00	198,70	59,00	8.573,70
Rio Grande do Sul	144	11.716,00	27.467,70	39.183,70	677,70	64,00	39.925,40
Minas Gerais	290	187.167,90	67.444,10	254.612,00	4.410,80	1.321,70	256.344,50
Solida	144	59.427,50	16.066,00	75.493,50	4.293,70	259,20	79.947,40
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	3.312	1.908.123,50	619.855,40	2.527.978,90	30.217,70	4.937,70	2.163.115,30

- (I) Não há elementos sobre os quais se arremessou este quadro
 (II) Dependendo de esclarecimentos

MINISTÉRIO DA FAZENDA

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística

LANÇAMENTOS EX-OFFICIO POR FALTA DE DECLARAÇÃO

(letra g do art. 17 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943) - (Exercício de 1946)

27

PROCESSOS	PESSOA FÍSICA							TOTAL GERAL
	Processos iniciados	IMPOSTO DE RENDA			DECRETO Nº 3.200			
		Imposto Cr\$	Multa Cr\$	Total Cr\$	Imposto Cr\$	Multa Cr\$	Total Cr\$	
LEGACIAS REGIONAIS SECCIONAIS								
D.R. Distrito Federal	183 (I)							
D.R. Amazonas	3 (II)							
D.R. Pará	32	17.143,00	5.414,90	22.557,90	87,70	26,30	114,00	22.671,90
D.R. Maranhão	107	9.056,50	3.616,70	12.673,20	127,90	12,80	140,70	12.813,90
D.R. Piauí	108	6.822,70	4.240,70	11.063,40	361,30	13,30	375,10	11.438,70
D.R. Fortaleza	195	104.341,20	51.010,00	155.351,20	1.911,00	670,00	2.581,60	157.932,80
D.S. Iguatú	37	9.021,10	4.775,20	13.796,30	102,00	61,00	163,20	13.959,50
D.S. Sobral	54	38.201,40	7.227,10	45.428,50	904,80	90,50	995,30	46.423,80
D.R. Rio Grande do Norte	207	36.654,40	17.472,30	54.126,70	131,70	4,60	136,30	54.263,00
D.R. João Pessoa	54	17.340,80	7.007,60	24.348,40	22,70	6,80	29,50	24.377,90
D.S. Souza	31	3.257,70	3.927,30	7.185,00	124,00	29,90	153,90	7.338,90
D.R. Recife	73	23.224,10	10.627,90	33.852,00	463,10	8,60	471,70	34.323,70
D.S. Garanhuns	13	2.363,10	1.251,30	3.614,40	-	-	-	3.614,40
D.S. Pesqueira	19	4.933,60	1.383,10	6.316,70	290,40	9,20	299,60	6.616,30
D.R. Alagoas	352	13.759,10	4.333,80	18.092,90	523,70	226,20	750,90	18.843,80
D.R. Sergipe	24	5.515,30	2.903,60	8.418,90	776,20	367,60	1.143,80	9.562,70
D.R. Salvador	250	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Ilhéus	1	415,70	207,90	623,60	-	-	-	623,60
D.S. Joazeiro	1	161,20	48,40	209,60	-	-	-	209,60
D.S. São Felix	114	12.748,50	4.107,40	17.855,90	1.713,30	122,60	1.835,90	19.691,80
A transportar	1.868	205.004,80	100.887,90	305.892,70	7.500,40	1.649,90	9.150,30	315.043,00

(I) Não há elementos objetivos para o preenchimento deste quadro

(II) Dependendo de esclarecimentos

P E S S O A F Í S I C A

ORGAOS

DELEGACIAS REGIONAIS E SECCIONAIS	Processos	IMPOSTO DE RENDA			DECRETO Nº 3.200			TOTAL GERAL
	Iniciados	Imposto	Multa	Total	Imposto	Multa	Total	
		Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	
Transporte	1.858	805.004,80	1.105,80	448.814,00	7.400,90	1.649,90	0.110,30	258.084,20
D.S. Vitória	18	12.822,10	8.104,50	17.826,60	87,40	26,20	112,60	17.940,20
D.S. Cacny de Itapemirim	33	3.554,00	7.107,90	5.657,90	12,70	6,40	19,10	5.677,00
D.R. Niteroi	7	244.051,50	60.024,10	110.075,60	8.185,70	245,60	8.431,30	318.506,90
D.S. Barra do Pirai	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Campos	7	38.256,80	19.799,80	57.658,60	-	-	-	57.658,60
D.R. São Paulo	45	43.455,50	18.868,70	62.324,20	1.374,90	-	1.374,90	63.699,10
D.S. Araraquara	73	9.005,50	5.535,60	14.541,10	499,70	-	499,70	15.040,80
D.S. Baurú	271	42.381,60	25.286,70	67.668,30	255,20	103,30	358,50	68.026,80
D.S. Botucatu	1	98,20	29,50	127,70	-	-	-	127,70
D.S. Campinas	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Ribeirão Preto	108	77.388,60	11.777,00	73.165,60	98,40	37,90	116,30	73.281,90
D.S. Rio Claro	7	30.050,40	5.119,60	38.169,00	1.177,20	318,10	1.495,30	36.664,30
D.S. Santos	77	396.661,80	178.029,50	574.688,30	157,10	29,80	382,60	575.070,90
D.S. Sorocaba	171	21.216,40	8.086,40	30.200,80	962,50	256,30	1.218,80	32.118,60
D.S. Taubaté	8	1.655,40	822,10	2.477,50	114,50	57,20	171,70	2.649,20
D.S. Curitiba	27	2.605,00	1.350,70	3.855,70	51,00	7,80	58,80	3.914,50
D.S. Jacarézinho	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Ponta Grossa	2	1.072,60	1.348,80	1.768,40	-	-	-	4.368,40
A transportar	2.714	1.107.000,20	301.024,70	1.098.127,90	80.740,80	2.118,20	23.451,00	1.718.889,90

ORGÃOS	P E S S O A F Í S I C A							
	Processos	IMPOSTO DE RENDA			DECRETO Nº 3.200			TOTAL GERAL
	Iniciados	Imposto Cr\$	Multa Cr\$	Total Cr\$	Imposto Cr\$	Multa Cr\$	Total Cr\$	
Transporte	2.714	1.192.957,20	1.024.224,70	1.695.377,90	20.732,80	2.718,20	23.451,00	1.718.828,90
D.R. Florianópolis	16	6.858,90	2.542,40	9.401,30	198,70	59,60	258,30	9.659,60
D.S. Blumenau	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Joinville	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Porto Alegre	103	38.971,80	17.551,80	56.523,60	33,00	-	33,20	56.556,80
D.S. Cachoeira	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Cruz Alta	29	12.479,50	4.927,80	17.407,30	644,00	64,50	709,00	18.116,30
D.S. Livramento	2	879,40	439,70	1.319,10	-	-	-	1.319,10
D.S. Pelotas	14	3.385,30	548,00	3.933,30	-	-	-	3.933,30
D.R. Belo Horizonte	185	82.204,10	23.586,20	105.790,30	2.929,20	1.626,10	4.555,30	110.345,60
D.S. Cataguases	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Curvelo	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Itajubá	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Juiz de Fora	10	47,70	14,30	62,00	-	-	-	62,00
D.S. Lavras	33	23.272,70	4.719,80	27.992,50	1.122,00	112,20	1.234,20	29.226,70
D.S. Ponte Nova	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Teófilo Otoni	57	77.643,40	38.044,10	115.677,50	259,60	83,00	342,60	116.020,10
D.S. Uberaba	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Varginha	5	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Goiás	144	69.427,40	25.066,60	94.494,00	4.293,70	259,10	4.552,80	99.046,80
D.R. Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	4.312	1.508.123,50	619.855,40	2.127.978,90	30.213,70	4.922,70	35.136,40	2.163.115,30

RECEITA DO AGRICULTURA

RECEITA DO AGRICULTURA

RECEITA DO AGRICULTURA

RECEITA DO AGRICULTURA	RECEITA DO AGRICULTURA			
	Quantidade	Valor	Valor	Valor
Alimentos (Café)	75	450 800,00	753 410,40	1 203 210,40
Alimentos	20	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Alfafa	200	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Alfafa	400	8 000,00	8 000,00	8 000,00
Alfafa	1 400	21 000,00	21 000,00	21 000,00
Alfafa	150	62 696,00	62 696,00	62 696,00
Alfafa	1 250	4 532,80	4 532,80	4 532,80
Alfafa	200	21 806,40	21 806,40	21 806,40
Alfafa	6	4 747,40	4 747,40	4 747,40
Alfafa	441	80 870,50	80 870,50	80 870,50
Alfafa	200	13 515,50	13 515,50	13 515,50
Alfafa	200	1 341 665,50	1 341 665,50	1 341 665,50
Alfafa	400	31 704,20	31 704,20	31 704,20
Rio de Janeiro	200	71 715,80	71 715,80	71 715,80
Rio de Janeiro	200	716 769,00	716 769,00	716 769,00
Rio de Janeiro	11	4 185,90	4 185,90	4 185,90
Rio de Janeiro	10	6,30	6,30	6,30
Rio Grande do Sul	400	138 197,70	138 197,70	138 197,70
Rio Grande do Sul	400	97 706,70	97 706,70	97 706,70
Rio Grande do Sul	100	78 380,50	78 380,50	78 380,50
Mato Grosso	-	-	-	-
Total	3 100	3 107 826,30	3 107 826,30	3 107 826,30

CANTOS - ANEXO ANTERIOR	FONTE			
	Produção Anual	Imposto	União	Estado
D.S. Rio de Janeiro	1	2 100,00	207 700,00	3 100,00
D.S. Rio Grande	1	2 100,00	10 500,00	100,00
D.S. Santos	5	4 200,40	1 207,80	5 000,00
D.S. Apucarana	2	100,00	100,00	100,00
D.S. Toledo	2	11 200,30	8 017,30	10 000,00
D.R. Paraná	0	2 100,30	927,40	3 000,00
D.S. Jacarezinho	1	-	-	-
D.S. Ponta Grossa	1	2 400,30	614,20	2 000,00
D.R. Santa Catarina	2	6,30	100,00	100,00
D.S. Blumenau	-	-	-	-
D.S. Joinville	-	-	-	-
D.R. Rio Grande do Sul	2 000	20 500,40	10 000,70	30 000,00
D.S. Cachoeira	-	-	-	-
D.S. Cruz Alta	320	3 600,30	327,60	1 000,00
D.S. Pelotas	10	10 000,00	3 000,30	10 000,00
D.S. Livramento	100	100 000,20	40 000,80	100 000,00
D.R. Minas Gerais	50	50 000,60	11 000,80	60 000,00
D.S. Cataguases	-	-	-	-
D.S. Curvelo	100	-	-	-
D.S. Itabirito	1	8 000,60	4 000,80	10 000,00
D.S. Juiz de Fora	10	-	-	-
D.S. Leopoldina	-	100,90	70,80	100,00
D.S. Leopoldina	10	1 000,30	614,90	1 000,00
D.S. Taubaté	-	-	-	-
D.S. Taubaté	-	-	-	-
D.S. Taubaté	100	32 000,30	7 000,80	40 000,00
D.S. Taubaté	10	70 000,50	27 000,10	100 000,00
D.S. Taubaté	-	-	-	-
D.S. Taubaté	-	-	-	-
Total	10 000	3 100 000,30	1 000 000,00	4 000 000,00

(Exercício de 1946)

LANÇAMENTOS EX-OFFICIO POR FALTA DE DECLARAÇÃO

(Letra g do art. 17 do Decreto-lei 5.844, de 23 de setembro de 1943)

(Exercício de 1946)

SECCIONAIS)	Iniciados	Imposto	Multa	Total
DISTRITO FEDERAL ...				
PARÁ	112	63.938,30	34.282,90	98.221,20
PIAUI	2.053	65.636,40	32.498,40	98.134,80
GOIÁS		57.409,50	24.056,40	81.465,90
PARANÁ		18.399,10	8.359,60	26.758,70
RIO GRANDE DO NORTE		27.313,90		40.137,60
João Pessoa		13.688,90	4.977,90	18.666,80
Santa Catarina		29.606,10	13.868,00	43.474,10
Paraná		160.652,60	63.957,90	224.610,50
D.S. Garanhuns	64	188,00	56,40	244,40
D.S. Peaqueira	9	1.356,80	617,00	1.973,80
D.R. ALAGOAS	2.302	129.203,90	58.876,80	188.080,70
BAHIA		19.851,20	2.432,10	22.283,30
D.S. Joazeiro	105	-	-	-
D.S. São Felix	249	23.702,80	7.320,80	31.023,60
D.R. Vitória	145	46.981,90	20.244,60	67.226,50
D.S. Cachô do Itapemirim	277	13.294,20	6.023,40	19.317,60
D.R. Niterói	1	2.140,60	642,20	2.782,80
A transportar	8.636	739.384,70	310.697,10	1.050.081,80

Cidade		Valor	
Cidade		Valor	Valor
Transporte		739.384,70	316.697,10
1. Barra do Piraí			
2.	23.575,20	11.787,60	
3.	4.625,40	420,90	
4.	5.585,60	1.454,10	
5.	35.007,30	14.267,30	49.274,60
6.			
7. ... Campinas			
8. ... Ribeirão	63.799,70	26.570,70	90.370,40
9.	130.045,20	65.022,70	195.067,90
10. ... Santos	54.500,00	67.989,90	262.386,50
11.	3.657,90	1.505,90	5.163,80
12.			
13. ... Curitiba	321,10	147,90	469,00
14.			
15. ... Ponta Grossa	13.417,40	4.924,90	18.342,30
16. ... Florianópolis	2.176,60	700,00	3.213,30
17.			
18.	1.882,30	770,00	2.501,10
19. ... Porto Alegre	224.901,00	106.252,20	331.153,20
20.			
21. ... Cruz Alta	7.587,00	2.793,20	10.380,20
22. ... Livramento	1.197.408,30	561.880,80	1.759.289,10
23.	1.401,50	300,00	1.822,00
24. ... Belo Horizonte	42.296,70	6.317,00	48.613,70
		1.100.100,20	3.881.577,70

(DELEGACIAS REGIONAIS, SECCIONAIS)		Processos Iniciados			
D.R. Curitiba					
D.R. Caturama					
D.R. Cataguases					
D.R. Curitiba					
D.R. Curitiba					
D.R. Juiz de Fora	141	2.531,30	1.046,80	3.578,10	
D.R. Lavras	1	43,20	13,00	56,20	
D.R. Ponte Nova	5	4.515,20	1.354,60	5.869,80	
D.R. Teófilo Otoni	455	238.097,30	104.300,90	342.398,20	
D.R. Uberlândia					
D.R. Uberlândia					
D.R. GOMAS		112.638,00	50.060,00	162.698,00	
D.R. MATO GROSSO					
TOTAL	13.745	3.049.294,50	1.346.883,50	4.396.178,00	

Pessoa Física

7/27/44 104°

CÓDIGOS ABREVIATURAS		Pessoa ou Tributação	PERÍODO DE 1964			PERÍODO DE 1965			TOTAL GERAL
			Imposto	Válida	Total	Imposto	Válida	Total	
			0-4	0-4	0-4	0-4	0-4	0-4	0-4
D.R. to Federal	92	11 208 012,20	1 500 000,00	23 709 762,10	10 100,00	10 000,00	20 100,00	43 809 862,10	
D.R. Amazonas	50	7 868,10	3 000,00	10 868,10	101,50	200,00	301,50	11 169,60	
D.R. Pará	19	3 522,20	1 000,00	4 522,90	-	-	-	4 522,90	
D.R. Maranhão	108	172 718,60	14 000,00	187 663,50	2 000,00	90,00	2 090,00	190 753,50	
D.R. Piauí	78	50 860,30	20 000,00	76 211,20	1 000,00	100,00	1 100,00	77 311,20	
D.R. Ceará	92	680 050,50	200 000,00	882 499,80	13 200,00	4 000,00	17 200,00	899 699,80	
D.R. Pernambuco	5	1 350,00	400,00	1 750,00	-	-	-	1 750,00	
D.R. Rio Grande do Norte	22	20 577,40	20 000,00	66 708,60	24,40	0,00	24,40	66 733,00	
D.R. Paraíba	10	12 442,60	2 000,00	15 077,00	300,00	-	300,00	15 410,10	
D.R. Ceará	10	5 940,60	2 000,00	6 780,30	2,40	-	2,40	6 782,70	
D.R. Pernambuco	1	403,60	200,00	605,40	20,00	10,00	30,00	635,40	
D.R. Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-	-	
D.R. Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-	-	
D.R. Alagoas	1	2 500,40	200,00	3 285,60	200,00	20,00	220,00	3 510,10	
D.R. Pernambuco	10	6 100,00	1 000,00	8 197,50	-	-	-	8 197,50	
D.R. Pernambuco	1	1 000,00	1 000,00	1 304 931,30	20 000,00	4 000,00	24 000,00	1 358 931,30	
D.R. Ilheus	1	958,00	100,00	958,00	-	-	-	958,00	
D.R. Juazeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	
D.R. São Felix	-	-	-	-	-	-	-	-	
D.R. Espírito Santo	-	100 000,00	40 000,00	147 997,60	110,00	100,00	210,00	148 107,60	
D.R. Cachoeiro de Itapemirim ..	-	846,00	-	1 269,30	-	-	-	1 269,30	
D.R. Rio de Janeiro	-	6 300,00	2 000,00	12 607,20	100,00	400,00	500,00	12 707,20	
D.R. Barra do Piraí	-	-	-	1 142 233,00	-	-	-	1 142 233,00	
D.R. Campos	0	200,00	200,00	-	-	-	-	-	
D.R. São Paulo	-	438,00	1 000,00	9 979 217,10	-	20 000,00	20 000,00	9 979 655,10	
D.R. Araraquara	-	531,90	1 000,00	74 463,70	1 000,00	1 000,00	2 000,00	76 463,70	

0,14,8.

PESQUISA FISCAL

RECEITA FISICA								
Município	Indicadores	Imposto de Renda			Imposto de Renda			Total
		Imposto	Multa	Juros	Imposto	Multa	Juros	
		0-8	0-9	0-9	0-8	0-9	0-9	0-8
D.R. São Paulo	108	240 384,40	53 451,80	283 388,20	2 088,00	1 317,80	4 752,00	288 458,00
D.R. São Paulo	33	359 087,10	441 375,50	800 462,60	-	-	-	1 599 925,20
D.R. São Paulo	4	6 888,90	2 228,70	9 117,60	-	-	-	18 164,20
D.R. São Paulo	21	783 35,00	283 346,10	361 681,10	4 000,00	1 452,00	5 452,00	732 183,10
D.R. São Paulo	25	72 735,50	33 955,80	106 691,30	2 000,00	889,00	2 889,00	1 08 620,30
D.R. São Paulo	27	86 623,20	30 398,60	117 021,80	1 000,00	-	-	118 021,80
D.R. São Paulo	14	11 145,30	3 432,80	14 578,10	-	-	-	18 010,90
D.R. São Paulo	24	64 904,90	29 848,50	94 753,40	780,30	181,40	1 041,70	95 975,40
D.R. São Paulo	80	46 300,20	20 800,20	67 100,40	25,00	500,00	1 125,00	68 925,60
D.R. São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. São Paulo	16	40 851,30	14 574,50	55 425,80	1 100,00	480,00	1 580,00	57 585,80
D.R. São Paulo	22	8 449,00	3 816,40	12 265,40	280,00	710,00	990,00	13 255,40
D.R. São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Rio Grande do Sul	368	-	151 468,60	151 468,60	3 000,00	200,00	3 200,00	154 668,60
D.R. Rio Grande do Sul	32	70 888,00	18 659,10	89 547,10	-	-	-	89 547,10
D.R. Rio Grande do Sul	26	71 319,10	4 791,50	76 110,60	-	-	-	76 110,60
D.R. Rio Grande do Sul	184	450 849,00	98 487,00	549 336,00	-	-	-	549 336,00
D.R. Rio Grande do Sul	280	398 732,50	110 670,00	509 402,50	1 000,00	1 000,00	2 000,00	512 402,50
D.R. Minas Gerais	149	1 248 111,40	575 267,30	1 823 378,70	7 100,00	500,00	7 600,00	1 830 478,70
D.R. Minas Gerais	5	6 521,00	-	6 521,00	-	-	-	6 521,00
D.R. Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Minas Gerais	0	398 702,30	193 497,70	592 200,00	280,00	30,80	310,80	592 510,80
D.R. Minas Gerais	-	-	50,00	50,00	-	-	-	50,00
D.R. Minas Gerais	1	1 162,30	581,20	1 743,50	-	-	-	1 743,50
D.R. Minas Gerais	-	725,00	-	725,00	-	-	-	725,00
D.R. Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Minas Gerais	-	1 300,00	-	1 300,00	-	-	-	1 300,00
D.R. Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Mato Grosso	1 000	26 405 679,50	18 107 394,80	44 513 074,30	270 000,00	48 000,00	318 000,00	44 831 074,30

D.I.R.- Serviço de Controle e Estatística

LA-12710-10 10A 000000.000 11/11/11

(letra A art. 77 do Decreto nº 5.244 de 23 de setembro de 1943)

Exercício de 1946

ÓRGÃOS	FÍSICA							
	Processos iniciados	RECEITA			DECRETO 5.200			TOTAL GERAL
		Imposto	Multa	Total	Imposto	Multa	Total	
Distrito Federal	310	-	-	-	-	-	-	
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	
Pará	2	3.137,40	530,00	3.667,40	-	-	-	
Maranhão	100	28.912,30	11.263,70	40.176,00	1.573,10	153,20	1.726,30	
Piauí	43	42.286,10	21.003,80	63.289,90	387,00	172,60	559,60	
Ceará	203	461.347,90	170.835,10	638.183,00	5.042,40	1.163,20	6.805,60	
Rio Grande do Norte	42	16.081,80	6.835,00	22.916,80	78,20	25,00	103,20	
Paraíba	53	132.428,00	124.704,20	257.132,20	690,00	207,30	897,30	
Pernambuco	18	289.173,70	93.377,30	382.551,00	2.966,30	293,80	3.260,10	
Alagoas	6	92,00	27,60	119,60	-	-	-	
Sergipe	33	588.200,80	200.182,50	788.383,30	1.253,00	288,40	1.541,40	
Bahia	133	362.890,40	85.484,30	448.374,70	3.214,10	313,20	3.527,30	
Espírito Santo	22	15.392,30	6.239,00	21.631,30	69,70	34,90	104,60	
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	
São Paulo	246	843.489,40	227.673,40	1.071.162,80	10.327,90	709,60	11.037,50	
Paraná	213	90.686,50	31.471,60	122.158,10	375,90	14,20	390,10	
Santa Catarina	65	56.163,20	22.059,40	78.222,60	-	-	-	
Rio Grande do Sul	330	420.717,20	138.144,00	558.861,20	2.021,90	1.330,30	3.352,20	
Minas Gerais	273	572.735,10	234.055,40	806.790,50	4.650,40	1.676,20	6.326,60	
Paulista	19	12.760,50	3.409,60	16.170,10	302,20	18,80	321,00	
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	1.303	3.912.494,60	1.397.395,90	5.309.890,50	43.301,10	7.429,20	50.730,30	

POR DECLARAÇÃO INEXATA

(letra a art. 7º do Decreto nº 5.244 de 23 de setembro de 1943)

Exercício de 1946

Cidade.		PESSOA FÍSICA							
LACIAS ANUAIS E SECCIO-		Ordem de Serviço	IMPOSTO RENDA						
Município		Ordem de Serviço	Imp. Gasto	Multa	Total	Imposto	Multa	Total	TOTAL GERAL
D. Distrito Federal	310	-	-	-	-	-	-	-	-
D. Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D. Bahia	2	3.687,40	550,00	3.687,40	-	-	-	-	3.687,40
D. Ceará	100	23.912,30	11.263,10	35.175,40	1.573,40	153,20	1.726,60	41.902,00	
D. Piauí	45	42.288,10	21.003,00	63.291,10	387,00	172,60	559,60	63.849,70	
D. Fortaleza	100	-	-	-	-	-	-	-	-
D. Iguaçu	2	1.301,40	2.817,20	4.118,60	-	-	-	4.118,60	
D. Juazeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D. Rio Grande do Norte	45	-	-	-	-	-	-	-	-
D. João Pessoa	10	-	-	-	-	-	-	-	-
D. Souza	95	-	-	-	-	-	-	-	-
D. Recife	10	39.012,30	20.229,70	59.242,00	2.380,00	400,00	2.780,00	62.022,00	
D. Garanhuns	1	162,00	81,00	243,00	-	-	-	243,00	
D. Pesqueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D. Aracaju	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D. Sergipe	95	-	-	-	-	-	-	-	-
D. Salvador	175	14.000,00	6.000,00	20.000,00	2.000,00	2.000,00	4.000,00	24.000,00	
D. Linhares	10	11.000,00	2.400,00	13.400,00	-	-	-	13.400,00	
D. Juazeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. São Félix	2	3.808,20	-	3.808,20	-	-	-	3.808,20	
A transportar		1.010	100.000,00	11.263,10	111.263,10	1.573,40	153,20	13.426,60	2.035.214,70

ÓRGÃOS DELEGACIAS REGIONAIS E SECCIO- NAIS	FOLHA Nº 101						
	Processos Iniciais	IMPOSTO RANHA			DECRETO 5.200		
		Imposto	Multa	Total	Imposto	Multa	Total
Transporte	1.000	1.900.550,40	714.845,00	2.615.395,40	15.804,10	2.616,70	18.420,80
D.R. Vitória	20	45.552,70	6.250,00	51.802,70	69,70	34,90	104,60
D.S. Cachoeira de Itapemirim	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Niterói	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Barra de Piraí	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Campos	-	-	-	-	-	-	-
D.R. São Paulo	71	47.400,00	3.912,00	51.312,00	-	-	-
D.S. Araruama	20	15.000,00	3.125,00	18.125,00	-	-	-
D.S. Euzer	24	67.400,00	48.340,00	115.740,00	88,00	272,70	360,70
D.S. Guacema	5	6.000,00	500,00	6.500,00	80,00	4,00	84,00
D.S. Camamu	4	2.000,00	1.000,00	3.000,00	-	-	-
D.S. Ribeirão Preto	180	100.000,00	60.000,00	160.000,00	1.000,10	500,00	1.500,10
D.S. Rio Grande	5	2.000,00	1.000,00	3.000,00	80,10	4,00	84,10
D.S. Santos	42	50.000,00	10.000,00	60.000,00	1.000,00	-	1.000,00
D.S. São Paulo	20	15.000,00	3.125,00	18.125,00	-	-	-
D.S. Ilheus	20	15.000,00	3.125,00	18.125,00	80,00	400,70	480,70
D.R. Curitiba	20	50.140,80	19.600,00	69.740,80	375,90	14,20	390,10
D.S. Jacarézinho	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Ponta Grossa	1	30.000,00	1.000,00	31.000,00	-	-	-
D.S. Maracápolis	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Aracaju	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Joinville	2	1.661,80	706,50	2.368,30	-	-	-
D.S. Aracaju	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Cachoeira	20	27.409,70	6.724,50	34.134,20	-	-	-
D.S. ...	-	13.018,00	3.985,80	17.003,80	1.631,00	98,20	1.729,20
TOTAL				4.445.900,00	43.391,00	5.704,80	4.905.000,00

ORGÃOS	PESSOA FÍSICA							
	Quantidade	MONTANTE RENDA			DEBITOS RENDAS			TOTAL RENDAS
		Im, Bens	Maria	Total	Im, Bens	Maria	Total	
A transportar								
D.S. Livramento	29	29.120,00	10.272,00	39.392,00	201,30	29,40	231,70	40.623,70
D.S. Pelotas	100	1.029,40	-	1.029,40	-	-	-	1.029,40
D.R. Belo Horizonte	202	162.496,50	43.040,00	210.536,50	1.392,40	300,10	1.692,50	212.229,00
D.S. Cataguazes	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Carvelo	1	815,00	244,50	1.059,50	-	-	-	1.059,50
D.S. Itajuba	2	61.791,10	30.895,50	92.686,60	-	-	-	92.686,60
D.S. Casa de Fora	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Evreás	10	8.593,00	2.720,30	11.313,30	196,20	19,30	215,50	11.528,80
D.S. Ponte Nova	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Teófilo Otoni	64	39.203,90	22.149,00	61.352,90	3.009,30	1.200,30	4.209,60	65.562,50
D.S. Ubatuba	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Varginha	-	-	-	-	-	-	-	-
D.S. Goiás	29	12.000,00	2.100,00	14.100,00	200,00	10,00	210,00	14.310,00
D.S. Santa Maria	-	-	-	-	-	-	-	-
	29	102.319,40	78.276,80	180.596,20	3.598,90	712,80	4.311,70	184.907,90

Município	Código	Receitas		
		1950	1951	1952
Estado do Rio Grande do Sul		9 772 177,70	9 642 46,30	1 08 04,00
D. S. Anjo	114	14 457,20	4 000,00	22 969,20
D. S. Bento	106	79 793,30	26 470,00	106 268,50
D. S. Bom Jesus	106	15 573,10	10 000,00	21 470,50
D. S. Capão	20	447 183,60	40 000,00	594 999,90
D. S. Carazinho	-	-	-	-
D. S. Caxupava	-	-	-	-
J. M. Rio Grande do Norte	5	817,40	403,70	1 221,10
D. S. Caxupava	10	107 732,00	63 855,30	171 587,30
D. S. Caxupava	4	34 436,60	38 079,70	46 515,60
D. S. Carnaúba	-	25 377,30	11 403,80	36 781,10
D. S. Carnaúba	-	-	-	-
D. S. Carnaúba	-	-	-	-
D. S. Caxupava	10	5 238,50	2 332,00	7 570,50
D. S. Caxupava	5	723,10	108,90	832,00
D. S. Caxupava	20	671 538,50	359 410,10	1 230 948,60
D. S. Ilheus	-	-	-	-
D. S. Jussara	-	-	-	-
D. S. São Felix	16	4 099,50	1 230,90	5 330,40
D. S. Jussara	11	28 300,50	25 117,40	53 417,90
D. S. Caxupava	-	72 391,50	36 196,10	108 587,60
D. S. Caxupava	-	-	-	-
D. S. Rio de Janeiro	20	241 959,70	39 101,60	281 071,30
D. S. Barra do Piraí	5	-	-	-
D. S. Barra do Piraí	-	-	-	-
D. S. Barra do Piraí	100	7 438 470,40	9 158 576,30	16 597 046,70
D. S. Barra do Piraí	-	50 461,00	14 382,90	64 843,90
D. S. Barra do Piraí	-	11 610,60	5 805,20	17 415,80
D. S. Barra do Piraí	-	348 301,90	169 301,80	517 603,70
D. S. Barra do Piraí	3	7 295,70	1 441,10	8 736,80

MINISTÉRIO DA FAZENDA

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística

LANÇAMENTOS EX-OFFICIO POR DECLARAÇÃO INEXATA

(Letra a art. 77 do Decreto-lei nº 5.864, de 23 de setembro de 1943)

(Exercício de 1946)

ORGÃOS, DELEGACIAS REGIONAIS E SECCIONAIS	PESSOA JURIDICA			
	Imposto	Multa	Total	
Distrito Federal	125	-	-	-
Alagoas	1	9.100,00	2.200,00	12.300,00
Pará	25	15.256,10	6.149,40	21.405,50
Paraná	1	11.100,00	14.200,00	25.300,00
Piauí	1	14.000,00	30.000,00	44.000,00
Pernambuco	1	10.000,00	90.000,00	100.000,00
Rio Grande do Norte	37	10.913,70	5.317,80	16.231,50
Paraíba	290	160.313,70	121.602,50	281.916,20
Pernambuco	37	697.074,40	321.814,00	1.018.888,40
Alagoas	1	10.000,00	10.000,00	20.000,00
Sergipe	35	274.138,60	42.950,60	317.089,20
Baía	60	186.412,10	124.107,10	310.519,20
Maranhão	1	10.000,00	10.000,00	20.000,00
Rio de Janeiro	1	10.000,00	10.000,00	20.000,00
São Paulo	1	1.100.000,00	100.000,00	1.200.000,00
Paraná	1	10.000,00	10.000,00	20.000,00
Santa Catarina	1	10.000,00	10.000,00	20.000,00
Rio Grande do Sul	200	587.196,60	416.381,60	1.003.578,20
Minas Gerais	1	10.000,00	10.000,00	20.000,00
Goiás	6	4.947,00	3.208,40	8.155,40
Mato Grosso	-	-	-	-
Total	1.000	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística

(Letra g art. 77 do Decreto-lei nº 5.864, de 23 de setembro de 1943)

(Exercício de 1946)

ÓRGÃOS, DELEGACIAS REGIONAIS E SECCIONAIS	PESSOA JURIDICA			
	Processos iniciados	Imposto	Multa	Total
D.R. Distrito Federal	125	-	-	-
D.R. Amazonas	-	3.707,2	2.070,2	14.897,4
D.R. Pará	25	15.256,10	6.149,40	21.405,50
D.R. Maranhão	211	14.777,4	14.701,70	40.189,1
D.R. Piauí	796	74.753,10	33.058,10	107.811,20
D.R. Fortaleza	47	243.237,70	93.241,80	336.479,50
D.S. Iguaçu	1	5.049,70	3.488,90	8.538,60
D.S. Mombal	-	-	-	-
D.R. Rio Grande do Norte	33	10.913,70	5.317,80	16.231,50
D.R. João Pessoa	88	9.000,00	92.041,00	100.007,00
D.S. Souza	210	62.467,70	28.761,30	91.229,00
D.R. Recife	-	107.070,40	11.000,00	1.000.000,00
D.S. Garanhuns	-	-	-	-
D.S. Pesqueira	-	-	-	-
D.R. Alagoas	386	74.546,50	30.893,70	105.440,20
D.R. Sergipe	35	274.138,60	42.950,60	317.089,20
D.R. Salvador	12	67.700,30	12.000,00	40.000,00
D.S. Ilhéus	3	2.165,30	840,30	3.013,60
D.S. Joazeiro	25	7.209,00	3.089,50	10.298,50
D.S. São Felix	10	2.000,00	2.072,10	12.524,00
D.R. Vitória	17	47.019,40	33.575,50	80.594,90
D.S. Cachoeira do Itapemirim	-	1.070,70	10.000,00	40.017,00
D.R. Rio de Janeiro-Niterói	-	-	-	-
A transporiar	-	-	-	-

ORGÃOS, DELEGACIAS
REGIONAIS E SECCIONAIS

PESSOA JURÍDICA

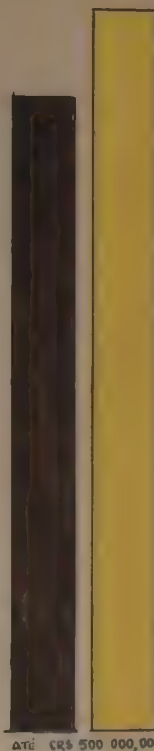
	Processos Iniciados	Imposto	Multa	Total
Transporte	2.100	2.061.337,90	859.539,00	2.920.878,50
D.S. Barra do Piraí	-	-	-	-
D.S. Campos	2	16.678,40	8.339,20	25.017,60
D.R. São Paulo	10	16.704,20	1.980,70	18.690,90
D.S. Araraquara	4	13.623,50	1.047,40	14.670,90
D.S. Bauré	203	354.527,90	175.723,80	530.251,70
D.S. Botucatu	10	33.242,70	15.430,30	48.673,00
D.S. Campinas	4	47.111,00	12.178,00	59.694,90
D.S. Ribeirão Preto	717	101.777,70	32.604,10	134.381,80
D.S. Rio Claro	197	90.181,20	38.823,40	129.004,60
D.S. Santos	84	500.875,10	205.921,90	706.797,00
D.S. Sorocaba	14	5.176,80	1.840,40	7.023,20
D.S. Taubaté	2	34.428,60	17.077,60	51.506,40
D.R. Curitiba	26	16.507,40	8.253,90	24.761,30
D.S. Jacarezinho	-	-	-	-
D.S. Ponta Grossa	42	41.828,50	13.950,90	55.779,40
D.R. Florianópolis	6	3.145,00	943,00	4.089,40
D.S. Blumenau	-	-	-	-
D.S. Joinville	-	-	-	-
D.R. F. Alegre	84	501.109,10	335.813,30	836.922,00
D.S. Cachoeira	74	35.573,10	47.290,20	82.869,30
D.S. Cruz Alta	4	459,00	185,30	644,30
D.S. Livramento	-	-	-	-
D.S. Pelotas	40	50.054,90	33.087,10	83.142,00
D.R. Belo Horizonte	-	-	-	-
Transporte	2.100	2.061.337,90	859.539,00	2.920.878,50
			9.810.041,70	5.734.798,80

ÓRGÃOS, DELEGACIAS REGIONAIS E SECCIONAIS	PESSOA JURIDICA			
	PROCESSOS Iniciados	Imposto	Multa	Total
Transporte	3.670	3.924.748,10	9.810.049,70	5.734.798,80
D.S. Cataguazes	-	-	-	-
D.S. Curvelo	-	-	-	-
D.S. Itajubá	1	32.917,00	9.875,30	42.792,90
D.S. Juiz de Fora	8	647,20	205,70	852,90
D.S. Lavras	-	-	-	-
D.S. Ponte Nova	-	-	-	-
D.S. Leopoldo Otoni	17	18.044,00	6.069,00	24.113,00
D.S. Uberaba	-	-	-	-
D.S. Varginha	-	-	-	-
D.F. Goiaz	6	4.947,00	3.208,40	8.155,40
D.R. Mato Grosso	-	-	-	-
Total	3.687	7.984.749,10	10.023.122,10	18.007.871,20

EXAMES DE ESCRITA FEITOS NO EXERCÍCIO DE

CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS BRASIL - EXERCÍCIO DE 1945

Classe	Numero de Contribuintes	Lucro Real
ATÉ CR\$ 500 000,00	218 523	4 279 908 006,80
DE CR\$ 500 000,00 A CR\$ 1 000 000,00	1 250	877 295 778,40
DE CR\$ 1 000 000,00 A CR\$ 5 000 000,00	1 254	2 601 517 018,40
ACIMA DE CR\$ 5 000 000,00	320	4 507 378 424,80
TOTAL	221 353	12 266 099 228,40



ATÉ CR\$ 500 000,00

DE CR\$ 500 000,00
A CR\$ 1 000 000,00DE CR\$ 1 000 000,00
A CR\$ 5 000 000,00

ACIMA DE CR\$ 5 000 000,00

20 000
CONTRIBUINTES

Q\$ 200 000 000,00
LUCRO REAL

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística

ANEXO II - CONTABILIDADE GERAL DO FISCAL

(L.R., D.S. e EXATÓRIAS)	Quantidade	Imposto			Multa		
		Imposto	Multa	Total	Imposto	Multa	Total
D R DISTRITO FEDERAL	67	10.621.380,60	4.714.115,90	15.335.496,50	-	-	-
D R PARA	2	4.216,00	1.806,90	6.022,90	4.216,00	1.806,90	6.022,90
D R PARA	-	-	-	-	-	-	-
D R PARA	-	-	-	-	-	-	-
DR PORTALEZA	-	-	-	-	-	-	-
DR Sobral	9	19.196,30	7.698,60	26.894,90	14.096,30	5.148,60	19.244,90
DR RIO GRANDE DO NORTE	-	-	-	-	-	-	-
DR RIO GRANDE DO NORTE	-	-	-	-	-	-	-
DR Souza	3	1.261,00	378,40	1.639,40	1.261,00	378,40	1.639,40
DR PARA	-	-	-	-	-	-	-
DR PARA	-	-	-	-	-	-	-
DR PARA	-	-	-	-	-	-	-
DR ALAGOAS	2	263,50	79,10	342,60	-	-	-
DR PARA	-	-	-	-	-	-	-
DR SALVADOR	22	367.785,30	127.387,20	495.172,50	2.347,00	261,50	2.608,50
DR PARA	-	-	-	-	-	-	-
DS Joazeiro	2	5.274,20	1.384,50	6.658,70	5.274,20	1.384,50	6.658,70
DS PARA	-	-	-	-	-	-	-
DR VITÓRIA	8	67.912,60	33.575,50	101.488,10	51.647,90	19.307,30	70.955,20
DS Cachô Itapemerim	-	-	-	-	-	-	-
	248	12.163.351,40	5.444.253,50	17.607.604,90	961.891,50	376.903,10	1.338.794,60

MINISTÉRIO DA FAZENDA

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística
ANUÁRIO DE ESCRITA FEITOS NO EXERCÍCIO DE 1946

ORGÃOS (D.R., D.S. e EXATORIAS)							
DS Barra do Pirai	Não foi apresentado relatório até a presente data						
DS Campos	Não houve						
DR SÃO PAULO	11.232.551,90	3.810.954,60	5.043.506,50	6.554.114,60	18.032,40	6.572.147,00	
DS Araraquara	10.690,50	2.191,60	12.882,10	10.690,50	2.191,60	12.882,10	
DS Baurú	161.330,50	89.218,70	250.555,20	7.507,30	3.900,00	11.407,30	
DS Botucatu	-	-	-	-	-	-	
DS Campinas	-	12.178,90	59.694,90	44.036,00	10.588,90	54.624,90	
DS Ribeirão Preto	1.286,30	113.500,50	421.786,80	10.817,50	60.224,70	253.042,20	
DS Rio Claro	585,50	60.179,70	182.765,20	585,50	60.179,70	182.765,20	
DS Santos	397,10	1.030.763,70	2.685.160,80	121,20	113.659,90	630.781,10	
DS Sorocaba	502,00	4.953,60	21.455,60	-	-	-	
DS Taubaté	236,40	15.618,30	46.854,70	-	-	-	
DR CURITIBA	790,50	24.343,70	92.136,20	-	14.394,00	62.287,40	
DS Jacarécinho	Não houve						
DS Ponta Grossa	Não houve						
DR FLORIANOPOLIS	-	42.525,30	121.361,80	-	38.705,30	109.901,80	
DS Blumenau	-	-	-	-	-	-	
DS Joinville	-	-	-	-	-	-	
DR PORTO ALEGRE	248,60	482.348,60	1.160.597,20	1.903,20	-	-	
DS Cachoeira	164,80	36.494,40	48.659,20	-	-	-	
DS Cruz Alta	352,40	285.215,10	422.567,50	-	122.514,80	166.639,90	
DS Livramento	-	-	-	-	-	-	
DS Pelotas	54,90	33.087,10	83.142,00	-	25.428,00	-	
	27.023.133,40	11.613.942,20	38.637.075,60	9.181,20	-	-	

D.I.R. - Serviço de Contrôle e Estatística
EXAMES DE ESCRITA FEITOS NO EXERCÍCIO DE 1946

ORGANOS	Nº Exames	LANÇAMENTO					
		Prova	Exame	Prova	Exame	Prova	Exame
A Transportar	1 343	27.023.133,40	11.613.942,20				
D 1 BELO HORIZONTE	-	-	-				
D 1 Curvelo	-	-	-				
D 1 Curvelo	-	-	-				
D 1 Itajubá	-	-	-				
D 1 Juiz de Fora	-	-	-				
D 1 Lavras	-	-	-				
D 1 Ponte Nova	-	-	-				
D 1 Teófilo Otoni	-	-	-				
D 1 Uberaba	-	-	-				
D 1 Varginha	-	-	-				
D R GOIAZ		26.988,50	8.096,60				
D R MATO GROSSO		8.506,90	2.552,10				

MAPA DA ARRECAÇÃO

EXERCÍCIO DE 1945

ÓRGÃOS ARRECADADORES	RENTA ORDINÁRIA				RENTA EXTRAORDINÁRIA			
	IMPOSTO DE RENDA				IMPOSTO DE RENDA			
	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	RETENÇÃO FONTES	TOTAL	IMPOSTO Diferencial 2.200	DIVÍDUA ATIVA (compensação e restituição)	MULTA	TOTAL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Distrito Federal	277 861 090,70	286 358 133,00	186 907 127,40	750 826 351,10	10 154 721,90	7 516 243,20	2 882 720,20	10 396 963
Amapá	4 500 441,30	5 694 415,40	952 728,00	11 147 584,90	85 930,70	273 400,00	172 565,00	444 965
Pará	10 334 695,30	9 776 340,40	2 046 894,30	22 357 720,00	384 745,30	541 866,10	303 953,60	844 821
Maranhão	3 951 480,00	4 209 724,80	139 070,00	8 300 274,80	154 399,60	80 695,90	104 940,80	264 952
Piauí	2 861 525,70	2 285 536,40	24 737,70	5 171 799,80	60 403,30	11 069,90	69 194,80	80 264
Ceará	7 037 275,50	9 097 547,80	208 816,20	16 344 639,50	201 570,80	1 286 870,70	390 196,60	1 678 869
Rio Grande do Norte	2 076 714,90	2 804 878,50	19 396,40	4 901 889,80	35 307,30	214 399,00	93 224,70	307 823
Paraíba	3 971 011,00	4 816 764,80	250 304,40	9 040 080,20	90 950,10	100 764,30	167 590,80	368 363
Pernambuco	31 107 989,80	35 972 701,90	12 305 652,90	79 386 344,00	950 450,90	1 831 941,60	350 020,80	2 181 962
Alagoas	3 542 752,40	7 525 797,20	2 995 646,60	14 064 196,20	76 657,10	67 784,00	108 503,00	176 369
Sergipe	3 913 972,30	3 893 511,20	140 038,80	7 947 416,80	37 771,80	180 612,60	61 106,30	241 718
Bahia	26 497 825,90	23 085 253,80	4 936 974,10	54 520 053,80	910 194,10	3 221 165,40	680 665,00	3 901 830
Espirito Santo	2 628 996,60	5 266 506,20	84 411,70	7 959 914,50	52 465,40	133 387,60	148 148,20	281 536
Rio de Janeiro	14 305 364,20	22 519 806,20	4 354 462,20	41 179 332,60	810 274,10	320 912,90	865 226,60	687 199
São Paulo	253 538 317,00	370 677 611,20	203 335 385,90	827 551 314,10	6 846 106,70	18 785 366,10	1 985 612,40	20 770 878
Paraná	16 196 509,40	22 100 258,50	3 291 441,70	41 588 207,60	861 542,30	318 585,60	345 364,60	663 950
Santa Catarina	7 404 573,70	16 095 583,20	3 005 582,70	26 705 679,60	112 244,80	59 302,70	197 997,30	257 300
Rio Grande do Sul	61 779 319,10	69 067 792,50	15 757 563,60	146 604 675,20	1 375 140,30	1 019 218,60	1 251 179,80	2 270 398
Minas Gerais	36 422 290,70	78 478 827,70	16 423 786,90	131 324 845,30	814 630,20	814 608,50	660 758,80	1 475 387
Goiás	1 547 202,80	3 975 915,80	50 199,50	5 573 318,10	19 693,50	148 960,20	134 343,70	283 303
Mato Grosso	3 073 240,80	3 868 837,10	85 531,60	7 027 617,50	108 292,80	430 643,40	76 455,70	507 099
Deleg. Tesoureira em N.York	206 551,90	-	-	206 551,90	14 871,80	-	-	-
SOMAS ..	775 859 248,50	987 353 441,40	457 216 420,60	2 219 829 110,50	22 997 768,20	37 456 009,30	10 629 387,90	48 085 377

Arrecadação complementar cominciada posteriormente a publicação do presente mapa



O.P.S.

MAPA DA ARRECAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA EXERCÍCIO DE 1945

ORGÃOS ARRECADADORES	RENTA ORDINÁRIA				RENTA EXTRAORDINÁRIA			
	IMPOSTO DE RENDA				IMPOSTO DE RENDA			
	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	RETENÇÃO FONTES	TOTAL	IMPOSTO DE RENDA	MULTA	TOTAL	
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Distrito Federal	277 861 090,70	286 158 133,00	186 807 127,40	750 826 351,10	10 154 721,80	7 516 242,20	2 882 780,20	10 398 958
D.R. Amazonas	4 500 441,50	5 694 415,40	952 728,00	11 147 584,90	85 930,70	278 400,00	172 565,00	444 965
D.R. Pará	10 534 895,30	9 776 340,40	2 046 684,30	22 357 720,00	324 745,50	541 668,10	308 953,60	844 621
D.R. Maranhão	3 951 480,00	4 209 724,80	139 070,00	8 300 274,80	154 399,60	60 405,80	184 446,60	264 852
D.R. Piauí	2 861 523,70	2 285 536,40	24 737,70	5 171 797,80	60 403,30	11 069,90	69 194,80	80 264
D.R. Ceará	6 652 941,90	7 000 174,30	209 518,20	13 862 634,40	194 588,80	1 201 119,30	287 071,50	1 488 196
D.S. Iguaçu	97 327,80	961 778,60	-	1 059 106,40	2 057,80	14 331,10	35 253,20	49 586
D.S. Sobral	287 005,80	1 135 592,70	-	1 422 598,50	4 973,90	71 220,30	67 867,90	139 088
D.R. Rio Grande do Norte ...	2 076 714,90	2 904 878,50	19 896,40	4 901 489,80	35 307,30	214 399,00	93 224,70	307 623
D.R. Paraíba	3 904 719,00	4 138 895,10	250 242,10	8 293 856,20	88 354,60	180 849,30	124 600,00	305 449
D.S. Sousa	66 298,00	685 869,70	64,30	752 228,00	2 596,00	19 915,00	42 998,80	61 913
D.R. Pernambuco	30 121 941,00	31 526 179,70	11 707 008,60	73 355 149,30	829 877,90	1 685 867,10	280 247,40	1 966 114
D.S. Garanhuns	609 414,50	2 793 296,00	288 000,00	3 690 710,50	13 464,60	73 791,10	31 691,20	105 463
D.S. Pesqueira	376 613,70	1 653 236,20	310 644,30	2 340 494,20	7 107,90	72 303,60	38 082,20	110 385
D.R. Alagoas	3 542 753,40	7 525 797,20	2 995 646,60	14 064 196,20	76 657,10	67 784,00	108 585,00	176 369
D.R. Sergipe	3 913 872,20	3 893 511,20	140 032,80	7 947 416,20	37 771,20	180 612,60	61 106,30	241 718
D.R. Bahia	24 647 277,30	14 703 668,70	4 795 606,10	46 146 552,10	845 899,80	2 932 433,10	528 815,70	3 471 248
D.S. Ilheus	415 540,40	1 146 349,60	141 260,60	1 703 150,60	21 035,60	67 739,70	34 647,00	102 384
D.S. Jezeiro	336 352,30	1 827 319,60	7,00	2 163 578,90	11 883,50	5 304,20	34 453,70	39 757
D.S. São Felix	1 098 748,00	3 407 915,90	100,40	4 506 764,30	31 375,80	215 668,40	72 748,60	288 437
D.R. Espírito Santo	1 914 816,80	3 267 930,20	60 810,10	5 243 557,20	41 153,60	114 875,20	68 204,90	197 080
D.S. Cachoeira de Itapetirina ..	716 179,80	1 878 575,90	23 601,60	2 618 357,30	11 311,80	18 512,60	65 944,30	84 456
D.R. Rio de Janeiro	4 459 576,90	13 753 901,20	3 602 841,00	21 816 319,10	178 689,80	258 616,60	210 072,70	448 689
D.S. Barra do Piraí	1 912 257,20	2 646 467,50	326 070,00	4 884 794,70	49 489,80	16 531,50	58 186,50	68 718
D.S. Campos	5 932 820,10	6 219 137,50	425 351,20	12 577 118,80	82 087,00	65 764,80	103 987,60	149 732
D.R. São Paulo	207 875 252,70	300 914 770,00	109 339 129,40	697 129 152,10	5 642 537,80	16 813 087,00	995 258,00	17 808 345
D.S. Araraquara	2 688 087,00	5 129 955,20	1 197 672,30	8 815 714,50	68 006,10	68 353,50	76 294,40	124 647
D.S. Bauré	4 888 247,10	8 182 577,10	333 249,70	13 404 073,90	64 898,80	1 004 469,80	273 998,60	1 278 467

SOMAS.....



O.P.R.

MAPA DA ARRECAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA - EXERCÍCIO DE 1943

ORGÃOS ARRECADADORES	RENDA ORDINÁRIA					RENDA EXTRAORDINÁRIA					TOTAL GERAL
	IMPOSTO DE RENDA				REPOSTO Demais Lof 3.200	IMPOSTO DE RENDA			MULTA De 1 a 10 1.000		
	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA	RETENÇÃO FONTE	TOTAL		DÍVIDA ATIVA (Arrecadação & Substituição)	MULTA	TOTAL			
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$			
D.ª. Botucati	1 743 025,50	4 876 043,00	15 976,40	6 635 044,90	35 714,30	68 584,80	95 273,70	157 798,50	518,50	6 519 068,20	
D.ª. Campinas	10 804 722,20	15 001 114,20	3 682 628,50	29 488 464,90	286 399,60	181 265,60	151 880,10	333 145,70	487,60	30 048 497,80	
D.ª. Ribeirão Preto	4 792 516,00	4 705 367,30	20 225,80	9 518 109,10	253 890,50	122 516,60	58 920,70	181 439,30	69,50	9 953 438,40	
D.ª. Rio Claro	2 825 290,10	6 421 186,90	1 894 893,90	11 141 370,90	66 197,70	148 001,70	109 301,70	259 303,70	115,00	11 464 907,10	
D.ª. Santos	15 470 969,70	16 663 412,00	5 510 219,50	37 644 601,20	453 131,70	44 883,40	149 187,90	194 051,30	2 041,50	38 291 825,70	
D.ª. Sorocaba	2 228 950,80	3 346 382,60	211 483,50	5 786 756,90	32 197,00	149 789,80	35 636,40	185 426,20	37,20	6 004 437,30	
D.ª. Taubaté	1 481 255,90	3 436 662,90	1 129 906,90	6 048 025,70	29 225,10	210 354,10	39 880,20	250 234,30	264,20	6 327 749,30	
D.ª. Paraná	10 279 297,30	12 198 046,50	2 615 108,30	25 092 472,10	190 619,70	846 876,00	163 112,80	409 988,80	580,30	25 693 660,90	
D.ª. Jacareizinho	1 326 280,20	3 673 541,70	56 109,00	5 055 930,90	17 432,10	51 031,10	110 082,10	161 111,20	250,80	5 234 726,40	
D.ª. Ponta Grossa	4 590 931,90	6 228 648,30	680 224,40	11 439 804,60	53 480,50	20 678,50	72 169,70	92 848,20	247,50	11 586 390,80	
D.ª. Santa Catarina	1 041 425,60	3 407 492,30	149 629,70	4 598 547,60	23 600,10	-	60 032,70	60 032,70	374,70	4 681 555,10	
D.ª. Blumenau	2 995 140,10	6 415 822,60	1 187 301,90	11 778 264,60	22 681,60	59 308,70	58 258,60	117 565,30	149,90	11 918 651,40	
D.ª. Joinville	3 568 008,00	6 072 268,30	688 591,10	10 328 867,40	66 963,10	-	79 718,00	79 712,00	226,80	10 475 769,30	
D.ª. Rio Grande do Sul ..	37 934 790,70	38 608 118,70	13 641 280,70	90 204 190,10	865 487,10	639 874,10	503 894,90	1 143 769,00	2 537,90	92 216 984,10	
D.ª. Cachoeira	3 036 574,60	5 991 610,70	24 637,70	9 058 823,00	45 733,80	45 796,40	140 939,90	186 734,30	130,20	9 265 429,30	
D.ª. Cruz Alta	4 268 781,80	8 479 100,00	91 388,20	12 837 270,00	62 878,00	27 381,50	123 115,20	160 496,70	194,00	13 066 338,70	
D.ª. Livramento	6 811 013,10	6 309 878,90	1 320 343,60	14 441 235,60	125 287,10	187 634,80	280 564,30	468 201,10	970,20	15 095 694,00	
D.ª. Pelotas	9 728 158,90	9 681 084,20	659 913,40	20 069 156,50	275 754,30	118 531,80	192 663,50	211 195,30	1 008,20	20 657 106,30	
D.ª. Minas Gerais	14 700 133,30	38 031 238,50	10 960 988,90	63 692 354,70	357 200,80	413 967,10	161 218,00	575 185,10	2 744,50	64 627 485,10	
D.ª. Cataguases	2 935 582,70	5 088 581,20	951 395,60	8 975 558,50	43 426,50	5 499,60	40 109,10	45 908,70	485,30	9 065 359,00	
D.ª. Curvelo	1 506 577,10	2 015 605,00	48 282,30	3 570 464,40	18 391,90	12 713,10	54 601,70	67 316,80	65,80	3 656 234,30	
D.ª. Itajubá	2 697 342,00	4 078 975,80	113 812,90	6 890 130,70	24 664,50	32 985,50	56 676,10	87 661,60	226,00	7 028 688,80	
D.ª. Juiz de Fora	4 689 581,80	9 416 978,00	2 083 923,10	16 128 482,30	93 471,60	108 229,40	60 109,10	166 338,50	286,80	16 308 579,20	
D.ª. Lavras	3 384 760,70	5 754 617,40	318 203,50	8 477 581,60	98 279,60	28 505,00	64 711,30	82 216,30	121,30	8 669 208,60	
D.ª. Ponte Nova	2 792 627,60	4 914 201,90	1 177 108,20	8 883 931,70	89 721,30	161 279,80	88 390,10	229 570,00	129,50	9 143 362,50	
D.ª. Teófilo Otoni	688 784,10	1 278 072,80	-	1 966 856,90	15 107,20	898,50	30 735,40	30 735,40	39,50	2 013 697,50	
D.ª. Uberaba	2 419 128,30	4 776 704,50	392 870,00	7 588 702,80	89 175,30	47 626,50	119 326,40	129 528,60	974,40	7 808 233,10	
D.ª. Varginha	1 657 773,70	3 115 883,60	377 154,40	5 150 811,70	45 191,70	4 702,90	46 305,90	49 009,80	305,30	5 245 318,50	
D.ª. Orlas	1 547 202,80	3 975 915,80	50 199,50	5 573 318,10	19 893,50	148 960,20	126 343,70	283 303,90	-	5 876 315,50	
D.ª. Mato Grosso	3 073 248,80	3 868 837,10	85 531,60	7 027 617,50	108 292,80	430 643,40	76 455,70	507 099,10	488,50	7 643 468,90	
Delegacia de Tesouro em N.York	204 551,90	-	-	306 551,90	14 271,80	-	-	-	-	320 823,70	
SOMAS	775 259 248,50	887 353 641,40	457 216 420,60	2 219 829 110,50	22 997 768,20	27 456 009,30	10 629 367,90	48 085 377,20	96 469,30	2 291 008 725,20	

O.P.S.

MAPA DA ARRECADAÇÃO DO MÊS DE

mapa de custos e preços

Distrito Federal	04 211 885,00	206 217,60	1 276 676,30	95 783 018,40	83 143 315,20	69 832 295,60	162 975 411,80	258 758 630,20
Amazonas	1 859 674,00	22 915,40	-	1 882 589,40	158 409,20	432 436,50	590 845,70	2 473 635,10
Pará	4 048 267,80	14 800,20	-	4 065 068,00	737 187,80	63 204,00	800 391,80	4 865 459,80
Maranhão	917 355,80	19 751,40	-	937 107,20	1 418 247,00	295 184,60	1 713 431,60	2 650 538,80
Piauí	140 194,10	505,00	-	140 699,10	-	-	-	140 699,10
Goiás	1 546 021,20	27 357,70	13 406,60	1 586 785,50	4 091 872,00	1 346 807,90	5 438 679,90	7 025 445,40
Rio Grande do Norte	738 958,20	35 045,90	-	774 004,10	584 878,60	-	584 878,60	1 358 882,70
Paraíba	503 950,42	23 799,98	-	527 750,40	620 334,20	144 634,90	764 969,10	1 292 719,50
Pernambuco	17 820 147,40	51 553,70	3 704 998,50	21 576 699,60	10 714 965,30	2 877 841,10	13 592 826,40	25 169 526,00
Alagoas	702 179,80	4 920,00	-	707 099,80	2 606 643,80	-	2 606 643,80	3 312 743,60
Sergipe	354 606,50	29 787,90	-	384 394,40	2 114 976,80	66 574,80	2 181 551,60	2 575 946,00
P Bahia	4 708 018,90	10 363,00	-	4 718 381,90	3 658 705,50	203 030,00	3 861 735,50	8 578 118,40
Espirito Santo	1 128 912,10	18 500,20	-	1 147 412,30	1 122 734,98	885 108,00	1 407 842,98	2 557 252,30
Rio de Janeiro	2 790 740,80	8 730,50	-	2 799 470,70	4 107 941,30	1 970 567,80	7 078 529,10	9 877 999,80
São Paulo	107 127 013,40	227 590,70	63 277,50	107 547 981,60	193 094 214,50	27 127 454,90	220 221 569,10	327 929 650,70
Paraná	10 498 277,40	68 268,90	6 358,70	10 572 903,00	4 493 419,90	2 257 979,70	7 751 399,50	18 324 308,50
Santa Catarina	4 784 449,20	30 669,20	-	4 815 118,40	6 064 745,50	523 607,00	6 590 352,50	11 405 470,90
Rio Grande do Sul	17 753 676,70	90 726,60	9 088,90	17 853 492,20	18 773 524,40	10 037 477,50	28 811 001,90	46 664 494,10
Minas Gerais	6 827 074,00	38 644,40	71 428,60	6 937 146,80	50 382 706,50	7 891 335,68	58 274 041,90	65 211 188,70
Goiás	550 275,90	13 525,00	-	563 800,90	173 213,70	599 818,20	773 031,90	1 326 832,80
Mato Grosso	128 251,20	1 680,78	-	140 032,00	15 561,80	86 533,68	86 035,20	204 067,30

279 189 972,12 1 137 651,88 5 145 332,80 285 470 956,80 398 078 737,60 128 165 928,00 526 244 666,60 811 715 883,40

O.F.B.

EXERCÍCIO DE 194 5

MAPA DA ARRECAÇÃO DO MÊS DE

PARANÁ DO BRASIL

	IMPOSTO	MULTA	J. C. E. A. T. A. T.	TOTAL	CERT. EMPREGADO	APP. GARANTIA		
	CR.	CR.	CR.	CR.	CR.	CR.	CR.	CR.
Distrito Federal	94 211 826,80	294 317,40	1 276 674,20	95 783 018,40	93 143 315,20	69 832 296,60	162 975 611,80	259 750 630,20
D.R. Amazonas	1 859 674,00	22 915,40	-	1 882 589,40	158 409,20	432 436,50	590 845,70	1 473 435,10
D.R. Pará	4 048 267,80	16 800,20	-	4 065 068,00	737 187,80	63 204,00	800 391,80	4 865 459,80
D.R. Maranhão	917 355,80	19 751,40	-	937 107,20	1 418 247,00	295 184,60	1 713 431,60	2 650 538,80
D.R. Piauí	140 194,10	508,00	-	140 699,10	-	-	-	140 699,10
D.R. Ceará	1 294 046,00	23 545,50	13 406,60	1 330 998,10	4 091 872,00	1 346 807,90	5 438 679,90	6 769 678,00
D.R. Iguaçu	24 955,50	2 812,80	-	28 367,70	-	-	-	28 367,70
D.R. Sobral	227 419,70	-	-	227 419,70	-	-	-	227 419,70
D.R. Rio Grande do Norte	738 958,80	35 045,90	-	774 004,10	584 878,60	-	584 878,60	1 358 882,70
D.R. Paraíba	503 950,48	22 799,98	-	526 750,40	620 334,20	144 634,90	764 969,10	1 291 719,50
D.R. Sousa	-	1 000,00	-	1 000,00	-	-	-	1 000,00
D.R. Pernambuco	17 671 973,80	46 723,10	3 665 933,60	21 386 629,90	10 714 965,30	2 786 827,90	13 501 793,20	34 888 423,10
D.R. Garanhuns	-	-	-	-	-	-	-	-
D.R. Pesqueira	148 174,20	2 830,60	39 064,80	190 069,70	-	91 033,20	91 033,20	281 102,90
D.R. Alagoas	702 179,80	4 920,00	-	707 099,80	2 605 643,60	-	2 605 643,60	3 312 743,40
D.R. Sergipe	354 406,50	39 787,90	-	394 394,40	2 114 976,80	66 374,80	2 181 351,60	2 575 946,20
D.R. Bahia	4 606 808,70	8 980,60	-	4 614 789,30	3 658 906,50	203 030,00	3 861 936,50	8 476 724,80
D.R. Ilhéus	21 306,50	256,90	-	21 663,40	-	-	-	21 663,40
D.R. Jequié	24 900,00	-	-	24 900,00	-	-	-	24 900,00
D.R. São Felix	44 004,70	1 025,50	-	45 030,20	-	-	-	45 030,20
D.R. Espírito Santo	973 339,40	9 073,40	-	982 412,80	768 943,60	208 001,60	976 945,00	1 959 357,80
D.R. Cachoeiro do Itapemirim	165 572,70	1 426,90	-	166 999,60	353 791,50	77 103,40	430 894,90	597 894,50
D.R. Rio de Janeiro	1 237 466,60	2 840,90	-	1 240 387,50	2 200 266,30	1 994 360,80	3 294 607,10	6 534 934,60
D.R. Barra do Piraí	388 601,10	4 641,70	-	393 242,80	625 368,00	401 146,20	1 026 514,20	1 419 757,00
D.R. Campos	1 164 652,50	1 247,90	-	1 165 900,40	108 307,00	575 100,80	757 407,80	1 923 308,20
D.R. São Paulo	99 604 736,70	234 575,30	31 400,00	99 870 712,00	192 192 575,70	26 428 950,90	218 621 526,60	218 492 236,60
D.R. Araraquara	260 199,20	16 666,00	-	276 865,20	11 900,00	-	11 900,00	288 765,40
D.R. Bauré	1 006 986,40	7 606,30	3 892,40	1 018 485,10	19 526,00	141 176,10	160 702,10	1 179 189,80

O.P.S.

EXERCICIO DE 194 5

MAPA DA ARRECAÇÃO DO MÊS DE

DANCO DO BRASIL

D.S. Botucatu	534 146,00	44 294,30	-	568 440,30	26 347,40	4 400,00	30 747,40	529 187,70
D.S. Campinas	194 975,00	5 910,60	-	200 885,60	570 900,00	107 714,00	678 614,00	879 499,60
D.S. Ribeirão Preto	277 025,90	7 523,30	-	284 549,20	121 380,00	82 100,00	233 480,00	517 948,20
D.S. Rio Claro	960 567,30	2 784,50	-	963 351,70	32 060,00	76 400,00	108 400,00	1 071 751,70
D.S. Santos	3 805 463,50	7 972,60	-	3 813 436,10	69 665,40	466 713,60	536 379,00	4 349 815,10
D.S. Sorocaba	339 782,30	256,80	-	340 039,10	-	-	-	340 039,10
D.S. Taubaté	183 151,20	-	26 085,10	211 236,30	-	-	-	211 236,30
D.R. Paraná	6 967 065,30	11 364,50	-	6 978 429,80	3 710 080,20	1 737 705,90	5 447 786,10	12 428 215,90
D.S. Jacareinão	625 669,10	38 068,80	-	663 737,90	118 600,00	62 968,00	181 568,00	845 305,90
D.S. Ponta Grossa	2 905 543,00	18 833,60	6 358,70	2 930 735,30	684 739,60	1 457 305,80	2 122 045,40	5 682 780,70
D.R. Santa Catarina	327 933,10	4 044,90	-	331 978,00	75 036,50	150 443,20	225 479,70	557 457,70
D.S. Blumenau	1 636 622,40	997,60	-	1 637 620,00	5 146 325,50	52 469,20	5 198 794,40	7 026 414,40
D.S. Joinville	2 629 893,70	25 626,70	-	2 655 520,40	845 383,80	320 694,60	1 166 078,40	3 821 598,80
D.R. Rio Grande do Sul	10 795 014,90	55 988,60	-	10 851 003,50	11 454 910,40	7 096 241,90	18 551 152,30	29 402 155,80
D.S. Cachoeira	753 355,50	11 312,80	-	763 667,80	919 322,00	539 644,80	1 466 966,80	2 323 634,60
D.S. Cruz Alta	1 555 610,70	7 192,80	-	1 562 803,50	865 071,20	782 698,20	1 639 769,40	3 210 572,90
D.S. Livramento	2 303 692,70	10 474,50	-	2 314 167,20	276 499,60	49 212,40	325 712,00	2 537 879,80
D.S. Pelotas	2 449 002,90	5 758,60	9 088,90	2 463 850,20	5 257 721,20	1 569 680,20	6 827 401,40	9 291 251,60
D.R. Minas Gerais	2 661 611,10	19 822,70	71 428,40	2 752 862,20	35 381 029,40	2 939 888,20	39 320 917,60	62 073 779,80
D.S. Cataguás	154 695,90	5 663,40	-	160 359,30	3 649 124,30	7 547,20	3 656 671,50	3 817 030,80
D.S. Curvelo	240 348,60	-	-	240 348,60	78 482,00	-	78 482,00	315 830,60
D.S. Itajubá	235 532,30	2 725,50	-	238 257,80	1 250 544,00	25 685,40	1 276 229,60	1 514 687,40
D.S. Juiz de Fora	2 256 359,60	1 049,90	-	2 257 409,50	6 910 462,40	2 884 228,00	9 794 690,40	12 052 099,90
D.S. Lavras	184 728,60	4 920,60	-	189 649,20	800 102,20	133 590,60	933 692,60	1 123 241,80
D.S. Ponte Nova	425 653,70	-	-	425 653,70	114 816,20	-	114 816,20	540 469,90
D.S. Teófilo Otoni	173 819,10	-	-	173 819,10	-	521 182,40	521 182,40	695 001,50
D.S. Uberaba	289 513,90	4 462,80	-	293 976,20	498 861,60	216 350,40	1 215 212,00	1 509 284,20
D.S. Varginha	204 811,20	-	-	204 811,20	1 301 284,40	62 663,20	1 363 947,60	1 568 758,80
D.R. Goiás	550 275,90	13 525,00	-	563 800,90	173 213,70	599 818,20	773 031,90	1 336 838,80
D.R. Mato Grosso	138 351,30	1 680,70	-	140 032,00	15 501,80	50 533,40	66 035,20	206 067,20

Repartição	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Ministério Federal	317 454 432,10	11 430 428,30	331 199 074,60	255 654 129,60	5 303 305,10	921 041 369,70	14 126 122,00	116 244 532,90	1 000 000,00
Assessoria	3 743 272,90	78 661,30	6 064 168,70	1 938 122,10	274 203,10	12 098 428,10	1 240 549,10	377 000,00	1 000 000,00
Presidência	8 343 591,00	281 956,60	9 883 607,00	1 851 232,30	261 908,80	20 632 290,20	771 600,60	1 152 139,40	9 300,00
Ministério	4 095 774,40	146 478,00	4 429 698,00	127 119,40	184 940,30	8 984 010,10	213 019,50	778 968,10	166 231,70
Ministério	3 400 384,50	36 025,80	2 586 823,10	12 788,80	227 747,60	6 263 769,20	151 750,30	25 838,60	-
Ministério	7 753 735,50	188 129,70	9 785 099,10	213 154,80	1 272 604,40	19 212 723,50	529 209,70	1 639 065,60	994 000,00
Ministério do Norte	2 186 880,20	54 202,20	2 400 290,10	155 754,50	208 763,60	5 005 890,60	242 549,60	252 899,90	20 000,00
Ministério	2 723 938,30	88 096,20	5 391 324,80	807 593,70	654 985,00	9 665 938,00	288 627,70	292 440,30	10 000,00
Ministério	54 276 256,00	745 966,10	10 087 109,40	3 539 787,30	1 368 039,50	99 037 158,30	12 521 854,90	4 817 346,80	4 827 000,00
Ministério	3 968 180,00	64 585,00	7 471 356,60	917 511,70	394 308,00	13 825 942,30	131 618,60	2 184 329,70	131 000,00
Ministério	4 535 461,40	44 491,90	4 575 229,90	822 771,90	299 262,40	10 277 217,50	65 253,40	1 383 680,90	3 000,00
Ministério	27 458 596,30	044 809,60	4 982 578,60	4 919 471,60	1 635 693,00	60 035 150,70	833 284,40	7 482 111,30	1 855 000,00
Ministério Santo	2 913 300,50	56 385,30	5 924 534,80	55 568,00	1 208 821,30	10 160 609,90	27 564,00	867 358,00	103 000,00
Ministério de Janeiro	15 735 250,20	317 421,50	4 608 614,20	7 061 444,50	6 671 087,80	54 413 818,20	213 234,10	4 745 039,50	627 000,00
Ministério	285 014 268,30	104 391,00	799 676,10	217 200 449,00	46 719 890,40	964 768 682,00	17 883 267,10	110 436 710,50	3 739 274,90
Ministério	15 640 052,40	282 987,90	10 167 113,20	4 703 406,60	4 810 270,30	51 593 640,40	2 142 485,30	3 057 047,50	1 226 656,60
Ministério	8 662 253,20	984 305,40	19 379 592,30	8 345 934,50	1 651 889,90	38 143 918,30	1 190 358,70	3 576 740,00	50 320,30
Ministério Grande do Sul	70 431 513,00	1 083 302,40	5 513 700,90	16 916 437,80	9 810 477,60	174 335 934,70	4 781 688,90	12 306 819,50	1 551 027,50
Ministério	48 301 548,20	1 338 562,50	73 147 943,10	27 426 143,80	11 629 857,40	145 540 855,00	959 591,40	15 002 429,30	937 658,20
Ministério	2 903 048,50	66 179,40	3 905 911,90	100 815,60	130 680,40	7 302 635,80	297 229,20	72 557,70	1 139 796,90
Ministério	1 097 290,40	13 929,90	4 502 731,30	25 664,60	871 301,10	5 510 917,30	2 000,00	157 174,70	97 034,40
Total Geral	884 635 027,30	26 804 817,70	1 080 806 177,90	549 805 104,90	95 789 772,00	2 637 840 599,00	60 500 300,00	286 588 891,30	1 000 000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA

ANUIDADE GERAL DE EXERCÍCIO DE 1946

Renda Ordinária					Renda Extraordinária						
Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
11 330 448,30	6 064 168,70	1 938 128,10	274 203,10	12 098 628,10	1 248 549,10	277 658,50	343 458,00	181 788,20	2 151 447,00	14 249 875,90	1 069 063 178,90
281 956,60	9 883 607,00	1 851 232,80	251 902,80	20 682 290,20	771 600,60	1 152 138,40	9 058,30	263 171,80	2 194 969,10	20 817 259,30	6 817 259,30
146 478,00	4 429 698,00	127 119,40	184 940,30	8 984 010,10	213 019,50	778 968,10	165 915,70	185 557,20	1 343 460,50	10 327 470,60	6 817 259,30
36 025,20	2 586 823,10	18 788,80	227 747,60	6 263 769,20	151 750,30	25 833,40	-	147 914,10	325 497,80	6 817 259,30	6 817 259,30
188 129,70	9 785 099,10	213 194,80	1 272 604,40	19 212 723,50	529 209,70	1 639 085,40	564 135,80	331 424,70	3 063 855,60	22 276 579,10	22 276 579,10
54 202,20	2 400 290,10	155 754,50	208 763,60	5 005 890,60	242 549,60	252 899,20	255 078,30	109 026,00	860 153,80	5 866 044,40	5 866 044,40
88 096,20	5 391 324,80	807 593,70	654 985,00	9 665 938,00	288 627,78	292 440,30	250 948,70	235 246,20	1 087 262,90	10 733 200,90	10 733 200,90
1 765 966,10	32 087 109,40	9 539 787,30	1 368 039,50	99 037 158,30	12 521 854,90	4 817 346,80	4 027 849,70	651 158,10	22 013 209,50	121 055 387,80	121 055 387,80
64 585,00	7 471 356,60	927 544,70	394 309,00	13 825 942,30	131 618,60	2 184 328,70	131 817,90	135 428,30	2 583 185,50	16 409 127,80	16 409 127,80
44 491,90	4 575 229,90	822 771,90	299 262,40	10 277 217,50	65 253,40	1 383 680,90	3 026,80	129 043,80	1 581 004,70	11 858 222,20	11 858 222,20
1 044 809,30	24 982 578,80	4 919 471,60	1 635 693,00	60 035 150,70	833 284,40	7 422 111,30	1 855 811,40	516 538,00	10 627 745,10	70 668 895,80	70 668 895,80
56 385,30	5 924 533,80	55 586,00	1 208 821,30	10 160 809,90	27 564,00	643 358,00	303 632,60	137 659,30	1 132 213,90	11 292 823,80	11 292 823,80
337 452,30	14 608 614,40	7 061 444,30	6 671 087,80	54 413 818,20	213 234,10	4 745 039,50	627 261,90	348 764,00	5 934 299,50	60 348 117,70	60 348 117,70
334 311,30	407 799 676,10	217 200 449,20	46 719 890,40	964 768 682,00	17 883 267,10	110 436 710,50	3 739 274,90	3 288 911,00	135 348 163,50	1 100 116 845,50	1 100 116 845,50
292 997,80	28 167 113,20	4 703 206,70	4 810 270,30	51 593 640,40	2 148 485,20	3 057 047,50	1 226 656,60	253 337,90	6 779 527,30	58 373 187,70	58 373 187,70
104 308,40	19 379 592,30	8 345 934,50	1 651 829,90	28 143 918,30	1 190 352,70	3 578 740,00	50 380,30	270 134,50	5 089 547,50	43 232 465,20	43 232 465,20
1 663 805,40	75 513 700,90	16 916 437,80	9 810 477,60	174 335 934,70	4 781 688,90	12 304 819,50	1 551 027,50	1 798 422,50	20 435 956,40	194 771 891,10	194 771 891,10
1 035 562,50	73 147 943,10	17 426 143,80	11 629 657,40	145 540 855,00	959 591,40	15 002 429,20	827 658,20	851 960,50	17 751 639,40	163 292 494,40	163 292 494,40
62 179,40	3 905 911,90	100 815,60	330 680,40	7 302 635,80	297 229,20	72 557,70	1 139 796,90	99 341,10	1 608 924,90	9 911 560,70	9 911 560,70
13 929,90	2 502 731,30	25 644,60	871 301,10	5 510 917,30	2 000,00	157 174,70	57 854,40	154 416,10	411 445,20	5 922 362,50	5 922 362,50
26 804 817,70	1 080 806 177,90	549 805 104,90	95 789 773,00	2 637 840 899,80	60 620 852,50	286 588 891,30	27 933 939,90	15 185 635,40	390 329 319,10	3 028 170 218,90	3 028 170 218,90

República	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	3338	3339	3340	3341	3342	3343	3344	3345	3346	3347	3348	3349	3350	3351	3352	3353	3354	3355	3356	3357	3358	3359	3360	3361	3362	3363	3364</
-----------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--------

Renda Ordinária									
Doc. Lei nº 3.200	Pessoa Jurídica	Retenção Fontes	Dec. 9.330/66						
Org	Org	Org	Org	Org	Org	Org	Org	Org	Org
11 430 426,30	331 199 074,60	255 654 129,60	5 303 305,10	921 041 669,7	14 100 000,00	100 000 000,00	10 000 000,00	4 997 193,30	146 020 009,00
78 661,30	6 064 169,70	1 938 121,10	274 203,10	12 096 426,10	1 748 549,10	377 658,50	343 438,00	181 782,20	2 151 447,80
201 956,60	9 883 607,00	1 851 232,80	761 902,80	20 022 290,20	771 600,60	1 152 136,40	9 056,36	266 171,80	2 194 969,10
166 476,00	4 629 898,00	127 119,40	184 940,30	8 984 10,10	213 019,50	779 968,10	165 915,70	10 327 47,50	1 343 450,30
26 023,80	2 586 823,10	13 788,80	227 747,60	6 263 769,20	151 750,30	25 833,40	-	187 914,1	325 497,9
177 143,30	7 510 174,00	212 727,40	947 953,30	15 991 394,60	381 620,20	1 460 506,10	448 126,40	246 447,30	2 532 126,00
3 251,30	1 067 644,70	-	216 176,80	1 400 000,00	39 446,70	-	19 074,70	52 447,30	98 000,10
7 735,10	1 207 278,40	437,40	108 474,30	1 388 689,10	120 109,10	174 479,30	25 000,00	16 469,40	434 124,70
54 202,20	2 400 890,10	155 754,50	208 763,80	5 085 890,60	242 549,60	257 899,80	255 678,30	109 026,00	360 153,40
04 468,50	4 543 446,00	807 182,80	520 492,20	1 476 566,30	298 607,70	292 446,90	193 031,50	170 956,10	947 071,40
3 627,70	947 875,80	411,50	134 292,60	1 000 369,20	-	-	57 887,10	62 983,70	120 146,20
1 710 551,10	29 287 035,10	9 174 378,00	1 094 818,10	62 860 583,60	12 454 282,70	4 742 400,40	3 850 000,00	588 70,7	21 636 490,7
51 128,50	1 397 329,50	193 009,60	108 221,50	1 007 000,00	67 566,70	30 976,70	34 500,00	217 000,00	3 100 000,00
4 886,50	1 402 744,80	173 399,70	175 599,50	1 281 750,70	-	41 999,70	28 147,00	162 034,00	1 485 791,00
64 588,00	7 471 356,60	1 987 511,70	394 309,60	13 425 942,30	131 615,60	2 184 10,70	-	185 494,00	2 093 145,00
64 491,90	4 975 229,90	832 771,90	299 267,40	10 027 717,50	65 243,40	1 333 600,90	-	129 575,40	1 011 104,70
1 008 517,80	18 145 021,60	4 825 374,00	801 720,10	5 470 800,7	418 213,10	7 409 800,7	1 000 000,00	354 486,00	9 981 539,00
12 194,10	1 850 621,30	25 129,90	325 276,40	2 300 746,40	-	-	34 500,00	134 486,00	2 096 000,00
6 188,20	2 019 980,80	1 929,60	97 799,20	2 300 746,40	16 082,60	-	70 145,00	59 994,00	2 096 000,00
17 909,50	3 566 955,10	67 040,10	407 819,10	4 900 457,60	398 188,80	16 110,00	95 400,40	507 746,00	5 147 146,50
44 008,00	3 903 160,90	42 462,00	506 151,70	6 79 713,10	27 564,00	-	-	92 000,00	977 447,40
12 297,30	2 021 379,90	13 106,00	702 669,60	3 000 716,70	-	55 345,70	-	44 000,00	154 746,00
173 148,70	15 199 931,80	5 223 322,20	3 499 270,90	30 488 991,80	92 966,70	3 452 771,60	-	161 000,00	4 743 642,00
37 618,20	2 786 115,10	615 639,90	1 993 261,90	7 507 000,00	91 340,20	855 838,50	-	56 270,00	1 047 119,70
126 660,60	6 632 567,90	1 222 282,40	1 248 569,00	16 358 000,00	58 950,60	436 429,40	12 126,00	129 300,00	643 210,00
6 735 246,20	330 387 925,00	199 294 192,00	29 636 605,40	790 017 161,00	786 957,10	1 100 000,00	1 000 000,00	2 046 110,00	119 412 316,00
54 958,30	6 970 931,70	112 104,00	2 116 876,00	8 000 000,00	201 096,20	23 000,00	144 000,00	144 000,00	12 726 145,90
58 323,00	9 680 911,20	117 845,00	2 193 764,00	10 000 000,00	144 144,70	17 000,00	211 000,00	1 400 000,00	37 114 120,10
44 138,30	5 957 944,70	129 901,00	1 648 068,00	9 000 000,00	280 000,00	-	20 000,00	129 700,00	10 100 000,00
199 718,50	16 995 419,40	2 011 716,00	3 546 609,00	10 000 000,00	678 170,10	-	20 000,00	3 403 000,00	37 081 000,00
185 415,60	7 057 411,10	474 297,00	1 446 000,00	10 000 000,00	451 470,00	-	20 000,00	114 000,00	15 000 000,00
79 210,00	7 667 679,30	719 402,40	1 359 000,00	10 000 000,00	109 550,00	-	20 000,00	80 000,00	14 000 000,00
517 027,60	17 587 795,10	8 140 400,00	2 340 000,00	10 000 000,00	310 000,00	-	20 000,00	300 000,00	49 340 475,20
69 008,40	6 588 405,70	4 460 006,00	1 116 000,00	14 11 000,00	217 400,10	-	20 000,00	40 000,00	16 116 100,00
57 278,10	8 965 252,90	1 733 674,00	1 538 109,00	10 000 000,00	90 000,10	-	20 000,00	35 000,00	37 249 042,60
199 139,50	13 407 695,60	3 145 401,10	1 401 700,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 154 127,40	140 187,00	5 160 000,00	30 250 975,90
18 459,00	3 336 026,70	-	1 000 000,00	1 000 000,00	40 000,00	44 000,00	26 327,00	100 000,00	1 000 000,00
54 965,50	8 992 637,90	1 527 473,10	1 100 000,00	1 000 000,00	40 000,00	26 327,00	100 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00
18 887,70	4 028 889,40	193 874,50	500 093,00	501 037,00	-	-	14,80	100 385,20	445 559,20
36 438,50	7 966 987,00	6 426 718,20	468 191,00	5 000 000,00	-	-	26 246,50	5 426,90	1 000 000,00
48 968,20	7 389 796,00	1 755 310,70	427 441,00	1 100 000,00	-	-	26 058,60	3 322,40	1 000 000,00
1 083 709,50	44 837 542,20	18 071 304,00	5 100 674,00	10 000 000,00	706 012,90	1 000 910,60	14 000 000,00	14 000 000,00	10 000 000,00
46 408,90	7 440 067,90	30 477,00	1 000 000,00	1 000 000,00	107 870,90	87 870,90	380,30	380,30	692,30
76 237,00	8 940 845,10	814 100,00	1 000 000,00	1 000 000,00	255 039,00	844,10	243,00	243,00	631,00
164 143,90	4 595 713,90	342 000,00	11,00	11,00	334 350,10	-	-	-	10 000 000,00
293 237,10	9 642 585,10	647 000,00	-	-	-	-	-	-	-
477 007,20	28 415 291,60	10 534 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00	697 036,00	6 496,90	-	-	-
49 355,40	5 752 672,90	344 100,00	4 000 000,00	4 000 000,00	65 635,60	-	-	-	-
67 478,20	2 293 717,60	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	20 439,10	-	-	-	-
26 609,90	4 106 886,10	40 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	77 000,00	-	-	-	-
114 946,60	9 878 934,00	2 600 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	22 182,80	-	-	-	-
138 983,80	6 826 723,30	490 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	36 137,70	-	-	-	-
18 639,30	5 284 351,90	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 879,10	-	-	-	-
13 521,60	1 601 705,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	3 495,10	-	-	-	-
63 938,20	5 120 681,70	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	269,80	-	-	-	-
65 012,30	3 924 979,10	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	-	-	-	-	-
62 179,40	3 905 911,90	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 139 796,90	-	-	-	-
13 939,90	3 502 731,30	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	-	-	-	-	-
26 004 877,70	1 080 806 177,90	649 826 136,00	95 799 77,70	1 637 380 899,80	60 610 452,50	286 580 391,30	50 000 000,00	50 000 000,00	3 000 000 000,00

ARRECADACÃO DO IMPOSTO DE RENDA EXERCÍCIO DE 1946

	Cr\$
DISTRITO FEDERAL	1 069 062 178,90
AMAZONAS	14 249 875,90
PARÁ	22 817 259,30
MARANHÃO	10 327 470,60
PIAUI	6 589 267,00
CEARA	22 276 599,10
RIO GRANDE DO NORTE	5 866 044,40
PARAIBA	10 733 200,90
PERNAMBUCO	121 055 367,80
ALAGOAS	16 409 127,80
SERGIPE	11 858 222,20
BAHIA	70 662 895,80
ESPÍRITO SANTO	11 292 823,80
RIO DE JANEIRO	60 348 117,70
SÃO PAULO	1 100 116 845,50
PARANÁ	58 373 167,70
SANTA CATARINA	43 233 465,90
RIO GRANDE DO SUL	194 771 891,10
MINAS GERAIS	163 292 494,40
MATO GROSSO	8 911 560,70
GOIAZ	5 922 362,50
	3 028 170 218,90



CONTABILIDADE DO MOVIMENTO DA APLICAÇÃO DO P. R. ESTADOS

- 1950/1955 -

- ESTADOS -	- 1950 -	- 1951 -	- 1952 -	- 1953 -	- 1954 -	- 1955 -	- 1956 -	- 1957 -	- 1958 -
Distrito Federal....	18 003 355,50	31 567 713,80	39 585 887,80	41 865 713,80	41 865 887,80	41 865 887,80	41 865 887,80	41 865 887,80	41 865 887,80
Alagoas.....	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00
Paraná.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Maranhão.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Pernambuco.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Rio Grande do Norte.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Paraíba.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Pernambuco.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Alagoas.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Rio de Janeiro.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Bahia.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Espírito Santo.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Rio de Janeiro.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
São Paulo.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Paraná.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Santa Catarina.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Rio Grande do Sul.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Minas Gerais.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Mato Grosso.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
TOTAIS.....	18 003 355,50	31 567 713,80	39 585 887,80	41 865 713,80	41 865 887,80	41 865 887,80	41 865 887,80	41 865 887,80	41 865 887,80

- ESTADOS -	- 1950 -	- 1951 -	- 1952 -	- 1953 -	- 1954 -	- 1955 -	- 1956 -	- 1957 -	- 1958 -
Distrito Federal....	111 860 375,80	154 075 900,20	195 874 258,80	28 102 713,80	41 865 887,80	41 865 887,80	41 865 887,80	41 865 887,80	1 069 062 178,80
Alagoas.....	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00	487 880,00
Paraná.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Maranhão.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Pernambuco.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Rio Grande do Norte.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Paraíba.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Pernambuco.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Alagoas.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Rio de Janeiro.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Bahia.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Espírito Santo.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Rio de Janeiro.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
São Paulo.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Paraná.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Santa Catarina.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Rio Grande do Sul.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Minas Gerais.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Mato Grosso.....	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00	104 150,00
Delegacia no Exterior	-	-	579 814,00	576 009,60	383 359,80	383 359,80	383 359,80	383 359,80	-
TOTAIS.....	308 927 187,70	402 281 183,60	531 104 730,40	983 020 066,10	1 567 384 957,30	2 175 378 082,70	2 577 104 230,30	3 028 170 218,80	-

- ANEXO II -
- CONTAS DE DESPESAS -
- 1964 -

- Despesa -	- 1964 -	- 1963 -	- 1962 -	- 1961 -	- 1960 -	- 1959 -
- Despesa Total.....	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
- Despesa com Pessoal.....	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
- Despesa com Material.....	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
- Despesa com Serviços.....	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
- Despesa com Outros.....	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL.....	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00

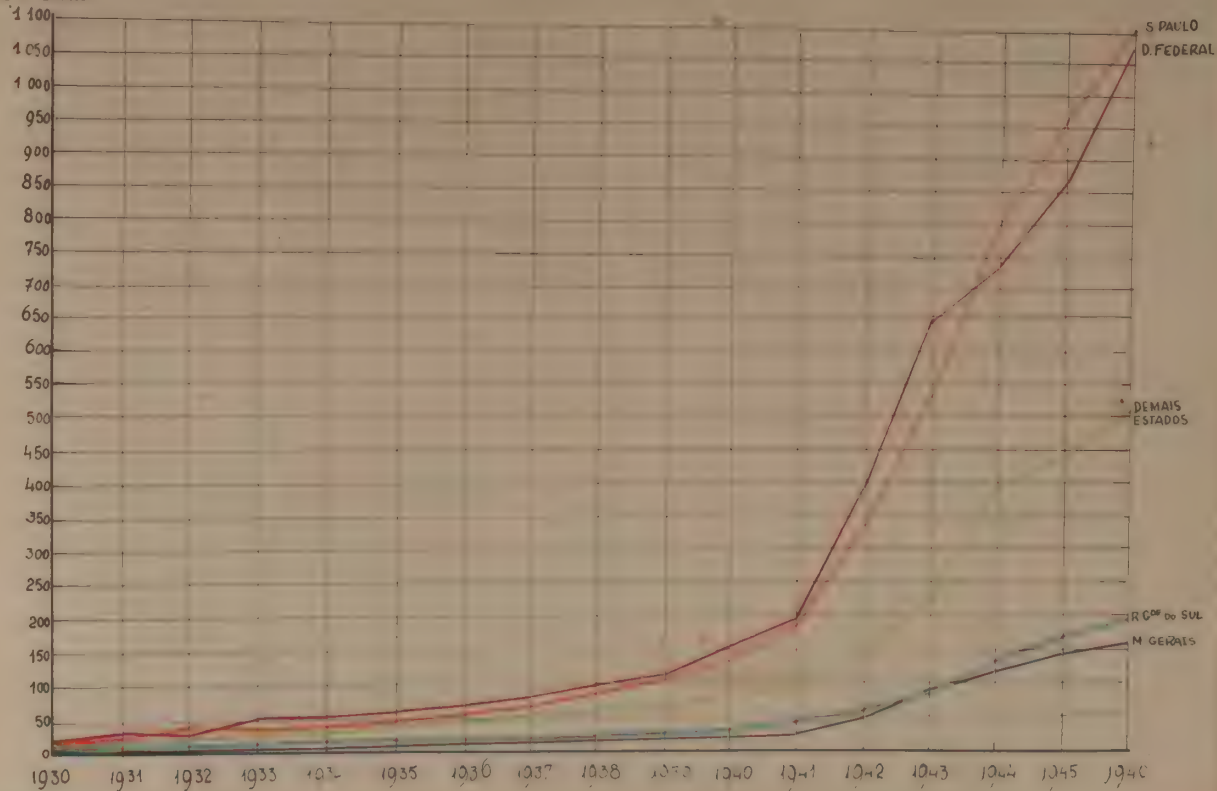
- Despesa -	- 1964 -	- 1963 -	- 1962 -	- 1961 -	- 1960 -
- Despesa Total.....	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
- Despesa com Pessoal.....	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
- Despesa com Material.....	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
- Despesa com Serviços.....	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
- Despesa com Outros.....	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL.....	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00

- Despesa -	- 1964 -	- 1963 -	- 1962 -	- 1961 -	- 1960 -	- 1959 -
- Despesa Total.....	195.874.258,80	399.264.042,30	646.889.501,20	728.764.16,10	567.205.789,00	1.069.062.178,90
- São Paulo.....	185.476.493,50	391.476.522,30	527.973.040,60	408.343.374,50	962.742.961,60	1.700.116.845,50
- Rio Grande do Sul.....	10.400.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	194.771.391,10
- Minas Gerais.....	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
- Distrito Federal.....	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
TOTAL.....	195.874.258,80	399.264.042,30	646.889.501,20	728.764.16,10	567.205.789,00	1.069.062.178,90

DESENVOLVIMENTO DA RECEITA

EXERCÍCIO DE 1930-46

MIL CRUZEIROS



RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ
RECEITA DO EXERCÍCIO DE 1946

EXERCÍCIO DE 1946

ORGANOS ARRECADADORES	IMPOSTO SOBRE LUCROS EXTRAORDINÁRIOS				BANCO DO BRASIL			TOTAL PARANÁ
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	TOTAL Cr\$	ERT.EQUIPAM. Cr\$	DEF. GARANTIA Cr\$	TOTAL Cr\$	
Distrito Federal	1.248.549,10	33.354,10	143.448,70	1.425.351,90	573.653,40	142.519,20	716.172,60	2.141.524,50
Amazonas	771.600,60	42.820,80	-	814.421,40	53.155,60	-	53.155,60	867.577,00
Pará	213.019,50	9.124,70	58.755,60	280.899,80	593.668,70	139.122,40	732.791,00	1.013.690,80
Maranhão	151.750,30	49.480,60	-	201.210,90	-	-	-	201.210,90
Piauí	529.209,70	19.227,20	-	548.436,90	1.042.939,90	170.030,20	1.212.970,10	1.849.554,20
Ceará	242.549,60	2.782,60	-	245.332,20	41.020,60	-	41.020,60	286.352,80
Rio Grande do Norte	-	-	4.153,40	310.398,80	666.621,40	112.275,40	778.896,80	1.089.295,60
Paraíba	12.521.854,90	129.067,50	-	12.650.922,40	10.407.660,30	4.562.969,90	14.970.630,20	27.621.552,60
Pernambuco	131.618,60	17.956,30	-	149.574,90	1.374.898,80	29.612,20	1.404.511,00	1.554.083,90
Sergipe	65.253,40	4.413,70	-	69.667,10	498.140,60	112.828,20	610.968,80	680.635,90
Pania	833.284,40	26.777,10	-	860.061,50	112.246,40	-	112.246,40	972.307,90
Espírito Santo	27.564,00	10.173,70	-	37.737,70	12.732,00	39.674,80	52.406,80	90.144,50
Rio de Janeiro	213.234,10	1.087,20	-	214.321,30	312.711,20	204.533,00	517.244,20	731.565,50
S. Paulo	17.883.267,10	410.543,30	163.743,10	18.457.553,50	18.327.140,60	6.092.559,80	24.419.700,30	42.877.253,80
Paraná	2.142.485,30	15.058,30	355.287,90	2.512.831,50	4.145.039,80	209.203,80	4.354.843,60	6.867.675,10
Sta. Catarina	1.190.352,70	42.198,60	-	1.232.551,30	507.589,50	3.040,00	510.629,50	1.743.180,80
Rio Grande do Sul	4.781.688,90	139.225,60	1.260,00	4.922.174,50	731.022,00	1.938.414,60	5.569.436,60	10.491.611,10
Minas Gerais	959.591,40	8.693,00	-	968.284,40	14.652,00	279.914,00	294.566,00	1.262.850,40
Goiás	2.000,00	200,00	-	2.200,00	-	-	-	2.200,00
Mato Grosso	297.229,20	7.467,40	-	304.696,60	23.250,00	-	23.250,00	331.142,70
TOTAL	60.680.852,50	1.316.407,70	-	61.997.260,20	30.000.000,00	10.000.000,00	40.000.000,00	101.997.260,20

RECEITA DO ESTADO DO PARÁ

RECEITA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO ADICIONADO	IMPOSTO				CERT. EQUIPAM	DEF. GARANTIA		TOTAL GERAL
	Cr\$				Cr\$	Cr\$		Cr\$
Distrito Federal	16.126.122,00	358.158,70	1.000.175,90	17.484.756,20	27.839.148,30	10.693.779,00	38.532.927,30	56.017.683,50
Belém	1.458.750,00	-	143.448,70	1.425.351,90	573.653,40	142.515,20	716.172,60	2.141.524,50
Pará	771.600,60	42.820,80	-	814.421,40	53.155,60	-	-	867.577,00
Altamira	212.750,00	-	-	-	-	139.122,40	732.791,00	1.013.690,80
Piauí	151.750,30	49.460,60	-	201.210,90	-	-	-	201.210,90
Fortaleza	381.620,20	12.443,90	53.551,60	447.615,70	1.042.939,90	170.030,20	1.212.970,10	1.660.585,80
S. Iguatú	27.482,20	4.181,00	-	31.663,20	-	-	-	31.663,20
Sobral	120.107,30	2.602,30	34.595,60	157.305,20	-	-	-	157.305,20
Rio Grande do Norte	242.549,50	2.782,50	-	245.332,20	41.020,60	-	1.112,00	286.352,80
João Pessoa	1.100.000,00	-	-	-	-	112.275,40	778.896,80	1.089.295,60
Souza	-	-	-	-	-	-	-	-
Recife	12.454.292,70	129.067,50	-	12.583.360,20	10.407.660,30	4.562.969,90	14.970.630,20	27.553.990,40
Garanhuns	67.562,20	-	-	67.562,20	-	-	-	67.562,20
Pesqueira	-	-	-	-	-	-	-	-
Alapôas	131.618,60	17.956,30	-	149.574,90	1.774.898,80	29.612,20	1.404.511,00	1.554.085,90
S. Sergipe	65.253,40	4.413,70	-	69.667,10	498.140,60	112.828,20	610.968,80	680.635,90
Salvador	418.218,00	20.520,70	-	438.738,70	112.246,40	-	112.246,40	550.985,10
Ilhéus	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Joazeiro	16.882,60	-	-	16.882,60	-	-	-	16.882,60
Felix	398.183,80	6.256,40	-	404.440,20	-	-	-	-
Vitória	27.564,00	9.173,70	-	36.737,70	12.732,00	39.674,80	52.406,80	89.140,50
Cachoeiro Itapemirim	-	1.000,00	-	1.000,00	-	-	-	1.000,00
R. Niteroi	92.966,70	-	-	92.966,70	192.490,00	-	192.490,00	285.456,70
Barra do Pirai	61.342,00	1.087,20	-	62.429,20	89.316,00	43.470,80	132.786,80	195.216,00
Campos	58.925,40	-	-	58.925,40	30.905,20	161.062,20	191.967,40	250.892,80
TOTAL GERAL	33.364.237,90	722.021,50	1.294.980,80	35.381.240,20	43.568.597,10	16.207.344,30	59.735.941,40	85.117.181,60

PROF. ARRECADADORES	IMPOSTO Cr\$						TOTAL GERAL
Transporte	1.162,30	416,20	-	4.578,50	-	-	8.211,14
M.S. Lavras	4.162,30	416,20	-	4.578,50	-	-	8.211,14
M.S. Ponte Nova	-	-	-	9.235,00	-	-	9.235,00
M.S. Teófilo Otoni	-	-	-	-	-	-	-
M.S. Uberaba	-	-	-	-	-	-	-
M.S. Varginha	-	-	-	95.904,60	-	-	28.777,60
M.S. Goiás	-	-	-	2.200,00	-	-	106.014,60
M.S. Mato Grosso	-	-	-	307.892,70	-	-	2.200,00
TOTAL	-	-	-	-	-	-	331.142,70

MINISTÉRIO DA FAZENDA

IMPOSTO ADICIONAL

(Exercício de 1946)

ORGÃOS ARRECADADORES	IMPOSTO ADICIONAL			RANCO DO BRASIL	TOTAL GERAL Cr\$
	Quanto Cr\$	Multa Cr\$	Total Cr\$	Dep. Compulsório Cr\$	
Distrito Federal	116.244.532,90	57.609,50	116.302.142,40	163.939.537,70	280.241.680,10
Amazonas	377.658,50	-	377.658,50	514.231,60	891.890,10
Pará	1.152.138,40	844,70	1.152.983,10	1.485.121,30	2.638.104,40
Maranhão	778.968,10	4.789,00	783.757,10	1.183.088,40	1.966.845,50
Piauí	25.833,40	976,70	26.810,10	32.987,50	59.797,60
Ceará	1.639.085,40	3.954,00	1.643.039,40	2.586.831,50	4.229.870,90
Rio Grande do Norte	252.899,90	3.299,90	256.199,80	268.154,60	524.354,40
Paraíba	292.440,30	2.838,10	295.278,40	372.737,80	668.016,20
Pernambuco	4.817.346,80	1.693,10	4.819.039,90	10.290.579,40	15.109.619,30
Alagoas	2.184.320,70	1.134,70	2.185.455,40	3.018.362,10	5.203.817,50
Sergipe	1.383.680,90	3.090,30	1.386.771,20	2.175.646,70	3.562.417,90
Bahia	7.422.111,30	6.380,50	7.428.491,80	12.442.332,20	19.870.824,00
Espírito Santo	663.358,00	4.081,40	667.439,40	797.815,90	1.465.255,30
Rio de Janeiro	4.745.039,50	3.398,80	4.748.438,30	5.332.817,30	10.081.255,60
São Paulo	110.436.710,50	245.366,80	110.682.077,30	157.810.557,60	268.492.634,90
Paraná	3.057.047,50	2.407,00	3.059.454,50	4.556.469,60	7.615.924,10
Santa Catarina	3.578.740,00	5.445,80	3.584.185,80	5.635.648,50	9.219.834,30
Rio Grande do Sul	12.304.817,50	65.151,50	12.369.969,00	24.168.629,20	36.538.598,20
Minas Gerais	15.002.429,30	18.340,20	15.020.769,50	17.992.962,30	33.013.731,80
Goiás	157.174,70	180,00	157.354,70	180.472,50	337.827,20
Mato Grosso	72.557,70	-	72.557,70	80.891,30	153.449,00
TOTAIS	244.988.891,30	430.983,00	245.419.873,30	414.865.875,00	701.885.748,30

MINISTÉRIO DA FAZENDA

IMPOSTO ADICIONAL
(Exercício de 1946)

Q. 24a

ÓRGÃOS ARRECADADORES	IMPOSTO ADICIONAL			BANCO DO BRASIL	TOTAL GERAL Cr\$
	Imposto Cr\$	Multa Cr\$	Total Cr\$	Dep. Compulsório Cr\$	
D.R. Distrito Federal	116.244.532,90	57.609,50	116.302.142,40	163.939.537,70	280.241.680,10
D.R. Amazonas	377.658,50	-	377.658,50	514.231,60	891.890,10
D.R. Pará	1.152.138,40	844,70	1.152.983,10	1.485.121,30	2.638.104,40
D.R. Maranhão	778.968,10	4.789,00	783.757,10	1.183.088,40	1.966.845,50
D.R. Piauí	25.833,40	976,70	26.810,10	32.987,50	59.797,60
D.R. Fortaleza	1.460.506,10	3.954,00	1.464.460,10	2.274.317,90	3.738.778,00
D.S. Iguaçu	-	-	-	-	-
D.S. Sobral	178.579,30	-	178.579,30	312.513,60	491.092,90
D.R. Rio Grande do Norte	252.899,90	3.299,90	256.199,80	268.154,60	524.354,40
D.R. João Pessoa	292.440,30	2.838,10	295.278,40	372.737,80	668.016,20
D.S. Souza	-	-	-	-	-
D.R. Recife	4.742.420,40	1.693,10	4.744.113,50	10.290.579,40	15.034.692,90
D.S. Maranhão	32.976,70	-	32.976,70	-	32.976,70
D.S. Pesqueira	41.949,70	-	41.949,70	-	41.949,70
D.R. Alagoas	2.184.320,70	1.134,70	2.185.455,40	3.018.362,10	5.203.817,50
D.R. Sergipe	1.383.680,90	3.090,30	1.386.771,20	2.175.646,70	3.562.417,90
D.R. Salvador	7.405.987,80	3.923,30	7.409.911,10	12.440.056,50	19.849.967,60
D.S. Ilheus	-	-	-	-	-
D.S. Joazeiro	-	-	-	-	-
D.S. S.Felix	16.123,50	2.457,20	18.580,70	2.275,70	20.856,40
D.R. Vitória	608.012,30	3.247,70	611.260,00	664.930,00	1.276.190,00
D.S. Cachoeiro do Itapemirim	55.345,70	833,70	56.179,40	132.885,90	189.065,30
D.R. Niterói	3.452.771,60	2.516,60	3.455.288,20	4.355.168,00	7.810.456,20
D.S. Barra de Pirai	855.838,50	644,90	856.483,40	418.143,30	1.274.626,70
A transportar	141.542.981,70	47.857,40	141.636.838,10	203.880.738,00	345.517.576,10

ÓRGÃOS ARRECADADORES	CUSTO ADICIONAL			BANCO DO BRASIL	TOTAL GERAL
	Imposto	Multa	Total	Dep. Compulsório	
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Transporte	141.542.981,70	91.487,40	141.636.838,10	203.880.738,00	345.517.576,10
D.S. Campos	101.542.981,70	91.487,40	101.636.838,10	559.500,00	996.172,70
D.R. São Paulo	101.542.981,70	91.487,40	101.636.838,10	185.420.161,30	287.279.015,40
D.S. Araraquara	25.778,10	25.778,10	51.556,20	90.128,00	43.749,00
D.S. Bauri	25.778,10	25.778,10	51.556,20	139.044,40	376.499,40
D.S. Botucatu	1.970,00	242,40	2.212,40		2.212,40
D.S. Campinas	1.970,00	242,40	2.212,40	1.289.700,30	4.269.828,00
D.S. Ribeirão Preto	193.400,00	79,10	193.479,10	202.755,60	396.234,90
D.S. Rio Claro	1.970,00		1.970,00	1.477.480,00	2.747.422,70
D.S. Santos	1.970,00	242,40	2.212,40	4.087.140,00	6.765.658,30
D.S. Sorocaba	1.489.311,40	-	1.489.311,40	3.292.669,10	4.781.980,50
D.S. Taubaté	1.329.011,30	-	1.329.011,30	881.022,50	2.210.033,80
D.R. Curitiba	2.403.448,00	2.075,60	2.405.523,60	1.083.008,20	5.864.511,80
D.S. Jacarézinho	66.564,00	-	66.564,00	1.227,00	67.791,00
D.S. Ponta Grossa	511.015,50	371,40	511.386,90	1.472.234,40	1.983.621,30
D.R. Florianópolis	179.238,50	914,60	180.153,10	424.734,20	424.887,30
D.S. Blumenau	2.023.832,00	3.951,20	2.027.783,20	3.302.238,00	5.330.021,20
D.S. Joinville	1.375.669,50	580,00	1.376.249,50	2.088.676,30	3.464.925,80
D.R. Porto Alegre	10.280.071,10	90.564,60	10.370.635,70	16.247.070,00	26.561.706,00
D.S. Cachoeira	446.494,90	510,60	447.005,50	401.066,50	848.072,00
D.S. Cruz Alta	284.264,10	11.554,80	295.818,90	835.517,10	1.131.336,00
D.S. Livramento	73.940,60	165,00	74.105,60	151.666,10	225.771,70
D.S. Pelotas	1.214.402,80	359,60	1.214.402,80	6.537.309,50	7.751.711,90
D.R. Belo Horizonte	7.425.023,80	8.875,80	7.433.899,60	12.520.216,70	19.954.116,30
D.S. Cataguazes	256.335,20	312,80	256.648,00	10.120,20	266.768,20
A transportar	279.067.081,60	421.060,40	279.468.739,00	409.141.885,80	688.610.624,80

ÓRGÃOS ARRECADADORES	RECEITA			DEP. CONSULTORIA	
	Imposto Cr\$	Multa Cr\$	Totais Cr\$	Dep. Consultoria Cr\$	TOTAL GERAL Cr\$
Transporte	274.408.824,00	400.640,40	274.809.464,00	409.141.486,00	683.950.950,00
D.S. Curvelo	240.998,20	-	240.998,20	27.074,70	268.072,90
D.S. Itajubá	376.723,20	-	376.723,20	-	376.723,20
D.S. Juiz de Fora	4.369.747,80	163,80	4.369.911,60	4.676.737,90	9.046.649,50
D.S. Lavras	1.072.742,00	102,40	1.072.844,40	111.806,40	1.184.750,80
D.S. Ponte Nova	302.266,20	-	302.266,20	33.953,60	336.219,80
D.S. Teófilo Otoni	54.744,00	906,00	55.650,00	26.200,40	81.850,40
D.S. Uberaba	104.323,90	1.095,30	105.419,20	305.029,40	410.448,60
D.S. Varginha	199.475,00	6.884,10	206.359,10	281.823,00	488.182,10
D.R. Goiás	157.174,70	180,00	157.354,70	180.472,50	337.827,20
D.R. Mato Grosso	72.557,70	-	72.557,70	80.891,30	153.449,00
Totais	286.588.891,30	430.982,00	287.019.873,30	414.865.875,00	701.885.748,30

ESTADOS	População
Distrito Federal	1.000.000
Amazonas	1.000.000
Pará	1.000.000
Maranhão	1.000.000
Piauí	1.000.000
Rio Grande do Norte	1.000.000
Paraíba	1.000.000
Pernambuco	1.000.000
Rio de Janeiro	1.000.000
Sergipe	1.000.000
Bahia	1.000.000
Espírito Santo	1.000.000
Rio de Janeiro	1.000.000
São Paulo	1.000.000
Paraná	1.000.000
Santa Catarina	1.000.000
Rio Grande do Sul	1.000.000
Minas Gerais	1.000.000
Mato Grosso	1.000.000
Goiás	1.000.000
TOTAL	10.000.000

[illegible]

Unidade	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Distrito Federal	194.476,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
Amazonas	1.280,90	1.280,90	1.280,90	1.280,90	1.280,90	1.280,90	1.280,90	1.280,90	1.280,90	1.280,90
Pará	10.999,60	8.831,00	24.832,60	429.942,80	516,00	622.394,00	240.604,30	-	2.046.684,30	-
Maranhão	4.334,40	50.459,80	2.203,70	-	-	330,80	26.805,40	54.955,90	-	139.070,00
Piauí	2.729,70	14.302,70	-	-	-	-	488,00	-	7.209,30	24.737,70
Ceará	17.997,90	1.079,90	9.441,40	10.741,40	-	-	-	10.992,10	50.472,10	279.514,20
Rio Grande do Norte	5.432,50	12.534,30	-	-	1.929,60	-	-	-	-	19.896,40
Paraíba	12.841,90	86,60	185.031,90	-	50.000,00	-	2.346,00	-	-	250.306,40
Pernambuco	55.013,40	295.170,80	7.002.356,10	52.356,10	-	-	-	-	-	10.405.652,90
Alagoas	11.212,10	8.386,10	2.932.388,00	3.280,00	-	-	3.619,90	36.780,50	-	2.995.646,60
Sergipe	-	581,00	4.800,00	28.160,90	106.490,90	-	-	-	-	140.032,80
Bahia	21.891,70	1.056.544,70	563.455,90	12.333,40	1.183.263,40	16.823,00	159.938,50	1.922.673,50	-	4.936.974,10
Espírito Santo	1.805,10	17.227,70	31.295,40	-	-	-	7.145,60	1.988,70	19.337,70	84.411,70
Rio de Janeiro	3.430,50	13.119,90	2.840.933,60	98.531,60	9.124,10	1.823,10	58.648,50	273.350,90	129.603,00	4.354.262,20
São Paulo	239.985,00	4.034.000,00	56.780.000,00	1.730.240,20	6.284.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00
Paraná	13.610,00	322.790,80	2.731.987,60	-	129.581,40	11.603,00	9.530,80	72.342,10	-	3.291.441,70
Santa Catarina	3.593,90	49.145,30	2.769.359,60	3.168,00	-	5.236,20	1.716,10	96.059,60	77.244,00	3.005.582,70
Rio Grande do Sul	59.049,40	2.565.000,00	1.100.000,00	10.759,10	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00
Minas Gerais	-	1.100.000,00	9.050.087,00	28.249,70	1.712.983,80	-	64.329,20	2.698,50	4.480.972,10	16.423.726,90
Goiás	-	1.129,70	-	-	45.012,50	-	-	-	3.183,80	50.199,50
Mato Grosso	12.866,90	143,30	-	-	-	-	57.991,00	3.905,80	341,20	85.531,60
Total	660.145,50	37.770.477,00	120.091.937,60	7.657.852,30	27.926.729,80	2.593.713,30	6.964.729,90	81.146.525,50	179.971.369,10	457.216.420,60

MINISTÉRIO DA FAZENDA

D.F.W. - Serviço de Controle e Estatística

ARRECADACÃO NAS FONTES

(Arts. 95, 96 e 97 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943)
(Exercício de 1946)

ARRECADACÃO

ESTADOS D.F.W. e EXATORIAS	Qta. partes das multas art. 95	Juros Titul. dívida públ. art. 95, item	Contribuição de ações postas art. 96-9	Juros de mora art. 97, alínea	Contribuição de ações postas art. 96-9	Contribuição de ações postas art. 96-9	Aluguel art. 97	Lucros art. 97	Outras Fontes	TOTAL
Paraná (Federal)	100.193,00	15.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	58.000.000,00	255.694.193,00
Paraná	1.360,70	100.100,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	41.000,10	1.938.120,10
Paraná	33.358,80	21.976,00	370.077,40	1.100,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	18.800,00	1.851.232,30
Paraná	4.105,80	20.608,00	1.704,50	-	-	-	21.374,40	29.769,00	29.057,00	127.119,40
Paraná	8.255,10	8.600,00	-	-	-	-	-	-	0,40	12.780,50
Paraná	179,40	1.500,00	98.087,40	19.209,40	-	-	6.600,00	-	87.000,00	213.194,80
Paraná do Norte	2.895,10	12.935,40	139.000,00	-	-	-	-	-	300,10	155.754,50
Paraná	11.000,00	40,00	900.000,00	-	11.000,00	-	1.000.000,00	-	400.000,00	807.593,70
Paraná	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	9.530.700,00
Paraná	8.132,00	35.012,00	1.000.000,00	1.100,00	-	-	1.100,00	1.100,00	6.300,00	1.900.511,00
Paraná	88,70	1.887,00	200.000,00	25.100,00	25.100,00	-	-	-	400.000,00	400.000,00
Paraná	870,70	1.120.700,00	870.514,00	100.850,00	100.850,00	1.675,40	100.000,00	200.100,00	900.400,00	4.010.100,00
Paraná Santo	1.400,40	23.500,10	10.100,00	51,00	5.400,00	-	1.500,00	2.000,00	7.000,00	55.500,00
Paraná de Janeiro	100.000,00	20.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.000.000,00
Paraná	100.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Paraná	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-	4.700,00
Paraná Catarina	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	8.345.000,00
Paraná do Sul	87.491,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	800.351,00	16.916.337,80
Paraná Gerais	2.305,90	710.100,00	10.500.000,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	1.400.500,00	17.400.100,00
Paraná	300,00	10.500,00	-	-	-	-	-	-	-	10.500,00
Paraná Grosso	1.377,40	1.267,20	-	-	91.056,30	-	4.104,50	1.010,00	-	100.816,00
TOTAL	787.595,20	45.078.213,30	266.141.940,00	7.976.510,30	34.111.137,10	2.821.171,30	6.695.408,50	83.512.825,50	102.680.703,70	549.805.104,90

MINISTÉRIO DA FAZENDA

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística

ARRECAÇÃO NAS FONTES

(Arts. 95, 96 e 97 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943)

(Exercício de 1946)

ARRECAÇÃO										
	Qta. partes de multas art. 95	União Titul. Multa adl. Art.96-item 3	Dividas de a- ções portador art.95-3	União debru- tar - Art. 96, item 2, al. a	Prêmios de di- nheiro obtid- sorteio	Condições art. 97	Aluguéis art.97	Impostos art.97	Outras Fontes	TOTAL
Distrito Federal	120.154,40	1.085.003,30	40.445.254,30	3.130.488,40	15.110.947,40	1.007.408,80	61.987.134,30	52.408.480,00	255,65	4.129,60
Alagoas	1.369,70	326.170,10	1.099.758,70	146.635,90	3.000,00	5.451,20	136.734,80	177.776,60	41.225,10	1.938.122,10
Pará	33.358,80	84.978,80	370.877,40	3.156,00	411.567,50	192.400,80	239.861,10	496.172,00	18.860,40	1.851.232,80
Paraná	4.105,80	40.608,20	1.704,50	-	-	-	21.874,40	29.769,50	29.057,00	127.119,40
Pernambuco	4.255,10	6.672,50	-	-	-	1.860,80	-	-	0,40	12.788,80
Piauí	179,40	1.500,00	98.057,30	19.229,40	-	-	6.695,70	-	87.065,60	212.727,40
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	427,40	427,40
Rio Grande do Sul	2.895,10	12.935,30	139.600,00	-	-	-	-	-	324,10	155.754,50
São Paulo	30.995,30	49,80	298.455,10	-	10.820,10	-	1.944,00	-	464.917,90	807.182,20
Sergipe	11,50	-	-	-	100,00	-	-	-	-	411,50
Goias	34.239,90	453.346,60	4.932.495,40	966.989,10	58.349,50	6.096,10	226.520,30	2.496.341,10	-	9.174.378,00
Mato Grosso	9,60	-	1.240,00	-	-	-	-	-	-	192.009,60
Mato Grosso do Sul	-	-	164.626,60	3.773,10	-	-	-	-	-	173.399,70
Alagoas	4.130,20	38.212,20	1.848.690,20	2.004,00	-	-	3.556,50	24.588,00	6.328,60	1.927.511,70
Sergipe	83,70	1.857,70	208.400,00	25.180,00	187.250,50	-	-	-	400.000,00	822.771,90
Salvador	879,70	1.120.671,80	870.334,60	106.857,10	1.387.863,40	1.675,40	155.056,40	264.174,20	917.881,40	4.825.374,00
Ilheus	-	22,20	-	-	20.727,00	-	-	-	4.380,70	25.129,90
Marcelo	-	-	-	-	-	-	-	-	1.929,60	1.929,60
S. Felix	-	9,60	-	-	63.769,60	-	-	-	3.260,90	67.040,10
Vitória	1.346,40	22.475,40	-	-	9.464,00	-	1.510,00	827,30	6.836,10	42.462,00
Cachoeira	60,00	1.025,70	10.199,50	51,00	-	-	-	1.529,80	240,00	13.106,00
TOTAL	238.275,50	27.195.739,20	92.720.434,00	4.418.264,00	17.266.199,00	1.085.223,60	3.801.564,40	60.448.312,80	60.851.195,70	278.025.008,20

42109

R.S. e EXATO-

RIAS

ARRECAÇÃO

Qta. partes de múltiplas Art. 95	Juros Titul. divida públ. Art. 95-Item 3	Dividas.de A- ções/parcialder art.95-3	Saldo - abontu- ras - art. 95, Item 3, al. 2	Premios em di- shelins obtidos santado	Comissões art. 97	Aluguéis art. 97	Impostos art. 97	Outros rendi- mentos	TOTAL
Transporte	238.075,50	37.195.739,20	92.720.434,00	4.418.264,00	17.266.199,00	1.085.223,60	3.301.564,40	60.448.312,80	
Mozáil	120.577,40	22.078,20	1.000.001,00	179.960,00	468.400,00	4.341,40	69.129,70	171.731,70	320.942,40
Mora do Fíraf	-	-	-	-	-	-	-	-	615.639,90
Impos	-	-	899.823,70	-	322.458,70	-	-	-	1.222.282,40
S. Paulo	101.148,50	4.301.000,00	20.300.000,00	1.340.100,00	2.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	11.500.000,00	100.000.000,00
Aluguel	-	60,00	60.000,00	10.000,00	-	-	-	-	120.000,00
Aluguel	66,00	10,50	100.843,10	-	-	-	-	-	117.845,80
Aluguel	27,20	9.723,80	110.149,30	-	10.001,50	-	-	-	129.901,80
Aluguel	57,00	10.100,00	1.000.000,00	6.711,00	48.000,00	4.000,00	20.000,00	-	1.011.000,00
Aluguel Preto	733,50	280,10	400.100,00	1.000,00	-	2.000,10	10.000,00	-	400.000,00
Aluguel	40,00	29.733,90	333.927,00	40.503,50	-	-	15.218,00	-	719.422,40
Aluguel	146.007,00	20.000,00	1.000.000,00	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Aluguel	10,00	10.553,10	3.944.523,00	96.000,00	-	-	-	-	4.67.086,10
Aluguel	65,20	3.039,20	1.644.733,30	-	-	-	3.280,80	-	1.733.679,90
Aluguel	6.004,10	240.000,00	1.000.000,00	200.000,00	-	-	-	-	1.000.000,00
Aluguel	-	-	30.295,40	-	-	-	-	-	30.295,40
Aluguel	-	-	1.527.473,20	-	-	-	-	-	1.527.473,20
Aluguel	835,70	13.153,30	109.039,50	6.018,40	-	-	866,50	-	129.888,50
Aluguel	675,50	1.966,00	1.727.842,40	25.717,10	-	107.720,30	-	-	6.426.728,30
Aluguel	334,80	567,30	1.580.361,10	3.280,00	-	-	267,10	126.803,40	1.725.317,70
Aluguel	1.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Aluguel	377,40	13.642,00	363,70	-	11.985,50	-	4.508,40	-	30.877,00
Aluguel	1.000,00	1.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-	1.000.000,00
Aluguel	1.869,60	17.992,50	8.607,30	-	41.059,30	-	211.005,40	40.806,00	340.000,00
Aluguel	2.244,20	150.200,00	20,80	-	148.060,60	-	-	-	647.898,30
Aluguel	-	630.061,90	3.971.293,40	-	2.227.427,40	-	20.892,70	243.018,90	10.544.839,50
Transportar	783.563,30	46.030.250,80	260.550.145,90	7.957.070,70	33.246.576,20	2.768.144,00	-	93.600.415,30	100.667.200,50

A R R E C A D A Ç Õ

ANEXO Nº 10000

ANEXO Nº 10000 - ANEXO Nº 10000 - ANEXO Nº 10000

ANEXO Nº 10000

ANEXO Nº 10000	ANEXO Nº 10000	
	ANEXO Nº 10000	ANEXO Nº 10000
ANEXO Nº 10000	9 530	06 000
ANEXO Nº 10000	252	470
ANEXO Nº 10000	248	970
ANEXO Nº 10000	80	326
ANEXO Nº 10000	-	280
ANEXO Nº 10000	15	588
ANEXO Nº 10000	-	322
ANEXO Nº 10000	3	378
ANEXO Nº 10000	241	1 263
ANEXO Nº 10000	16	277
ANEXO Nº 10000	1	241
ANEXO Nº 10000	105	1 812
ANEXO Nº 10000	4	472
ANEXO Nº 10000	77	1 441
ANEXO Nº 10000	3 064	14 986
ANEXO Nº 10000	17	1 101
ANEXO Nº 10000	21	569
ANEXO Nº 10000	188	4 827
ANEXO Nº 10000	140	1 618
ANEXO Nº 10000	-	-
ANEXO Nº 10000	16	677
ANEXO Nº 10000	15 789	11 684

CONTRIBUÍNTES RESIDENTES NO EXTERIOR E DO EXO. LEI Nº 3.200

PERÍODO DE 1945

ESTADOS E TERRITÓRIOS	VALORES EM REAIS	
	Residência no Exterior	Do Exterior para o Brasil
Distrito Federal	9.432	2.000
D.R. Amazonas	252	272
D.R. Pará	949	270
D.R. Maranhão	30	126
D.R. Piauí	-	280
D.R. Ceará	15	33
D.R. Pernambuco	-	26
D.R. São Paulo	-	20
D.R. Rio Grande do Norte	-	200
D.R. Paraíba	3	142
D.R. Ceará	-	26
D.R. Pernambuco	241	1.115
D.R. Maranhão	-	85
D.R. Piauí	-	56
D.R. Alagoas	20	200
D.R. Sergipe	1	241
D.R. Bahia	305	1.028
D.R. Minas Gerais	-	20
D.R. Espírito Santo	-	140
D.R. São Paulo	-	24
D.R. Rio de Janeiro	-	200
D.R. Pernambuco	1	200
D.R. Rio de Janeiro	60	1.163
D.R. Pernambuco	3	278
D.R. Campos	6	-
D.R. São Paulo	2.400	-
D.R. Minas Gerais	3	140
D.R. Ceará	6	741
D.R. Pernambuco	-	200
D.R. São Paulo	20	200

228.8 - 11753716A

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

[illegible]

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

ANEXO II - CUSTOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

DECEMBER 31, 1946

PRODUTOS AGRÍCOLAS	CUSTOS DE TRANSPORTE	
	Quantidade em toneladas	Do (transporte) em dólares
D. 1. Destacado Federal	10,000	10,000
D. 2.
D. 3.
D. 4.
D. 5.
D. 6.
D. 7.
D. 8.
D. 9.
D. 10. Rio Grande do Norte	1	...
D. 11. João Pessoa
D. 12.
D. 13. Recife
D. 14. Pernambuco
D. 15. Pesqueira
D. 16. Alagoas
D. 17. Sergipe
D. 18. Salvador	1,6	...
D. 19. Ilhéus
D. 20. Juazeiro
D. 21. São Felix
D. 22. Vitória
D. 23. Cachoeiro de Itapemirim
D. 24. Niterói
D. 25. Barra do Piraí
D. 26. Campos
D. 27. São Paulo
D. 28. Araraquara
D. 29. Bauru
D. 30. Botucatu
D. 31. Campinas
A transportar.....	15,922	...

CARGOS ARRECADADOS	VALORES	
	Receita de Arrecadação	D. Deveres - 1900 R\$ 1.000
Transporte.....	1.000	27.441
D. S. Ribeiro Preto	45	425
D. S. Rio Claro	95	296
D. S. Santos	433	888
D. S. Sorocaba	-	183
D. S. Taubaté	25	256
D. S. Curitiba	16	533
D. S. Jacaré	-	122
D. S. Ponta Grossa	-	139
D. S. Florianópolis	3	105
D. S. Blumenau	6	97
D. S. Joinville	14	181
D. S. Foz de Iguaçu	794	1.780
D. S. Cachoeira	2	251
D. S. Cruz Alta	8	237
D. S. Curitiba	457	486
D. S. Livramento	54	431
D. S. Belo Horizonte	103	1.025
D. S. Cataguases	5	135
D. S. Curvelo	-	89
D. S. Itajubá	1	142
D. S. Juiz de Fora	5	280
D. S. Leopoldina	10	188
D. S. Ponta Nova	-	66
D. S. Teófilo Otoni	-	57
D. S. Uberlândia	10	164
D. S. Varginha	-	163
D. S. Volta Redonda	-	-
D. S. Mato Grosso	19	123
TOTAL.....	10.000	28.181

Município	1964 - 1965		1964 - 1965		1964 - 1965	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alagoas	1	1.400,00	1	1.400,00	1	1.400,00
Amazonas	4	182.011,20	12	182.011,20	14	585.980,40
Bahia	1	200,00	-	-	1	200,00
Berço	-	-	-	-	-	-
Bom Retiro	1	322.506,4	2	322.506,4	11	345.566,50
Brasília	-	-	-	-	-	-
Brasília	15	396.746,50	6	25.566,00	21	422.312,50
Brasília	4	43.115,80	2	17.997,10	6	60.209,10
Brasília	3	72.325,80	1	2.400,00	4	74.815,40
Brasília	2	9.437,80	-	-	2	9.437,80
Brasília	3	17.997,10	-	-	3	17.997,10
Brasília	2	2.107,90	1	1.111,90	3	12.908,80
Brasília	12	120.507,10	-	-	6	120.507,10
São Paulo	12	74.780,80	12	74.780,80	12	307.683,50
Paraná	-	-	1	39.844,40	1	39.844,40
Santa Catarina	-	-	1	39.844,40	1	39.844,40
Rio Grande do Sul	37	1.197.251,60	16	2.111,10	53	1.295.426,40
Viçosa	48	1.405.911,90	23	99.270,00	21	1.488.149,70
Viçosa	1	10.459,40	-	-	1	10.459,40
Mato Grosso	3	9.159,70	1	522,00	4	9.681,20
Total	100	6.334.563,20	100	6.334.563,20	100	7.221.401,90

MOVIMENTO DE RECURSOS JULGADOS

ANEXO Nº 1

ORGÃO ARRECADADOR	Em favor da Fazenda Nacional		Em favor do Contribuinte			
	Nº de Processos	Importância	Nº de Processos	Importância	Nº de Processos	Importância
.....	4	2 458 032,20	2	6 283,40	22	2 165 000,00
D.R. Cachoeira	4	2 458 032,20	2	6 283,40	14	1 000 000,00
D.R. Pard	-	-	-	-	-	-
D.R. ...	1	703,70	-	-	1	703,70
D.R. ...	-	-	-	-	-	-
D.R. ...	1	5 188,80	-	-	1	5 188,80
D.R. ...	1	-	-	-	1	-
D.R. Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-
D.R. ...	14	11 766,40	5	10 000,00	20	1 000 000,00
D.R. Souza	1	11 766,40	-	-	1	11 766,40
D.R. Pernambuco	1	10 000,00	-	-	1	10 000,00
D.R. Pernambuco	-	-	-	-	-	-
D.R. Pernambuco	-	-	-	-	-	-
D.R. Alagoas	3	72 325,20	1	1 000,00	4	10 000,00
D.R. ...	2	9 437,80	-	-	2	9 437,80
D.R. Bahia	1	17 997,10	-	-	1	17 997,10
D.R. Ilheus	-	-	-	-	-	-
D.R. Jussara	-	-	-	-	-	-
D.R. São Felix	-	-	-	-	-	-
D.R. Espírito Santo	1	358,50	1	10 495,90	1	10 495,90
D.R. Cachoeiro do Itapemirim	1	1 749,40	-	-	1	1 749,40
D.R. Rio de Janeiro	1	119 297,00	-	-	-	-
D.R. Barra do Piraj	1	1 210,10	-	-	1	1 210,10
D.R. ...	-	-	-	-	-	-
D.R. ...	-	-	-	-	-	-
D.R. ...	24	20 000,00	-	-	24	20 000,00
D.R. ...	-	-	4	147 085,20	4	147 085,20
D.R. ...	-	-	-	-	-	-
D.R. ...	-	-	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística
MOVIMENTO DE RECURSOS JULGADOS
(Exercício de 1946)

ESTADOS	Região Sul (Racional)		Região Nordeste (Racional)		Total	
	Nº Processos	Importância	Nº Processos	Importância	Nº Processos	Importância
DISTRITO FEDERAL	1	22	1.564.720,00	969.845,70	41	2.534.565,20
Alagoas						
Alagoas			3.592,00	-	2	.592,00
Alagoas			138,70	49.612,70	2	49.752,00
Piauí	1	4	42.780,00	770,00	7	.560,70
Pernambuco			262.928,70	35.566,50	17	.493,40
Pernambuco			-	-	1	258,00
Pernambuco			7	154,80	4	.041,00
Pernambuco			6.637,00	-	8	
Pernambuco			6	822,70	5	.270,10
Pernambuco				53.477,30	4	.521,60
Pernambuco				27.429,70	1	141.742,20
Pernambuco				97.384,70	1	284.707,00
Pernambuco						74,00
SÃO PAULO	14			612.636,00	14	1.081,00
Paraíba	30			9.750,70		
Santa Catarina				15.000,00	10	
RIO GRANDE DO SUL	31			20.710,70	41	
MINAS GERAIS				123.800,30	102	
Goiás				19.427,60	1	
Mato Grosso						
				3.046.374,00	520	10.113,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

MOVIMENTO DE RECURSOS JUIGADOS

(Exercício de 1946)

ORÇÃOS	Em favor da Fazenda Nacional		Em favor do Contribuinte		Total	
CIOMAYS	Nº Processo	Importância	Nº Processo	Importância	Nº Processo	Importância
D R DISTRITO FEDERAL	33	1.564.739,00	8	969.845,70	41	2.534.584,70
D R AMAZONAS	-	-	-	-	-	-
D R PARÁ	2	8.592,00	-	-	2	8.592,00
D R. MARANHÃO	1	138,20	1	49.613,70	2	49.752,00
D R PIATÍ	4	42.789,00	3	770,80	7	43.560,70
D R Fortaleza	10	250.906,10	1	34.337,50	11	285.244,30
D S Iguatú	5	2.021,10	-	-	5	2.021,10
D S Sobral	-	-	1	1.228,00	1	1.228,00
D R RIO GRANDE DO NORTE	1	258,80	-	-	1	258,80
D R João Pessoa	3	57.887,40	-	-	3	57.887,40
D S Souza	-	-	1	154,50	1	154,50
D R Recife	7	206.133,90	-	-	7	206.133,90
D S Garanhuns	1	844,40	-	-	1	844,40
D R ALAGOAS	4	65.447,80	1	822,70	5	66.270,10
D R SERGIPE	2	401.050,30	2	53.473,30	4	454.523,60
D S Ilheus	-	-	-	-	-	-
D S Jussara	-	-	-	-	-	-
D S São Felix	-	-	-	-	-	-
A transportar	82	2.715.133,60	21	1.137.675,10	104	3.852.788,70

ORGÃOS	Em favor do Passadouro Federal		Em favor do Contribuinte		Total	
DELEGACIAS REGIONAIS E SUC-						
Transporte	83	2.715.123,60	21	1.137.675,10	104	3.852.798,70
D R VITÓRIA	4	113.307,00	2	68.379,30	6	181.686,30
D S Cachoeira Itapemerim	5	74.015,80	2	29.004,90	7	103.020,70
D S Barra do Piraí	-	-	-	-	-	-
D R NITERÓI	-	574.844,00	-	-	-	574.844,00
D S Campos	-	-	-	-	-	-
D R SÃO PAULO	10	327.929,90	12	245.219,40	22	483.149,30
D S Araraquara	60	227.027,00	4	53.634,00	64	280.662,80
D S Baurú	3	7.581,40	-	-	3	7.581,40
D S Botucatu	1	3.626,70	1	1.813,30	2	5.440,00
D S Campinas	3	14.106,00	-	-	3	14.106,00
D S Ribeirão Preto	-	-	-	-	-	-
D S Rio Claro	54	143.451,30	27	254.516,90	81	397.968,20
D S Santos	3	780.476,40	6	65.262,70	9	445.739,10
D S Sorocaba	12	244.612,80	2	2.189,70	14	246.802,50
D S Taubaté	-	-	-	-	-	-
D R CURITIBA	8	121.191,30	-	-	8	121.191,30
D S Jacarézinho	-	-	-	-	-	-
D S Ponta Grossa	22	390.510,40	8	9.739,70	30	400.250,10
D R FLORIANÓPOLIS	8	72.589,60	1	15.000,00	9	87.589,60
D S Blumenau	-	-	-	-	-	-
D S Joinville	1	9.600,00	-	-	1	9.600,00
D R PORTO ALEGRE	15	584.466,90	-	-	15	584.466,90
D S Cachoeira	8	83.179,40	11	17.075,40	19	100.254,80
D S Cruz Alta	6	60.216,40	4	2.074,60	10	62.291,00

ORGÃOS	Nacional		Em favor do Contribuinte		Total	
ACIONAIS	Nº Processos	Importância	Nº Processos	Importância	Nº Processos	Importância
Transporte	223	3.348.064,40	80	765.471,00	303	4.113.535,40
D S Livramento	7	117.007,50	-	-	7	117.007,50
D S Felolias	-	-	-	-	-	-
D R BELO HORIZONTE	12	355.564,70	5	833.370,80	17	1.188.935,50
D S Crataguaze	1	14.018,70	-	-	1	14.018,70
D S Curvelo	12	132.149,40	11	15.946,70	23	148.096,10
D S Itajubá	4	24.094,70	1	2.710,80	5	26.805,50
D S Juiz de Fora	6	81.984,20	13	168.723,50	19	250.708,20
D S Lavras	1	464,20	7	37.884,90	8	38.349,20
D S Ponte Nova	21	255.637,90	9	65.163,20	30	320.801,10
D S Teófilo Otoni	-	-	-	-	-	-
D S Uberaba	-	-	-	-	-	-
D S Verpilha	-	-	-	-	-	-
D R GOIÁS	-	-	-	-	-	-
D R MATO GROSSO	9	23.164,80	4	19.427,00	13	42.592,80

CONTAS GERAIS - Despesas Antecipadas de Apuração

CONTAS GERAIS - 30/09/64

Conta - Despesa	Despesa Antecipada		Despesa Antecipada		Total	
	1.º de Setembro	Despesa Antecipada	1.º de Setembro	Despesa Antecipada	1.º de Setembro	Despesa Antecipada
Despesa Antecipada	4.381	5.157.880,00	1.485	2.157.150,00	5.866	7.315.030,00
Despesa Antecipada	50	100.000,00	21	50.000,00	71	150.000,00
Despesa Antecipada	1	50.000,00	6	7.000,00	7	57.000,00
Despesa Antecipada	100	40.000,00	7	4.750,00	107	44.750,00
Despesa Antecipada	-	-	10	10.000,00	10	10.000,00
Despesa Antecipada	100	100.000,00	100	100.000,00	200	200.000,00
Despesa Antecipada	100	100.000,00	40	40.000,00	140	140.000,00
Despesa Antecipada	60	105.000,00	16	45.000,00	76	150.000,00
Despesa Antecipada	200	1.000.000,00	200	1.000.000,00	400	2.000.000,00
Despesa Antecipada	100	40.000,00	2	40.000,00	102	80.000,00
Despesa Antecipada	60	100.000,00	14	100.000,00	74	200.000,00
Total	369	2.683.032,00	68	538.132,00	437	3.221.164,00
Despesa Antecipada	100	100.000,00	10	4.000,00	110	104.000,00
Despesa Antecipada	-	-	-	-	-	-
Despesa Antecipada	1.000	100.000,00	1.000	100.000,00	2.000	200.000,00
Despesa Antecipada	100	271.020,00	11	40.394,00	111	311.414,00
Despesa Antecipada	100	100.000,00	-	-	100	100.000,00
Despesa Antecipada	768	656.051,90	216	163.165,00	984	1.019.216,90
Despesa Antecipada	1.000	763.600,40	69	40.404,70	1.069	804.005,10
Despesa Antecipada	-	40.945,30	25	115.269,80	25	156.215,10
Despesa Antecipada	-	-	1.000	100.000,00	1.000	100.000,00
Total	10.418	14.274.660,00	4.167	17.284.530,80	14.585	31.559.390,80

Q. 33

MINISTÉRIO DA FAZENDA
D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística
D I V I D A T I V A
(COBRANÇA AMIGÁVEL E EXECUTIVA)
(Exercício de 1946)

ÓRGÃOS (D.R., D.S. E EXATORIAS)	Cobrança Amigável		Cobrança Executiva		Total	
	Número Processos	Importância	Número Processos	Importância	Número Processos	Importância
Distrito Federal	1.148	19.848.503,00	5.648	5.294.975,80	6.796	25.143.478,80
Amazonas	174	108.118,00	19	31.894,00	193	200.009,30
Paraná	-	-	22	21.889,30	22	21.889,30
Maranhão	11	101.100,60	10	43.625,60	21	144.726,20
Piauí		Não houve				
Ceará	1.177	734.527,40	177	678.786,70	1.354	1.413.314,10
Rio Grande do Norte	100	222.703,90	6	31.899,90	106	254.603,80
Paraíba	74	191.558,20	44	55.237,10	118	246.795,30
Pernambuco	1.000	3.585.335,10	102	442.514,60	1.102	4.027.849,70
Alagoas	100	130.762,10	4	1.055,80	104	131.817,90
Sergipe	7	1.363,10	6	1.663,70	13	3.026,80
Bahia	600	1.742.887,00	143	112.924,40	743	1.855.811,40
Espírito Santo	100	260.486,10	54	43.146,50	154	303.632,60
Rio de Janeiro	100	200.614,50	-	-	100	200.614,50
São Paulo	1.400	1.431.724,50	100	1.118.166,70	1.500	2.549.891,20
Paraná	400	617.335,90	100	254.032,80	500	871.368,70
Santa Catarina	100	81.123,20	-	-	100	81.123,20
Rio Grande do Sul	1.350	1.112.748,10	380	437.019,40	1.730	1.549.767,50
Minas Gerais	100	934.544,20	63	57.809,20	163	992.353,40
Goiás	100	87.511,00	10	10.343,40	110	97.854,40
Mato Grosso	100	414.817,90	41	8.092,40	141	422.910,30
	15.858	31.867.761,10	5.369	8.645.077,30	21.227	40.512.838,40

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 D.I.R. - Serviço de Contas e Estatística
 P. VILA ALVA
 (CONTAS ANUAIS DE RECEITAS)

ÓRGÃOS (D.R., D.S. E EXATORIAS)	Contas de Receitas		Contas de Despesas		Total	
	Número	Importância	Número	Importância	Número	Importância
D.R. Distrito Federal	1.000	19.848.503,00	4.000	5.294.975,80	9.893	25.143.478,80
D.R. Amazonas	-	168.115,30	-	-	173	168.115,30
D.R. Pará	-	-	-	-	28	-
D.R. Maranhão	-	101.100,60	-	44.600,00	166	146.700,60
D.R. Piauí	-	Não	-	-	-	-
D.R. Fortaleza	-	671.642,60	-	-	1.087	1.297.370,00
D.S. Iguatú	-	17.234,10	-	-	79	17.234,10
D.S. Sobral	-	45.650,70	-	-	350	45.650,70
D.R. Rio Grande do Norte	-	222.703,90	-	71.600,00	204	294.303,90
D.R. João Pessoa	-	134.236,00	-	-	201	134.236,00
D.S. Souza	-	57.322,20	-	-	83	57.322,20
D.R. Recife	-	3.411.166,30	-	-	879	3.853.680,90
D.S. Garanhuns	-	82.231,50	-	-	154	82.231,50
D.S. Pesqueira	-	91.937,30	-	-	30	91.937,30
D.R. Alagoas	-	130.762,10	-	-	333	130.762,10
D.R. Sergipe	-	1.363,10	-	-	11	1.363,10
D.R. Salvador	-	1.555.934,10	-	-	607	1.668.858,50
D.S. Ilheus	-	84.936,90	-	-	61	84.936,90
D.S. Joazeiro	-	24.044,80	-	-	34	24.044,80
D.S. São Felix	-	77.971,20	-	-	115	77.971,20
D.R. Vitória	-	206.048,50	-	44.000,00	223	250.048,50
D.S. Caché Itapemirim	-	54.437,60	-	-	90	54.437,60
TOTAL	10.000	26.987.341,80	4.000	6.759.613,40	14.879	33.746.955,20

MINISTÉRIO DA FAZENDA
D.I.F. - Serviço de Controle e Estatística
DIVISÃO ATIVA
CORREÇÃO GERAL EXECUTIVA

ÓRGÃO (D.R., D.S. E EXATORIAS)	Cobrança passiva		Cobrança executiva		Total	
	Número Processos	Importância	Número Processos	Importância	Número Processos	Importância
D.R. Niterói	566	181.486,00	-	-	566	181.486,00
D.S. Barra do Piraí	NR	-	relatório	até a presc. data	-	-
D.S. Campos	14	14.100,00	-	-	14	14.100,00
D.R. São Paulo	-	-	-	100.867,00	-	100.867,00
D.S. Aratapuara	492	301.034,40	-	-	492	301.034,40
D.S. Baía	-	-	-	-	-	-
D.S. Botucatu	81	87.880,00	81	87.880,00	162	87.880,00
D.S. Campinas	20	41.340,00	-	-	20	41.340,00
D.S. Ribeirão Preto	152	120.347,40	22	5.837,60	174	126.185,00
D.S. Rio Claro	477	301.034,40	15	6.198,20	492	307.232,60
D.S. Santos	10	1.461,60	8	34.653,80	18	36.115,40
D.S. Sorocaba	2	1.461,60	8	34.653,80	10	36.115,40
D.S. Taubaté	173	108.738,70	20	16.503,80	193	125.242,50
D.R. Curitiba	4	4.204,90	-	-	4	4.204,90
D.S. Jacarezinho	-	4.204,90	-	-	-	4.204,90
D.S. Ponta Grossa	-	28.327,00	-	-	-	28.327,00
D.R. Florianópolis	25	30.817,70	-	-	25	30.817,70
D.S. Blumenau	31	22.243,50	-	-	31	22.243,50
D.S. Joinville	38	28.062,00	-	-	38	28.062,00
D.R. Porto Alegre	581	528.960,60	196	177.058,30	777	706.018,90
A transportar	12.4	3.224.100,00	1.208.871,00	18.444	38.155.971,70	

MINISTÉRIO DA SAÚDE
D.I.R. - Serviço de Estatística e Documentação
ATIVIDADE ATIVA
(CONTABILIDADE AMIGÁVEL E EXECUTIVA)
(Exercício de 1946)

Órgãos (D.R., D.S. E EXATORIAS)	CONTABILIDADE AMIGÁVEL		CONTABILIDADE EXECUTIVA		Total	
	Número Processos	Importância	Número Processos	Importância	Número Processos	Importância
D.S. Chorocho	100	4.100,00	1071	8.400,00	1171	12.500,00
D.S. Cruz Alta	100	4.100,00	-	-	100	4.100,00
D.S. Livramento	-	-	149	255.039,00	149	255.039,00
D.S. Pelotas	439	394.320,30	-	-	439	394.320,30
D.R. Belo Horizonte	611	700.333,20	41	50.855,30	652	751.188,50
D.S. Ontem	100	4.100,00	-	-	100	4.100,00
D.S. Curitiba	100	4.100,00	-	-	100	4.100,00
D.S. Ilha de São	100	4.100,00	-	-	100	4.100,00
D.S. Juiz de Fora	65	77.784,50	3	331,40	68	78.115,90
D.S. Lavras	56	22.182,20	-	-	56	22.182,20
D.S. Ponte Nova	31	36.337,70	-	-	31	36.337,70
D.S. Teófilo Otoni	5	1.549,10	-	-	5	1.549,10
D.S. Uberaba	1	38,40	-	-	1	38,40
D.S. Varginha	1	38,40	-	-	1	38,40
D.R. Goiás	158	87.511,00	10	10.343,40	168	97.854,40
D.R. Mato Grosso	614	414.817,90	41	8.092,40	655	422.910,30
Total	15.858	31.867.761,10	5.369	8.645.077,30	21.227	40.512.838,40

Municipio	1940		1941		1942	
	Habitantes	Superficie	Habitantes	Superficie	Habitantes	Superficie
Amatitlan	1,041	1 548 780,30	1,041	1 548 780,30	1,041	2 516 589,70
Amatitlan	9	35 491,80	9	35 491,80	9	441 321,40
Amatitlan	56	513,30	56	513,30	56	113 803,30
Amatitlan	5	2 196,30	5	2 196,30	5	4 766,50
Amatitlan	7	411,40	7	411,40	7	9 409,20
Amatitlan	22	404,00	22	404,00	22	122 974,80
Rio Grande do Norte	20	443,40	20	443,40	20	126 549,80
Amatitlan	20	673,80	20	673,80	20	150 702,60
Amatitlan	20	268,30	20	268,30	20	451 389,10
Amatitlan	783	87	783	87	783	6 704,50
Amatitlan	7	784,50	7	784,50	7	11 931,70
Amatitlan	10	645,20	10	645,20	10	2 296 105,80
Aspirito Santo	5	6 258,10	5	6 258,10	5	20 305,70
Rio de Janeiro	4	478 006,20	4	478 006,20	4	478 209,20
São Paulo	3	1 042 572,00	3	1 042 572,00	3	1 017 591,30
Amatitlan	20	340,80	20	340,80	20	40 304,80
Santa Catarina	10	716 363,20	10	716 363,20	10	716 363,20
Rio Grande do Sul	20	65 510,30	20	65 510,30	20	114 146,20
Amatitlan	20	87 771,20	20	87 771,20	20	153 906,20
Mato Grosso	104	174,30	104	174,30	104	189 208,40
Total	9 323	11 449 063,70	9 323	11 449 063,70	9 323	20 873 971,80

100

CARGOS	PRIMEIRO PERÍODO		SEGUNDO PERÍODO		TOTAL	
	Nº Pessoas	Salário	Nº Pessoas	Salário	Nº Pessoas	Salário
PROFESSORES						
Prof. Titular	1	1.200,00	1	1.200,00	2	2.400,00
Prof. Auxiliar	2	600,00	2	600,00	4	1.200,00
D.M. Prof.	108	52.512,00	101	57.280,00	209	113.802,00
Prof. Substituto	-	-	-	-	-	-
D.M. Plant	2	611,40	8	8.997,80	10	9.409,20
D.M. Plant	27	12.000,00	27	12.000,00	54	12.000,00
D.M. Plant	-	-	28	12.000,00	28	12.000,00
D.M. Plant	-	-	28	688,10	28	688,10
D.M. Rio Grande do Norte	18	20.482,40	223	85.089,40	241	105.571,80
D.M. Rio-Grande	7	127.130,00	87	28.108,20	94	155.238,20
D.M. Rio-Grande	1	-	-	-	1	-
D.M. Rio-Grande	142	124.000,00	103	24.000,00	245	148.000,00
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	2	1.783,50	13	4.924,50	15	6.708,00
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	20	100.000,00	520	2.240.000,00	540	2.340.000,00
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	5	2.200,00	17	11.675,40	22	13.875,40
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	2	2.200.131,00	132	4.404.420,00	134	12.385.732,00
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	10	-	-	-	10	-
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	-	-	-	-	-	-
D.M. Rio-Grande	1	2.200,00	13	-	14	-

1

MINISTÉRIO DA FAZENDA

D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística

(Exercício de 1946)

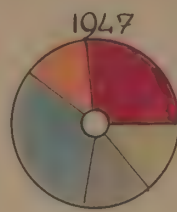
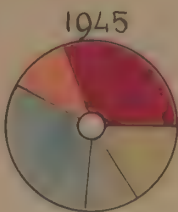
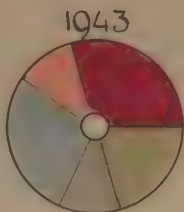
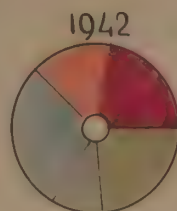
ÓRGÃOS	PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA			
	Nº Certi- dão	Importância	Nº Certi- dão	Importância	Nº Certi- dão	Importância
DELEGACIAS SECCIONAIS E REGIONAIS						
Distrito Federal	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Alagoas	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Pará	56	54.366,50	182	96.605,10	238	150.971,60
Maranhão	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Piauí	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Pernambuco	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Rio Grande do Norte	14	5.676,00	119	68.559,00	133	74.235,00
Paraná	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Bahia	121	157.189,50	433	718.176,10	554	875.365,60
Espírito Santo	10	10.971,70	87	53.830,80	97	64.802,50
Rio de Janeiro	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
São Paulo	1	957.593,10	172	1.553.149,80	219	2.510.742,90
Paraná	73	145.308,30	105	247.579,70	178	392.888,00
Santa Catarina	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Rio Grande do Sul	280	302.937,20	425	333.417,40	705	636.354,60
Minas Gerais	237	236.303,30	229	198.963,80	466	435.267,20
Goiás	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Mato Grosso	1	645,40	38	7.447,00	41	8.092,40
TOTAL	1.000	1.000.000,00	1.000	1.000.000,00	1.000	12.753.813,40

MINISTÉRIO DA FAZENDA
D.I.R. - Serviço de Controle e Estatística
CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA ENVIADAS A PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

ÓRGÃOS DELEGACIAS SECCIONAIS E REGIONAIS	PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		TOTAL	
	Nº Certidão	Importância	Nº Certidão	Importância	Nº Certidão	Importância
Transporte	1.007	2.455.932,00	1.001	5.885.627,10	2.008	8.309.155,10
D.R. Miteró	-	-	-	-	-	-
D.S. Barra do Piraí	-	-	-	-	-	-
D.S. Campos	-	-	-	-	-	-
D.R. São Paulo	41	953.829,30	-	1.231.332,50	41	2.185.161,80
D.S. Araraquara	-	-	-	-	-	-
D.S. Bauru	-	1.164,60	-	104.773,00	-	105.944,20
D.S. Botucatu	-	-	-	107.580,20	-	107.580,20
D.S. Campinas	1	48,30	-	-	-	48,30
D.S. Ribeirão Preto	-	-	-	15.703,60	-	15.703,60
D.S. Rio Claro	-	175,60	-	31.199,20	-	31.374,80
D.S. Santos	-	2.375,30	-	1.061,80	-	3.437,10
D.S. Sorocaba	-	-	-	319,70	-	319,70
D.S. Taubaté	-	-	-	61.173,20	-	61.173,20
D.R. Curitiba	-	14.800,00	-	247.579,70	-	392.888,00
D.S. Jacarêzinho	-	-	-	-	-	-
D.S. Ponta Grossa	-	-	-	-	-	-
D.R. Florianópolis	-	-	-	-	-	-
D.S. Blumenau	-	-	-	-	-	-
D.S. Joinville	-	-	-	-	-	-
D.R. Porto Alegre	-	262.663,40	-	235.523,30	-	498.186,70
D.S. Cachoeira	-	40.273,80	-	97.894,10	-	138.167,90
D.S. Cruz Alta	-	-	-	-	-	-
D.S. Pelotas	-	-	-	-	-	-
A transportar	-	-	-	-	-	11.040.140,60

SECRETARIA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
COMISSÃO DA DIVISÃO ATIVA DE CONTAS E PRODUÇÃO GERAL DA FAZENDA NACIONAL

O IMPOSTO DE RENDA NA RECEITA ORDINÁRIA FEDERAL

EXERCÍCIO DE 1938-47
(DADOS FORNECIDOS PELA C.G.M.)

	1938		1939		1940		1941		1942		1943		1944		1945		1946		1947	
LEGENDA	MIL CRUZEIROS	%	MIL CRUZEIROS	%	MIL CRUZEIROS	%	MIL CRUZEIROS	%	MIL CRUZEIROS	%	MIL CRUZEIROS	%	MIL CRUZEIROS	%	MIL CRUZEIROS	%	MIL CRUZEIROS	%	MIL CRUZEIROS	%
IMPOSTO DE RENDA	267 943	69	309 329	87	402 459	100	531 105	131	998 059	223	1 571 717	289	2 311 387	315	2 695 384	304	3 147 345	276	3 321 800	293
IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	1 052 512	271	1 031 197	292	977 514	242	1 058 785	262	674 220	154	596 463	110	902 438	122	1 026 038	116	1 404 033	123	1 488 750	131
IMPOSTO DE CONSUMO	853 666	220	1 029 697	291	1 053 747	261	1 185 495	294	1 253 612	287	1 533 565	286	1 947 126	264	2 832 166	324	4 008 862	352	4 164 200	367
IMPOSTO sobre ATOS DO GOVERNO	236 568	61	270 474	71	283 044	70	337 776	83	431 945	99	579 005	107	742 697	101	861 602	98	1 194 443	105	1 184 100	106
OUTRAS RENDAS	1 469 119	377	1 154 346	306	1 319 695	327	932 403	230	1 038 743	232	1 127 117	208	1 462 638	198	1 432 864	162	1 637 209	144	1 180 795	104
	3 879 768	100	3 795 035	100	4 036 439	100	4 045 554	100	4 376 979	100	5 427 867	100	7 366 199	100	8 852 050	100	11 391 894	100	11 339 645	100

IMPOSTO DE RENDA

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

IMPOSTO DE CONSUMO

IMPOSTO sobre ATOS DO GOVERNO

OUTRAS RENDAS

ESTADOS	ARRECADACAO
Rio de Janeiro	1 516 116,26
Paraná	882,80
São Paulo	939,30
Minas Gerais	695,30
Paraná	271,60
Rio Grande do Norte	509,80
Paraíba	4 176 278,80
Paraíba	5 355 908,60
Bahia	43 178 350,70
Espírito Santo	4 655 369,70
Rio de Janeiro	33 211 976,50
São Paulo	538 739 661,30
Paraná	30 734 834,80
Santa Catarina	18 932 187,30
Rio Grande do Sul	94 254 120,20
Minas Gerais	84 644 265,20
Mato Grosso	4 990 739,80
Delegacia do Tesouro em New York	111 761,50
TOTAL	1 516 116 260,00

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
SECRETARIA DE CONTABILIDADE

CONTABILIDADE GERAL - 1966 - AS - CONTABILIDADE GERAL

CONTABILIDADE GERAL - 1966 - AS - CONTABILIDADE GERAL

CONTABILIDADE GERAL

CONTABILIDADE GERAL	CONTABILIDADE GERAL
	Cr\$
CONTABILIDADE GERAL	28.236.777,50
CONTABILIDADE GERAL	1.892.124,50
CONTABILIDADE GERAL	1.803.118,00
CONTABILIDADE GERAL	955.316,30
CONTABILIDADE GERAL	834.493,00
CONTABILIDADE GERAL	3.086.132,10
CONTABILIDADE GERAL	576.380,40
CONTABILIDADE GERAL	1.341.051,20
CONTABILIDADE GERAL	5.369.399,60
CONTABILIDADE GERAL	1.612.105,70
CONTABILIDADE GERAL	1.010.928,60
CONTABILIDADE GERAL	5.730.654,70
ESPÍRITO SANTO	1.244.057,00
RIO DE JANEIRO	7.449.852,10
SÃO PAULO	3.542.417,30
PARANÁ	7.026.988,50
SANTA CATARINA	1.776.721,20
RIO GRANDE DO SUL	19.283.824,60
MINAS GERAIS	8.104.844,00
GOIÁS	682.094,50
MATO GROSSO	201.000,00
DISTRITO FEDERAL	28.956,00
TOTAL	101.700.000,00

Descrição da Despesa	Anexo 1 - Despesa por Fonte				
	Operações de Manutenção	Operações de Capital	Operações de Investimento	Operações de Desenvolvimento	Total
Despesa Pessoal	20.000	-	1.000	1.000	22.000
Aluguel	2.000	10.000	1	1.000	13.001
Transporte	4.000	10.000	100	1.000	15.100
Alimentação	2.000	10.000	100	1.000	13.100
Tratamento	1.000	10.000	100	1.000	12.100
Outros	7.000	10.000	100	1.000	18.100
Material de Consumo	2.000	10.000	100	1.000	13.100
Material de Manutenção	2.000	10.000	100	1.000	13.100
Material de Capital	10.000	10.000	100	1.000	21.100
Material de Investimento	2.000	10.000	100	1.000	13.100
Material de Desenvolvimento	10.000	10.000	100	1.000	21.100
Despesa com Pessoal	20.000	-	1.000	1.000	22.000
Despesa com Material	10.000	10.000	100	1.000	21.100
Despesa com Serviços	2.000	10.000	100	1.000	13.100
Despesa com Outros	10.000	10.000	100	1.000	21.100
Despesa com Pessoal	20.000	-	1.000	1.000	22.000
Despesa com Material	10.000	10.000	100	1.000	21.100
Despesa com Serviços	2.000	10.000	100	1.000	13.100
Despesa com Outros	10.000	10.000	100	1.000	21.100
Despesa com Pessoal	20.000	-	1.000	1.000	22.000
Despesa com Material	10.000	10.000	100	1.000	21.100
Despesa com Serviços	2.000	10.000	100	1.000	13.100
Despesa com Outros	10.000	10.000	100	1.000	21.100
Total	20.000	10.000	1.000	1.000	32.000

2000.

Município	Anexo 1 - Renda				
	Receita Total	Receita Propria	Receita de Transferências	Receita de Contribuições	Total
D.S. Angra dos Reis	4 465	41 000	50	4 465	86 520
D.S. Araruama	2 804	41 000	50	2 804	86 473
D.S. Barra Mansa	2 640	41 000	50	2 640	86 454
D.S. Belford Roxo	4 137	41 000	100	4 137	86 591
D.S. Bonito	2 653	41 000	50	2 653	86 575
D.S. Campos	4 143	41 000	500	4 143	86 206
D.S. Japeracaba	2 565	41 000	50	2 565	86 475
D.S. Nova Friburgo	3 193	41 000	500	3 193	86 056
D.S. Santa Maria	2 704	41 000	500	2 704	86 678
D.S. Silveira	1 759	41 000	50	1 759	86 184
D.S. Jateville	2 777	41 000	500	2 810	86 227
D.M. Rio Grande do Sul	10 915	41 000	500	10 915	86 563
D.S. Canhorim	5 027	41 000	50	5 027	86 140
D.S. Cruz Alta	5 169	41 000	50	5 169	86 379
D.S. Gramma	3 531	41 000	50	3 531	86 713
D.S. Gramma	2 569	41 000	50	2 569	86 111
D.S. Santa Maria	2 576	41 000	500	2 576	86 306
D.S. Japeracaba	2 509	41 000	500	2 509	86 494
D.S. Corvelo	2 057	41 000	50	2 057	86 454
D.S. Itatubá	3 469	41 000	500	3 469	86 619
D.S. Juiz de Fora	2 091	41 000	50	2 091	86 635
D.S. Marim	3 628	41 000	500	3 628	86 142
D.S. Ponte Nova	4 237	41 000	50	4 237	86 346
D.S. Teófilo Otoni	2 645	41 000	50	2 645	86 225
D.S. Uberaba	3 459	41 000	500	3 459	86 915
D.S. Vargem	3 124	41 000	50	3 124	86 215
D.S. Santa Maria	4 179	41 000	500	4 179	86 449
D.M. Mato Grosso	2 194	41 000	50	2 194	86 378
Total	200 000	200 000	500	200 000	86 000

MINISTÉRIO DA FAZENDA

D.I.R. - SERVIÇO DE CONTROLE E ESTATÍSTICA

NOTIFICAÇÕES, RECIBOS E OUTROS DOCUMENTOS RELATIVOS À INSCRIÇÃO COMPULSÓRIA DE OBRIGADOS DE GUERRA
(Exercício 1945)

ÓRGÃOS	NÚMERO DE DOCUMENTOS				
	Notificações	Recibos	Relação p/correio	Recibos - A.A.	Total
Distrito Federal	46.254	-	-	-	75.257
Amazonas	1.204	11.061	34	2.204	15.508
Pará	1.450	1.019	44	1.288	3.979
Maranhão	2.608	9.446	105	2.608	14.767
Piauí	2.073	20.730	77	2.073	24.953
Ceará	6.350	111.410	102	6.350	124.218
Rio Grande do Norte	2.232	8.223	31	2.232	12.718
Paraíba	5.000	8.399	26	5.000	18.828
Pernambuco	10.034	62.832	406	10.124	83.298
Alagoas	3.733	14.813	45	7.466	26.067
Sergipe	2.315	1.633	75	2.315	6.338
Bahia	5.099	3.735	41	5.081	14.566
Espírito Santo	3.679	17.025	207	3.679	24.590
Rio de Janeiro	5.146	34.357	3.296	5.146	47.945
São Paulo	-	-	-	-	-
Paraná	3.245	61.885	330	3.245	78.705
Santa Catarina	7.401	32.498	267	7.401	47.567
Rio Grande do Sul	26.675	136.329	247	26.675	189.928
Minas Gerais	17.144	73.366	529	17.144	108.183
Goiás	-	-	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-
TOTAL	143.086	508.761	8.067	150.491	917.405

MINISTÉRIO DA FAZENDA

D.I.R. - SERVIÇO DE CONTROLE E ESTATÍSTICA

NOTIFICAÇÕES, RECIBOS E OUTROS DOCUMENTOS RELATIVOS A SUBSCRIÇÃO COMPULSÓRIA DE OBRIGAÇÕES DE GUERRA
(Exercício 1946)

ÓRGÃOS	NÚMERO DE DOCUMENTOS				
	Notificação	Recibos	Relação p/correlato	Recibos - A.	Total
DELEGACIAS REGIONAIS E SECCIONAIS					
D.R. Distrito Federal	36.487	-	2.283	36.487	75.257
D.R. Amazonas	2.220	11.001	59	2.280	13.260
D.R. Pará	1.044	1.019	44	1.088	2.107
D.R. Maranhão	2.500	3.346	106	2.606	16.007
D.R. Piauí	2.107	20.000	77	2.184	22.161
D.R. Fortaleza	3.374	100.737	87	3.374	107.572
D.S. Ceará	1.342	1.000	4	1.346	2.346
D.S. Sergipe	1.344	1.000	13	1.357	2.360
D.R. Rio Grande do Norte	2.232	8.223	31	2.232	12.718
D.R. João Pessoa	3.752	3.752	14	3.752	11.270
D.S. Paraíba	1.450	4.447	11	1.461	5.898
D.R. Recife	6.294	43.587	196	6.294	56.371
D.S. Garanhuns	1.501	5.805	45	1.591	8.942
D.S. Pesqueira	2.240	13.440	65	2.240	17.985
D.R. Alagoas	1.733	14.813	55	1.788	26.067
D.R. Sergipe	2.315	1.633	75	2.315	6.338
D.R. Salvador	4.587	3.734	34	5.169	13.524
D.S. Ilhéus	412	1	7	419	1.032
D.S. Jazeiro	-	-	-	-	-
D.S. São Félix	-	-	-	-	-
D.R. Vitória	1.983	10.136	198	1.983	14.299
A transportar	81.779	263.436	3.387	36.184	454.786

DELEGACIAS REGIONAIS E REGIONAIS	NÚMERO DE DOCUMENTOS				
			p/corralo		
Transporte	31.197	263.436	3.387	96.148	458.786
D.S. Cachoeira Itapemirim	1.896	6.890	9	1.896	10.291
D.R. Niterói	1.14	19.059	64	1.914	22.951
D.S. Barra do Piraí	-	-	-	-	-
D.S. Campos	3.252	15.298	3.252	3.252	24.994
D.R. São Paulo	-	-	-	-	-
D.S. Araraquara	-	-	-	-	-
D.S. Bauru	-	-	-	-	-
D.S. Botucatu	-	-	-	-	-
D.S. Campinas	-	-	-	-	-
D.S. Ribeirão Preto	-	-	-	-	-
D.S. Rio Claro	-	-	-	-	-
D.S. Santos	-	-	-	-	-
D.S. Sorocaba	-	-	-	-	-
D.S. Taubaté	-	-	-	-	-
D.S. Curitiba	1.780	31.795	130	1.780	29.486
D.S. Jacareizinho	1.412	3.460	42	1.312	11.286
D.S. Ponta Grossa	3.153	31.530	153	3.153	37.994
D.R. Florianópolis	2.535	9.613	132	2.535	15.020
D.S. Blumenau	1.901	8.967	11	1.901	12.775
D.S. Joinville	2.861	13.918	124	2.865	19.772
D.R. Porto Alegre	10.180	91.886	101	10.180	72.349
D.S. Cachoeira	5.179	26.895	129	5.179	36.382
A transportar	111.351	414.972	7.191	115.602	649.320

ORGÃO DELEGACIAS REGIONAIS E REGIONAIS	NÚMERO DE DOCUMENTOS				
	Notificação	Atos	Relação p/contrel	Relação p/contrel	Total
Transporte	111.381	414.962	7.191	115.606	649.320
D.S. Cruz Alta	5.412	29.918	14	5.412	40.756
D.S. Livramento	2.627	14.687	-	2.627	19.941
D.S. Pelotas	2.627	14.687	-	2.627	19.941
D.S. Belo Horizonte	2.386	14.739	123	2.386	19.634
D.S. Passagem	-	-	-	-	-
D.S. Carvelo	1.790	6.733	72	1.790	10.385
D.S. Itajubá	-	-	-	-	-
D.S. Juiz de Fora	2.195	10.772	113	2.195	15.275
D.S. Lages	-	-	-	-	-
D.S. Ponte Nova	4.309	14.687	-	4.309	19.006
D.S. Teófilo Otoni	2.618	7.124	82	2.618	12.442
D.S. União	1.300	2.300	10	1.300	3.610
D.S. Vargem	2.300	2.300	10	2.300	4.610
D.R. Itaúna	-	-	-	-	-
D.R. Santa Rosa	-	-	-	-	-
TOTAL	149.320	429.961	302	149.320	929.903

Summary of Assets and Liabilities

80

1945

Assets	Liabilities	Assets	Liabilities
1945	1945	1945	1945
430,727.90	27,746,068.80	1,59	
1,518,614.80	35,540,490.40	4,50	
4,374,495.30	54,589,452.00		
1928 1,825,456.20	63,668,910.50	6,01	
1929 3,970,782.10	63,009,791.10	6,30	
1930 4,259,443.20	54,551,274.80	7,41	
1931 3,605,149.50	85,458,389.40	4,22	
1932 1,374,650.70	82,289,616.50	4,10	
1933 3,855,402.50	121,845,261.20	2,98	
1934 5,038,424.90	130,490,017.90	3,86	
1935 6,918,101.80	154,704,978.90	4,47	
1936 7,783,636.30	184,507,410.90	4,22	
1937 9,149,948.10	215,722,744.90	4,03	
1938 10,022,030.10	264,544,096.40	3,75	
1939 10,638,686.50	308,927,187.70	3,44	
1940 11,930,450.00	402,281,183.60	2,96	
1941 15,344,800.00	531,104,730.40	2,89	
1942 14,605,600.00	983,020,066.10	1,49	
1943 23,033,200.00	1,567,384,957.30	1,47	
1944 30,119,620.00	2,175,378,080.70	1,38	
1945 32,195,349.60	2,577,104,230.30	1,25	
1946 31,774,149.60	3,028,170,218.10	1,06	

RECEITA E DESPESA DO IMPOSTO DE RENDA EXERCÍCIOS DE 1925-46

MIL. CRUZEIROS

3 250 000

3 000 000

2 750 000

2 500 000

2 250 000

2 000 000

1 750 000

1 500 000

1 250 000

1 000 000

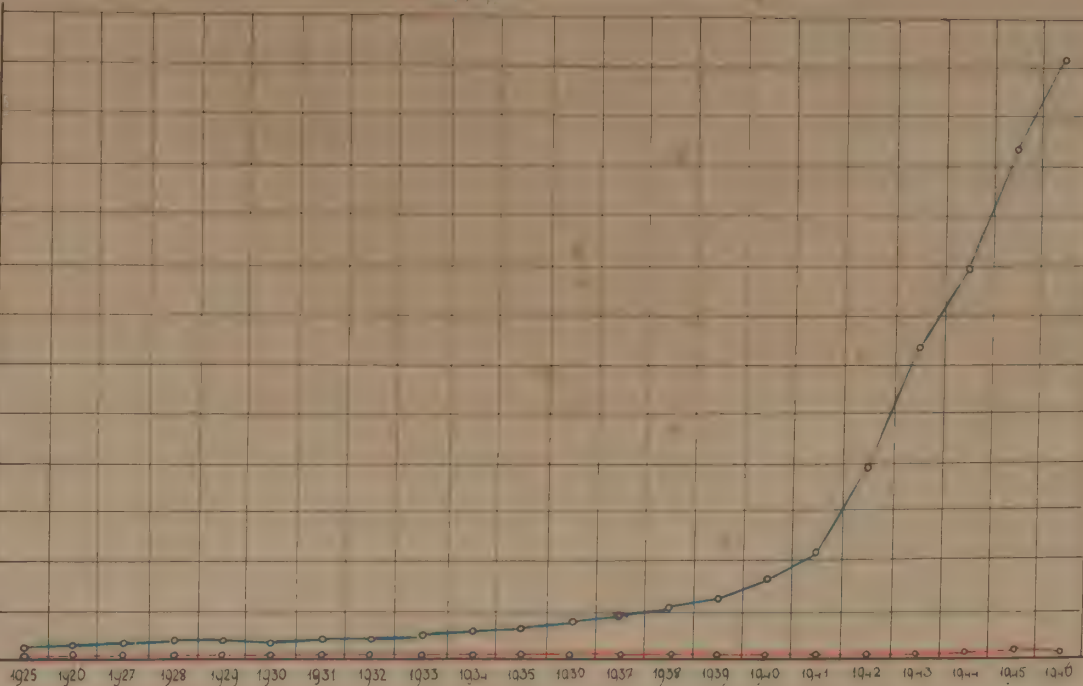
750 000

500 000

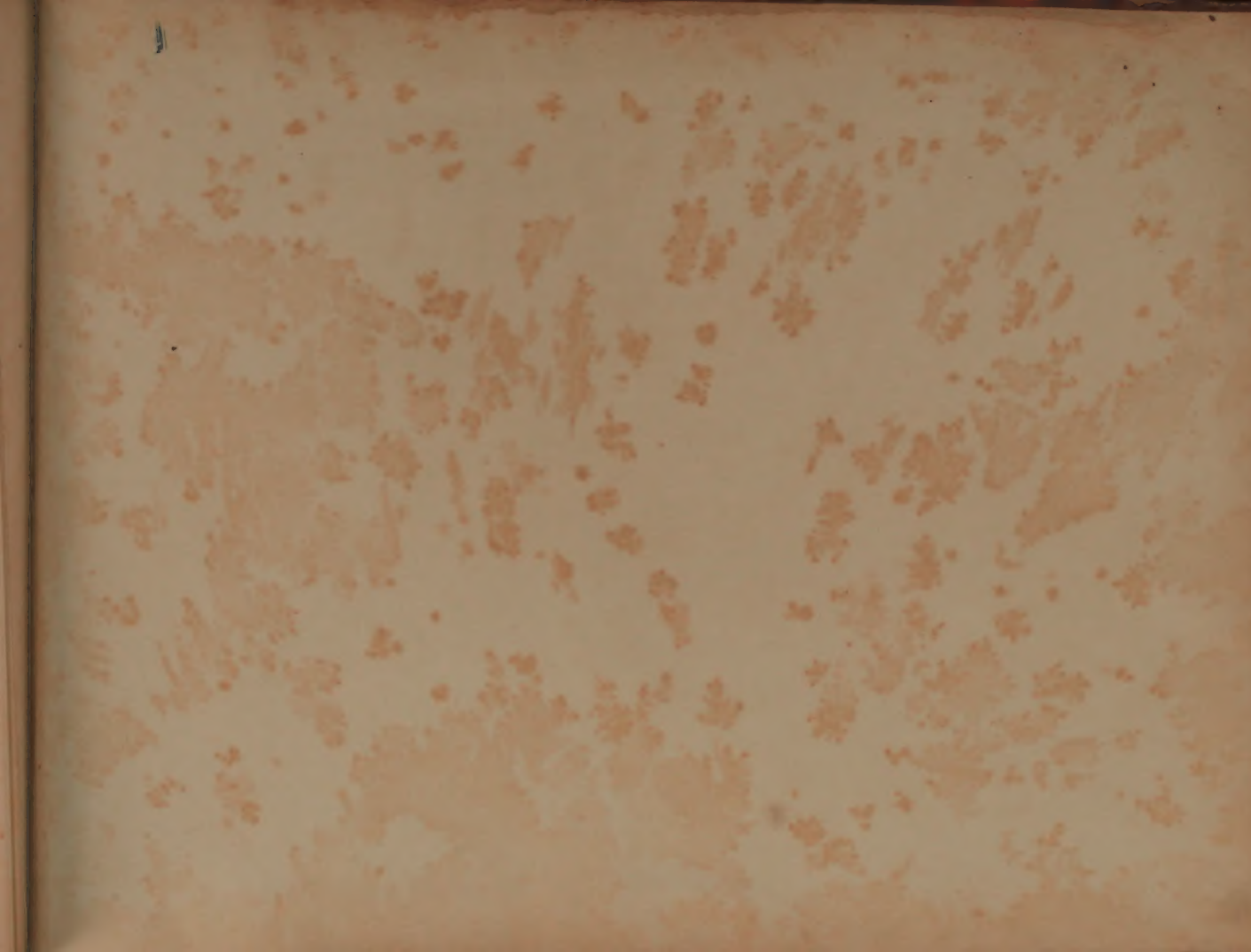
250 000

0

RECEITA
DESPESA







TRABALHO EXECUTADO
NA OFICINA DE
ENCADERNAÇÃO DA
DIVISÃO DO MATERIAL
DO MINISTÉRIO DA
FAZENDA